

FUNDAÇÃO ECONOMIA DE CAMPINAS - FECAMP

**PROJETO DE ESTUDOS SOBRE AS PERSPECTIVAS DA INDÚSTRIA FINANCEIRA
BRASILEIRA E O PAPEL DOS BANCOS PÚBLICOS**

SUBPROJETO MERCADO DE CRÉDITO BANCÁRIO

CRÉDITO À INDÚSTRIA

Pesquisador responsável:

Daniela Magalhães Prates (Prof. do IE/Unicamp e pesquisadora do Cecon e do CNPQ)

Equipe: Ricardo de Medeiros Carneiro (coordernador-geral), Daniela Magalhães Prates (vice-coordenadora), Maria Cristina Penido de Freitas (pesquisadora-sênior), André Martins Biancareli (pesquisador-sênior), Pedro Rossi (pesquisador-junior), Leticia Aguiar (pesquisadora-junior), Ana Luiza Lodi (pesquisadora-junior). Mateus Bettini Bernardo (bolsista de iniciação científica).

Campinas, novembro de 2009

ÍNDICE

Introdução.....	3
I. Panorama geral do setor.....	4
II. Panorama geral do crédito à indústria	7
III. Atuação dos bancos públicos.....	15
III.1. BNDES.....	15
III.2. Banco do Brasil, CEF e Nossa Caixa.....	36
IV. Atuação dos bancos privados nacionais e estrangeiros.....	45
IV. 1. Bancos privados nacionais.....	45
IV.2. Atuação dos bancos privados estrangeiros	53
II.5 Conclusões.....	58
Referências bibliográficas.....	63
Anexo 1 – Gráficos, Quadros e Tabelas Auxiliares.....	65
Anexo 2 - Roteiros de questões das entrevistas realizadas com instituições financeiras.....	86

CRÉDITO À INDÚSTRIA¹

Introdução

Este relatório tem como objetivo analisar a evolução do crédito à indústria geral brasileira, que engloba a indústria extrativa e a indústria de transformação, de acordo com a definição da Pesquisa da Indústria Mensal da Produção Física (PIMPF) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE). Ou seja, não se adota aqui o conceito de indústria das contas nacionais, que inclui, além da indústria geral, os setores de “Produção e distribuição de eletricidade e gás e água” (um subsetor de infraestrutura, na classificação adotada nessa pesquisa) e de “Construção civil”. Uma importante especificidade do setor em foco, em comparação às atividades terciárias (comércio e serviços) consiste na sua maior intensidade de capital, a qual explica, ao lado da participação ainda pequena do crédito à infraestrutura no Brasil, o maior peso relativo da indústria no crédito corporativo doméstico.

Para tanto, o estudo baseou-se em cinco fontes de informações, quais sejam: (i) as séries estatísticas das operações de crédito do sistema financeiro por setor de atividades do BCB; (ii) a tabulação especial dos desembolsos do BNDES, fornecida pela Assessoria de Planejamento do banco, que fornece informações pormenorizadas sobre as modalidades, porte da empresa, produto e agentes financeiros das operações de crédito para os setores e subsetores da atividade econômica; (iii) os relatórios de administração dos dez maiores bancos – Banco do Brasil, Itaú, Unibanco, Bradesco, Santander, ABN Amro Real, Caixa Econômica Federal, HSBC, Safra e Nossa Caixa; (iv) nas entrevistas realizadas com diretores da área de crédito corporativo desses bancos (que privilegiaram as áreas especializadas em empresas de grande porte) e junto ao BNDES; (v) nas informações extraídas das notas explicativas das demonstrações contábeis sobre a carteira de crédito por setor de atividade.

Os argumentos estão organizados da seguinte forma. Na seção I, apresenta-se um panorama geral do desempenho da indústria geral no período em tela, procurando mostrar o papel das exportações nesse desempenho. Na seção II, examinam-se as tendências gerais do crédito industrial a partir da série estatística do BCB das operações de crédito do sistema financeiro por setor de atividades. As duas seções seguintes dedicam-se à análise da atuação dos bancos públicos (seção III) – com destaque para a atuação do BNDES, dada a sua importância neste segmento do crédito corporativo (item III.1) e dos bancos privados (seção V). Seguem-se as conclusões, referências

¹ Esse texto reúne a análise da evolução do crédito bancário corporativo à indústria apresentada nos Relatórios Parciais 1 e 2 do Subprojeto “Mercado de Crédito Bancário”, coordenado por Daniela Magalhães Prates no âmbito do Projeto *Perspectivas da Indústria Financeira Brasileira e o Papel dos Bancos Públicos*, sob coordenação geral de Ricardo de Medeiros Carneiro (convênio BNDES/FECAMP/Cecon-IE-Unicamp/IE-UFRJ). A autora agradece o auxílio na elaboração de gráficos e tabelas e na revisão do texto de Mateus B. Bernardo.

bibliográficas e dois anexos (o primeiro com tabelas e gráficos auxiliares e o segundo com os roteiros das entrevistas).

I. Panorama geral do setor

O desempenho da indústria geral brasileira foi um determinante fundamental da trajetória da atividade econômica doméstica no período em tela, menos pelo seu tamanho – a participação média da indústria total no PIB de 2003 ao primeiro trimestre de 2009 foi de 16,8% (dos quais 14,8% correspondem à indústria de transformação e 2% à indústria extrativa²) contra 56,1% dos serviços (ver Gráficos A1 e A2) – e mais pela sua capacidade de estimular o crescimento. Em outras palavras, a importância da indústria como indutora do crescimento é maior do que a sua participação no valor global adicionado da economia, em função da elevada diversificação de sua estrutura setorial e da sua forte integração com diversas cadeias produtivas. A indústria produz máquinas e insumos para a agropecuária e demanda serviços especializados do setor terciário, além de pagar os melhores salários, que se transformam em poder de compra para os demais segmentos da economia (Amitrano, 2006; Fundap, 2009).

Este desempenho, por sua vez, foi condicionado não somente pela política econômica vigente (macroeconômica, creditícia e industrial)³, pelo crescimento expressivo do comércio internacional (até 2007) e pela evolução favorável do mercado de trabalho a partir de 2004, mas também pela estrutura industrial herdada do período anterior. O ambiente de apreciação do real e rápida abertura comercial vigente entre 1994 e 1998 resultou na perda de densidade dos elos da cadeia industrial nos setores intensivos em tecnologia e no reforço das atividades baseados em mão-de-obra e recursos naturais⁴. Ademais, nesse contexto, para fazer frente à maior concorrência dos produtos importados, várias

² Se considerarmos o período 2003-2008, esses percentuais sobem para 17,3%, 15,2% e 2,1%. Como o efeito-contágio da crise financeira internacional atingiu de forma mais intensa a indústria de transformação, sua participação no PIB recuou de 14,9% em 2006 e 2007 para 13,5% em 2008 e 12,9% no primeiro trimestre de 2009.

³ No âmbito da política macroeconômica, o binômio “regime de câmbio flutuante e metas de inflação” resultou numa combinação particular dos preços-chave, qual seja, câmbio apreciado e juro básico num patamar elevado na maior parte do período. Em relação à política creditícia, destaca-se a introdução de um novo instrumento de crédito, o crédito consignado, que, ao viabilizar a ampliação do consumo de bens duráveis, surtiu efeitos dinamizadores sobre esse setor industrial. Quanto à política industrial, o primeiro governo Lula lançou em 2003 a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE), que se ancorou, sobretudo, em ações horizontais (caso do Programa Modemaq, do BNDES). Em 2008, já no segundo governo Lula, foi lançada uma nova política industrial, a Política de Desenvolvimento Produtiva (PDP). Contudo, a influência dessas duas políticas sobre a evolução da indústria no período foi pequena, seja em função do seu formato (caso da PITCE), seja devido ao curto período de vigência (caso da PDP). Sobre essas políticas no primeiro governo Lula, ver: Amitrano (2006); Laplane e Sarti (2006).

⁴ Como ressalta Coutinho (1997:102), “a maior parte dos investimentos realizados nesses cinco anos parecem ter apenas reiterado “a velha especialização competitiva da economia” em produtos intensivos em recursos naturais e energéticos e baixo coeficiente de transformação industrial”.

empresas dos setores de bens de capital e bens duráveis promoveram um ajuste microeconômico ancorado em renovações pontuais de equipamentos e fusões e aquisições, que visava reduzir os custos mediante o aumento das economias de escala e da produtividade⁵ (Carneiro, 2007, Ferraz et al., 1999 e Amitrano, 2006).

O perfil de estrutura industrial herdada deste contexto macroeconômico, somado às depreciações cambiais no período 1999-2002 e ao dinamismo do comércio internacional nos anos subsequentes, contribuiu, por sua vez, para a expansão das exportações industriais a partir de 2003 (ver Gráfico A3), que condicionará o desempenho da indústria no período analisado, como destacado a seguir. Enquanto no caso dos produtos industriais semimanufaturados, a resposta das quantidades exportadas foi mais rápida (mas não transparece na evolução do volume das vendas externas até 2003 devido à redução dos preços naquele período), no caso dos produtos industriais manufaturados, houve uma certa defasagem da reação das quantidades exportadas ao estímulo cambial, devido às suas particularidades em relação à estrutura de mercado e à formação de preços. Como esses bens não são *commodities* e, assim, não têm preços fixados no mercado internacional (salvo algumas exceções), a concorrência via preço é importante, ao lado da diferenciação de produtos. Isto quer dizer que as sucessivas desvalorizações da moeda doméstica (1999, 2001 e 2002) significaram aumento da competitividade nesses setores, o qual surtiu efeito sobre o *quantum* exportado após um certo *lag* devido tanto aos maiores custos iniciais do redirecionamento das vendas para os mercados externos, como aos efeitos mais perversos da apreciação ininterrupta do real entre 1994 e 1998 sobre a sua competitividade (Prates, 2006; Amitrano, 2006).

As decisões estratégicas das empresas residentes, nacionais e estrangeiras, de direcionar para o exterior uma parcela relevante de sua produção de manufaturas surtiram efeito sobre o *quantum*, sobretudo, após 2003. Além daquelas desvalorizações, essas decisões também foram estimuladas pelo encolhimento do mercado doméstico, pela menor incidência de carga tributária sobre essas vendas vis-à-vis às internas e pelo acesso a crédito externo mais barato (esse último, mais relevante no caso das nacionais). Vale destacar que, no caso de alguns setores industriais (por exemplo, automobilístico e de máquinas e tratores), esses fatores, ao lado da elevada capacidade ociosa existente, induziram a reorientação das estratégias das Empresas Transnacionais (ETs) líderes, que optaram por transformar suas filiais brasileiras em plataformas de exportação, não somente em âmbito regional (Mercosul), mas

⁵ Para uma análise detalhada das transformações na estrutura industrial nos anos 1990, ver: Carneiro (2007); Ferraz et al. (1999) e Castro (2001).

também global⁶ (Baer e Cintra, 2004; Prates, 2006).⁷.

A trajetória ascendente das exportações industriais a partir de 2003 foi o principal determinante da primeira fase de expansão industrial do período 2003-2008. Na realidade, nos seis anos analisados, a indústria brasileira vivenciou duas fases expansivas, que se diferenciaram em relação à extensão e às fontes de dinamismo (ver Gráficos A4 e A5).

A primeira fase abrangeu o ano de 2004 e se ancorou, do lado da demanda, no dinamismo das exportações, induzido pelo conjunto de fatores resumidos acima. Nesta fase, os setores de bens de capital e bens de consumo duráveis foram os líderes da expansão do setor e a indústria alcançou as taxas mais elevadas de crescimento no período, que superaram o ritmo de expansão do PIB (ver Gráficos A5 e A6). Contudo, ela foi prematuramente abortada pela elevação da meta da taxa de juros básica pelo BCB, a partir de setembro de 2004, e pela contínua apreciação do real, que deteriorou progressivamente a competitividade das exportações de manufaturados.

Na segunda fase de expansão, que se inicia em 2006, a indústria não retomou o patamar de expansão de 2004 e, ao contrário do observado nesse ano, cresceu num ritmo inferior ao PIB (ver Gráficos A4 e A6). Em contrapartida, manteve sua trajetória de alta por um período mais extenso, ancorada, agora, principalmente na demanda doméstica. Assim como em 2004, as categorias de uso mais dinâmicas foram as de bens de capital e de consumo duráveis, sendo que o diferencial de crescimento a favor desta primeira categoria foi muito maior nesta fase, graças ao maior dinamismo dos investimentos (ver Gráfico A7).

Esta fase perdurou até setembro de 2008, sendo interrompida pelo efeito-contágio do aprofundamento da crise financeira internacional sobre a atividade econômica doméstica. O resultado do PIB no último trimestre de 2008 revela a forte inflexão do movimento de alta anterior da atividade industrial, que, do ponto de vista da oferta (ou dos setores produtivos), foi a “primeira vítima” da crise (queda de 7% no quarto trimestre de 2008, frente ao mesmo período do ano anterior – ver Gráfico

⁶ Nesses dois setores, as economias de escala e de escopo propiciadas pelo tamanho do mercado interno propiciaram ganhos de competitividade (no caso da indústria automobilística, o acordo automotivo vigente na década de 1990 também atuou nesse sentido) que contribuíram para o êxito da estratégia de reorientação das vendas para o mercado externo. As exportações desses setores também foram beneficiadas por uma iniciativa de política industrial, o programa “moderfrota”. No caso da indústria automobilística, a partir de 2003 as exportações também foram impulsionadas pelo acordo comercial com o México, pela apreciação da moeda mexicana – que deteriorou a competitividade das exportações mexicanas de automóveis – e pelo crescimento da demanda da Argentina com a recuperação econômica após 2002 (Prates, 2006).

⁷ Em outros setores, também ocorreu uma maior diversificação das vendas em direção ao mercado externo, como no setor de autopeças e em alguns nichos do setor de eletroeletrônicos, nos quais a escala de produção supunha se acoplar ao mercado externo (caso da Philips). Já no segmento de linha branca, a queda da renda e a crise energética levaram a indústria a direcionar uma parcela maior da produção para o mercado externo, fato inédito na experiência brasileira. Contudo, no caso desses setores, não há evidência de incorporação do Brasil em estratégias de produção global (Baer; Cintra, 2004).

A8). Um dos canais de transmissão da crise para o setor industrial foi o seu efeito adverso sobre o mercado de crédito, como destacado na próxima seção.

II. Panorama geral do crédito à indústria

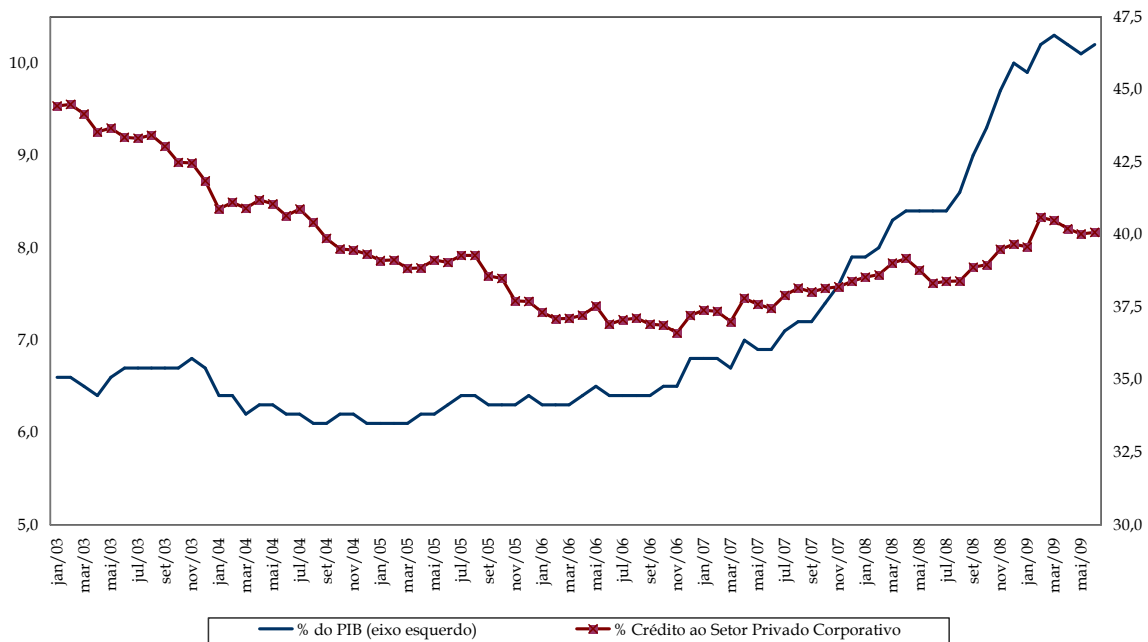
O objetivo desta seção é apresentar as tendências gerais do crédito industrial no período em tela (janeiro de 2003 a junho de 2009 a partir da série estatística do BCB das operações de crédito do sistema financeiro por setor de atividades. É importante destacar que, nessa série, adota-se a definição de indústria das contas nacionais; com isso, a modalidade “indústria” abrange, além dos empréstimos à indústria geral, o crédito corporativo imobiliário e uma parcela relevante do crédito à infraestrutura (as operações com o setor de “Produção e distribuição de eletricidade e gás e água”). A justificativa para a consideração dessa modalidade como *proxy* do crédito à indústria geral (e não à construção civil ou à infraestrutura), é dupla: em primeiro lugar, a indústria geral representa 70% da indústria; em segundo lugar, a participação relativa da indústria geral nos desembolsos do BNDES supera aquele dos demais setores (43% em dezembro de 2008, como destacado a seguir), sendo significativamente superior às participações da construção civil e do setor de distribuição de energia e gás (respectivamente, 3,7% e 9,9% nesta mesma data). A partir dessas informações, pode-se inferir que o estoque de crédito à indústria destina-se, na sua maior parte, à indústria geral e, no âmbito desta, principalmente à indústria de transformação (que, por sua vez, representa 53% da indústria e tem a maior participação relativa nos desembolsos do BNDES).

O estoque do crédito à indústria (incluindo recursos livres e direcionados) cresceu a uma taxa média anual de 16,98% (10,36% em termos reais) entre janeiro de 2003 e dezembro de 2008, passando de R\$ 115,6 bilhões para R\$ 296,4 bilhões. Este desempenho positivo, contudo, foi inferior tanto à expansão do crédito total concedido ao setor corporativo (19,34% e 12,59%, em termos nominais e reais, respectivamente), como às taxas de crescimento do crédito aos demais setores empresariais, que superaram àquela do total (outros serviços, 21,62% e 14,74%; comércio, 20,69% e 13,86%; rural, 20,51% e 13,86%). Se considerarmos o ritmo de evolução do crédito total ao setor privado (21,6% e 14,7%) – que inclui, além do crédito corporativo, os empréstimos às pessoas físicas (em geral e à habitação) – o desempenho relativo do crédito industrial foi ainda pior, em função do maior dinamismo desses empréstimos, vis-à-vis o crédito às empresas (ver Gráfico A9).

Apesar do seu desempenho médio inferior, a indústria continuou absorvendo a maior parcela do crédito ao setor corporativo. Sua participação no total recuou ligeiramente (4,0 p.p), de 44% em janeiro de 2003 para cerca de 40% em junho de 2009 (ver Gráfico 1), mas permaneceu a mais elevada entre os setores empresariais. Em relação ao PIB, o crédito à indústria também possui a maior

participação relativa entre os setores empresariais contemplados pelas estatísticas do BCB, a qual, seguindo a tendência do crédito total, elevou-se de 6,6% em janeiro de 2003 para 10% em junho de 2009, uma alta de 3,4 p.p, inferior, somente, à registrada no crédito ao setor de serviços (+ 3,5 p.p no mesmo período).

Gráfico 1 - Operações de crédito à indústria em proporção do PIB (%) e do crédito total ao setor privado corporativo¹ (%)



Fonte: Banco Central do Brasil – séries temporais. Elaboração própria.

Nota:

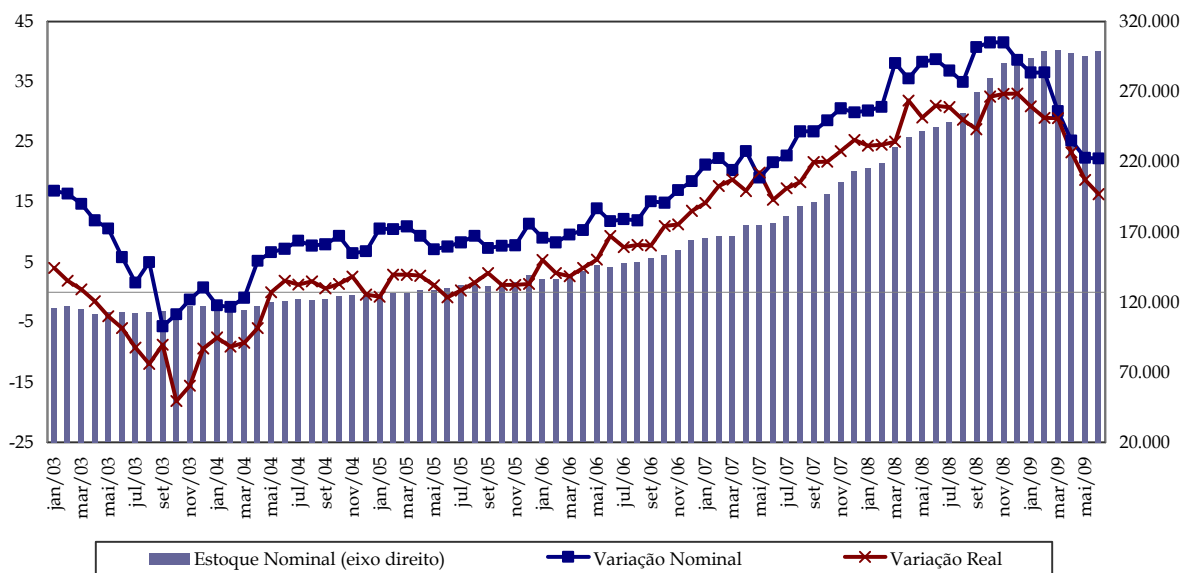
1. Crédito total ao setor privado menos crédito às pessoas físicas e a habitação.

A atuação média do período, no entanto, encobre mudanças importantes na trajetória dos empréstimos à indústria geral no ciclo de crédito recente. O curto período de expansão da produção industrial em 2004 – ancorado nas exportações – não foi precedido ou acompanhado pela expansão desses empréstimos em termos reais frente ao mesmo mês do ano anterior. As taxas de crescimento reais nessa base de comparação tornam-se positivas somente em maio de 2004 e se mantem praticamente estagnadas até novembro de 2005 (ver Gráfico 2). Como destacado a seguir, essa trajetória desfavorável decorreu, em grande parte, do desempenho desta modalidade de crédito nos bancos estrangeiros e, em menor medida, nos bancos públicos. Se considerarmos a evolução do estoque nominal do crédito à indústria, sua trajetória de expansão inicia-se, de forma bastante tímida, em 2005, “quando os grandes bancos privados passam a adotar estratégia de financiar as pequenas e médias empresas que participam das cadeias produtivas de seus grandes clientes” (Freitas, 2007: 28).

O crédito à indústria somente ganha impulso, passando a registrar taxas reais de expansão

positivas e crescentes, a partir de janeiro de 2006, ou seja, com um atraso em relação ao crédito corporativo total e às operações com os setores de comércio e serviços, que tiveram um primeiro período de dinamismo em 2004. Assim, a recuperação dos empréstimos à indústria antecede, em cerca de seis meses, o início da segunda e mais duradoura fase de crescimento industrial do período, desempenhando sua função de fornecer (de forma parcial ou integral), os recursos necessários para a concretização das decisões de investimento e produção das empresas industriais. A série do BCB não permite a identificação da origem dos recursos desse crédito, mas, diante do perfil diferenciado das condições de prazo e custo dos empréstimos nos segmentos livre e direcionado, é possível levantar a hipótese de que os desembolsos do BNDES devem ter se destinado, principalmente, ao financiamento das inversões, enquanto que os empréstimos com recursos livres devem ter contribuído para o financiamento do giro da produção.

Gráfico 2 - Crédito à indústria: evolução do estoque (em R\$ milhões) e variação nominal e real¹ frente a igual mês do ano anterior (em %)



Fonte: Banco Central do Brasil – séries temporais. Elaboração própria.

Nota:

1. Deflator: IPCA.

De meados de 2007 a março de 2008, a taxa de crescimento do crédito à indústria se acelera ainda mais e se torna superior àquela do crédito corporativo, num contexto de maior dinamismo da produção industrial voltada para o mercado interno. No mês de abril, todavia, essa trajetória se interrompe e o ritmo de expansão do crédito industrial mantém-se praticamente no mesmo patamar até agosto, mimetizando, com uma pequena defasagem, o comportamento desta produção (cuja taxa de crescimento acumulada em 12 meses se estabiliza no patamar de 7% em março). Já o expressivo

avanço do ritmo de expansão entre agosto e setembro deve ser reflexo, em grande parte, do efeito da depreciação do real sobre o estoque de crédito às pessoas jurídicas com *funding* externo no segmento de recursos livres, que aumentou 16,7 p.p no período (contra 0,7 p.p do estoque de crédito às pessoas jurídicas com recursos internos e 4 p.p do estoque total de crédito do BNDES). Essa hipótese, contudo, não pode ser confirmada devido à limitação das estatísticas das operações de crédito por setor de atividade (que englobam os empréstimos com recursos livres e direcionados).

A partir de outubro de 2008, os empréstimos à indústria se desaceleraram, seguindo a tendência geral, em função do contágio da crise internacional sobre o mercado de crédito doméstico, trajetória que se intensifica no primeiro semestre de 2009: o ritmo de expansão desta modalidade de crédito corporativo recuou de 38% em dezembro de 2008 para 22% em junho de 2009 (uma variação negativa de 16,4 p.p); em termos reais, 30,9% e 16,7% (-14,2 p.p). Com isso, o volume de empréstimos absorvido pelo setor manteve-se praticamente no mesmo patamar do final de 2008: em junho, atingiu R\$ 299,2 milhões (variação de 0,94% contra dezembro de 2008), equivalentes a 10,2% do PIB e 40,1% do crédito corporativo (em dezembro de 2008, 10% e 39,7%, respectivamente ver Gráficos 1 e 2).

A perda de ritmo do crédito industrial foi um pouco mais suave que a registrada para o crédito corporativo total (em termos nominais, de 34,2% para 16,9%, um recuo de 17,3 p.p; em termos reais, de 26,7% para 11,5%, recuo de 15,2 p.p), que sentiu o impacto da maior desaceleração do crédito aos setores empresariais do comércio e de outros serviços (-18,8 p.p e -21,2 p.p em termos nominais e 16,6 p.p e 19,7 p.p em termos reais). No âmbito dos setores corporativos, somente o crédito rural teve um melhor desempenho que o crédito industrial (-9,8 p.p e 8,0 p.p, em termos nominais e reais, respectivamente). Já a perda de ritmo do crédito total ao setor privado (que inclui os empréstimos às pessoas físicas e habitação) foi bem menos intensa, especialmente no segundo trimestre de 2009 (ver Gráfico A10 do Anexo).

A evolução mais desfavorável do crédito corporativo relativamente ao crédito total ao setor privado reflete, em grande medida, o efeito-contágio da crise financeira internacional sobre a atividade econômica e o mercado de crédito corporativo doméstico. O desempenho do crédito e da atividade econômica nos diversos setores empresariais foi, todavia, assimétrico.

A indústria foi o setor produtivo mais afetado pelo efeito-contágio da crise global, tanto no último trimestre de 2008, como no primeiro trimestre de 2009. Os dados do PIB pela ótica da oferta mostram que, nesses dois trimestres (na comparação com o mesmo período do ano anterior), a atividade industrial contraiu, respectivamente, 2,1% e 9,3% (na indústria de transformação, 4,9% e 12,9%), seguida pelo comércio (1,3% e 6%); a agropecuária retraiu-se somente no primeiro trimestre de 2009 (1,6%) e os serviços registraram pequena expansão nos dois trimestres.

É possível levantar algumas hipóteses explicativas para esta assimetria entre os desempenhos da indústria e do crédito ao setor (que, na sua maioria, não podem ser comprovadas, mais uma vez em função da precariedade das séries estatísticas disponíveis). Em primeiro lugar, sua maior dependência do crédito bancário, que dificulta a contração dos empréstimos ao setor, tanto pelo lado da demanda, como da oferta. Em segundo lugar, a atuação anticíclica dos empréstimos do BNDES (ver seção III). Em terceiro lugar, a inclusão no crédito à indústria geral de operações com outros setores (distribuição de eletricidade e construção civil), que foram menos abalados pelo contágio da crise. Em quarto lugar, o efeito da depreciação do real sobre as modalidades com funding externo, principalmente ACCs, especialmente relevantes na indústria que é, na sua maior parte, um setor tradable (ao contrário dos setores de comércio e serviços). Em quinto lugar, o empréstimo da CEF à Petrobrás, uma das principais empresas da indústria extrativa mineral (ver seção III). Em sexto lugar, a maior participação dos empréstimos vinculados a derivativos cambiais na indústria. Diante dos elevados prejuízos com essas operações, as instituições privadas envolvidas iniciaram um processo de renegociação de dívidas com as empresas⁸, que resultaram em ampliação dos prazos e aumento dos custos e, com isso, numa maior rigidez à queda do volume de crédito (ver seção IV).

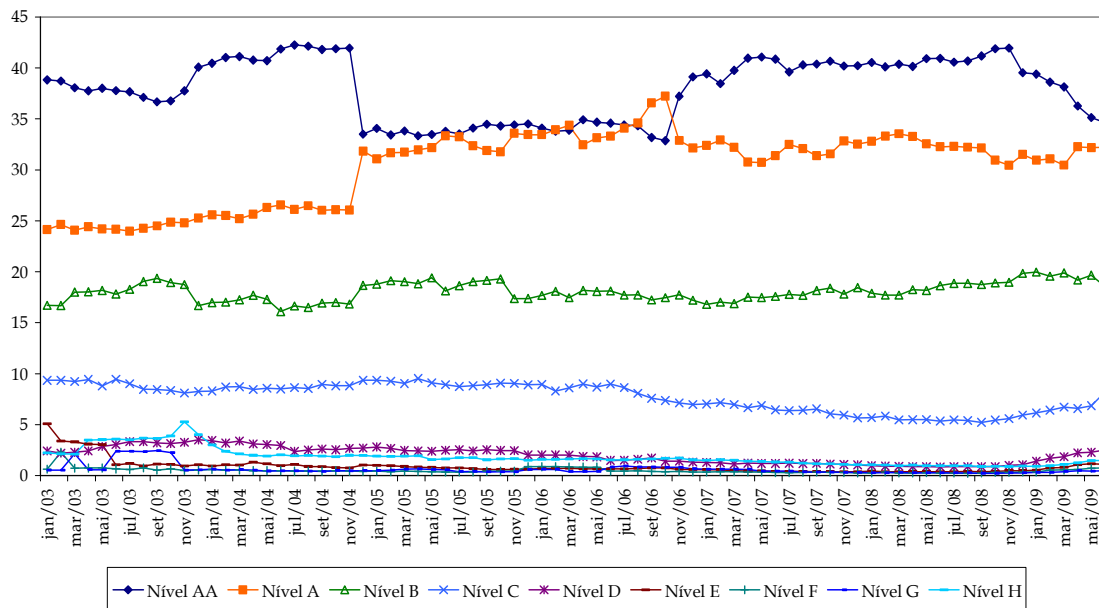
Esses prejuízos, por sua vez, resultaram na deterioração da capacidade de pagamento das empresas industriais⁹ (ver Gráfico 3). Entre dezembro de 2008 e junho de 2009, a participação dos créditos de maior qualidade (nível AAA), passou de 40% para 35% (uma queda de 5 p.p, bem maior que a observada nos demais setores corporativos), trajetória oposta a observada no período anterior. De 2003 a 2008, a participação dos créditos de maior qualidade (Níveis AAA e A) aumentou de 63% para 71% do total, mostrando que o maior grau de endividamento do setor não foi acompanhado por uma deterioração da capacidade de pagamento das empresas. Ademais, a partir do final de 2006, a participação dos créditos de menor risco (AAA) superou àquela dos créditos do nível de risco imediatamente inferior (A). Se somarmos à participação dos créditos de menor risco aquela dos créditos do nível de risco imediatamente inferior (B, que se refere a operações com atraso de pagamento entre 15 e 30 dias), o percentual se eleva de 78% para 84% no período. Já a participação dos demais níveis de risco (atrasos superiores a 30 dias), que já era pequena, recuou ainda mais no período: se considerarmos a soma dos níveis C a F (atrasos entre 30 a 151 dias), de 21% para 9%; no

⁸ Informação obtida em entrevistas e na imprensa. Para maiores detalhes, ver também o segundo relatório do subprojeto “Derivativos de crédito”.

⁹ Sobre as perdas financeiras das empresas industriais nas operações com derivativos cambiais, ver o segundo relatório do subprojeto “Padrão de financiamento das empresas não-financeiras. Sobre as características dessas operações (vinculadas ou não com crédito bancário), ver o segundo relatório do subprojeto de “Derivativos de crédito”.

caso dos créditos de maior risco (níveis G e H; atrasos superiores a 151 dias) de 3% para 1%

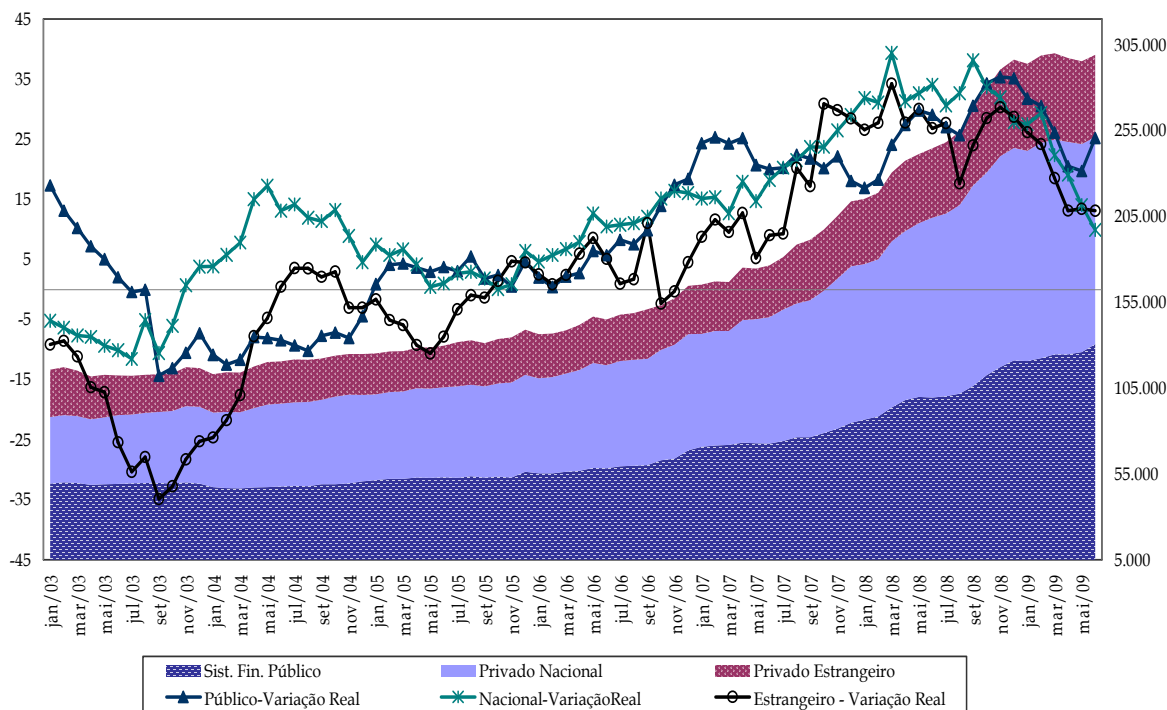
Gráfico 3 - Nível de risco das operações de crédito à indústria (em %)



Fonte: Banco Central do Brasil – séries temporais. Elaboração própria.

A trajetória do crédito industrial por propriedade de capital ao longo do período revela aspectos importantes da sua dinâmica, que não transparecem nos dados agregados (ver Gráfico 4). Em primeiro lugar, o crédito industrial concedido pelos bancos privados acelerou seu ritmo real de expansão em 2004, especialmente entre abril e julho (sendo que em maio a taxa real superou 17%), indicando que essas instituições atenderam a demanda por crédito das empresas industriais na primeira fase de expansão do setor, ancorada nas exportações. Em segundo lugar, o crédito industrial fornecido pelos bancos estrangeiros tornou-se mais dinâmico em 2008, o que deve estar associado às operações vinculadas aos derivativos cambiais, introduzidas no país por essas instituições. Em terceiro lugar, a desaceleração do crédito industrial no último trimestre de 2008 foi mais intensa no segmento líder da expansão, os bancos privados nacionais. Em quarto lugar, após o efeito-contágio da crise, as instituições públicas, atuando de forma anticíclica, atenderam a demanda de crédito das empresas industriais, o que se refletiu, de janeiro a maio, numa menor velocidade de desaceleração do crédito relativamente às instituições privadas e estrangeiras e, em junho, num aumento da taxa de crescimento (ver Gráfico 4).

Gráfico 4 - Crédito à indústria por propriedade de capital: evolução do estoque (R\$ milhões) e variação real (em %)



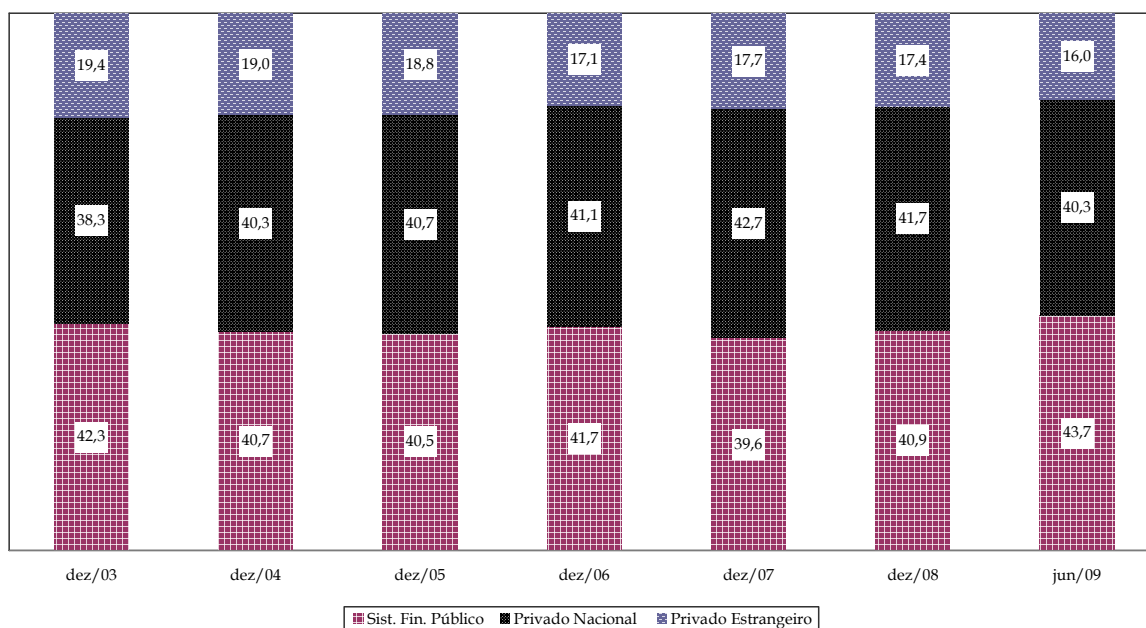
Fonte: Banco Central do Brasil – séries temporais. Elaboração própria.

Nota:

1. Deflator: IPCA.

Considerando o período janeiro de 2003 a dezembro de 2008, os bancos privados nacionais foram os líderes da expansão do crédito à indústria, seguidos pelos bancos públicos e pelos bancos estrangeiros (variações médias anuais de 14,3%, 9,8% e 4,6% respectivamente). Com isso, em dezembro de 2008, o estoque de empréstimos ao setor concedido pelas instituições privadas nacionais atingiu R\$ 123,5 bilhões (41,7% do total), superando aquele das instituições públicas (R\$ 121,3 bilhões ou 40,9% do total). No início do ciclo, essas participações eram de 33,6% e 42,7%, respectivamente (uma diferença de 9,1 p.p.), ou seja, essas últimas eram as líderes do segmento (ver Gráfico 5). Contudo, as maiores taxas de crescimento do crédito à indústria concedido pelo sistema financeiro público resultaram na ampliação da sua fatia de mercado nesse segmento do mercado de crédito corporativo, que passou de 40,3% em dezembro de 2008 para 43,7% em junho de 2009. Este avanço foi contrapartida do recuo, na mesma intensidade, das operações das instituições privadas nacionais e estrangeiras (1,4 p.p.).

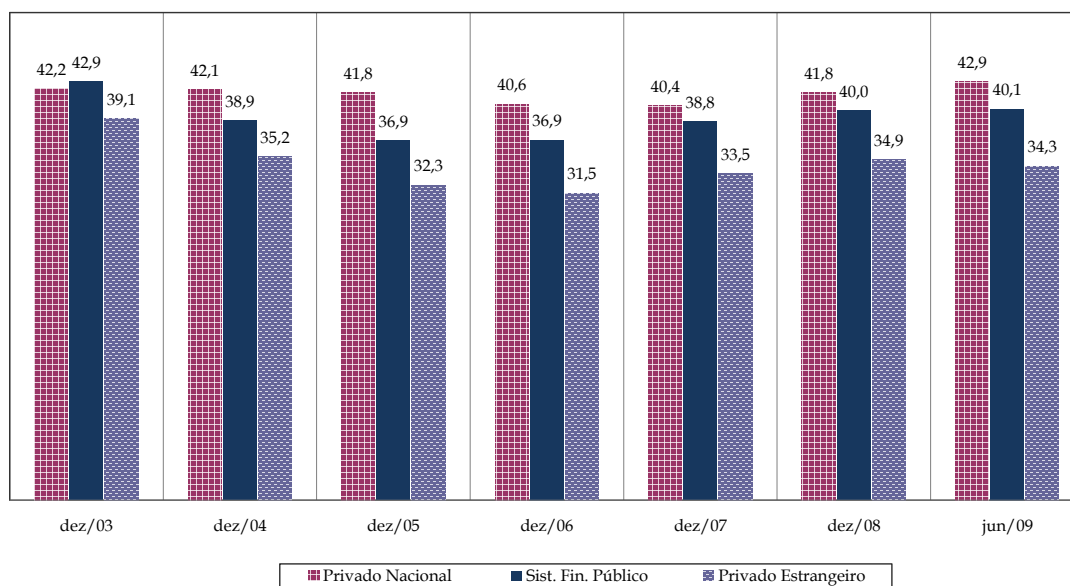
Gráfico 5 - Participação relativa das instituições financeiras por propriedade do capital nas operações de crédito à indústria (em %)



Fonte: Banco Central do Brasil – séries temporais. Elaboração própria.

Assim, pela primeira vez desde dezembro de 2005, este sistema ultrapassou o grupo das instituições privadas nacionais em termos de participação no total do crédito à indústria (ver Gráfico 5) – que tinham expandido suas operações de crédito à indústria no contexto de maior dinamismo dos investimentos e do mercado interno vigente entre 2006 e o primeiro semestre de 2008, mas esse avanço não resultou em aumento da sua exposição ao setor industrial (que se manteve no mesmo patamar de dezembro de 2008). Neste quesito, as instituições privadas mantiveram a liderança: 42,9% contra 40,1% das públicas e 34,3% das estrangeiras (ver Gráfico 6).

Gráfico 6 - Evolução da participação relativa do crédito à indústria no crédito total do sistema financeiro ao setor privado corporativo por tipo de instituição (em %)



Fonte: Banco Central do Brasil – séries temporais. Elaboração própria.

As atuações diferenciadas dos bancos públicos, privados e estrangeiros neste segmento do crédito corporativo serão analisadas nas próximas seções.

III. Atuação dos bancos públicos

Este item tem como objetivo analisar a evolução do crédito à indústria no período em foco concedido pelos quatro principais bancos públicos: BNDES, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e Nossa Caixa. O item III.1 dedica-se à análise da atuação do BNDES – banco de fomento que tem uma posição de destaque no crédito corporativo ao setor – destacando seu perfil por modalidade, produto, agentes repassadores, porte das empresas e setores e subsetores a partir de uma tabulação especial fornecida pela Ap/Deorç. Já a atuação das demais instituições será realizada no item III.2 com base nos dados dos estoques das operações de crédito, coletados nos balanços anuais e trimestrais. A análise desta seção (assim como da seção IV) apoia-se, igualmente, nas informações quantitativas e qualitativas obtidas nas entrevistas realizadas junto às quatro instituições.

III.1. BNDES

As operações do BNDES à indústria são realizadas de forma indireta (por intermédio das instituições financeiras credenciadas), direta (repasso realizado pelo próprio BNDES) ou mista (que contempla as duas formas anteriores) e se ancoram num conjunto de linhas de apoio financeiro (que se destinam, igualmente, a outros setores) e em programas específicos.

No âmbito dessas linhas, as linhas de responsabilidade da Finame (Finame - Máquinas e equipamentos e Finame *Leasing*), BNDES automático e Cartão BNDES são modalidades, exclusivamente, indiretas. Já o FINEM, que antes era uma modalidade direta, tornou-se recentemente uma modalidade mista, ou seja, o repasse de recursos pode ser realizado pelo próprio BNDES ou pelas instituições financeiras credenciadas (com limite de valor e sem necessidade de aprovação prévia). O empréstimo-ponte também é uma modalidade mista, mas as operações indiretas não têm liberação automática, como no caso do FINEM.

O BNDES também possui vários programas específicos de apoio financeiro destinados à indústria, que possuem dotação orçamentária e se caracterizam, normalmente, pela transitoriedade, possuindo prazo de vigência limitado. O último programa instituído (que também contempla empresas de outros setores) foi o Programa Especial de Crédito (PEC), lançado no início de dezembro de 2008 com objetivo de fornecer capital de giro para as micro, pequenas e médias empresas que se depararam, a partir setembro, com a escassez de crédito privado. O Quadro 1 sintetiza os objetivos e principais características dos sete programas de apoio à indústria vigentes em dezembro de 2008, enquanto o Quadro 2 apresenta o custo total dos financiamentos concedidos no âmbito desses programas.

Quadro 1 - Programas de apoio à indústria do BNDES

Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Complexo Industrial da Saúde - PROFARMA	Financiar os investimentos de empresas sediadas no Brasil, inseridas no Complexo Industrial da Saúde, mediante 5 subprogramas (PROFARMA-Produção, PROFARMA-Exportação, PROFARMA-Inovação, PROFARMA-Reestruturação e PROFARMA-Produtores Públicos) com os objetivos de: elevar a competitividade do complexo industrial da saúde; contribuir para a redução da vulnerabilidade da Política Nacional de Saúde; articular a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior - PITCE com a Política Nacional de Saúde. Prazo de vigência: 31/07/2012.
Programa FINAME de Modernização da Indústria Nacional e dos Serviços de Saúde - FINAME-MODERMAQ	Financiar a aquisição de máquinas e equipamentos novos, de fabricação nacional, credenciados no BNDES, com vistas à dinamização do setor de bens de capital e à modernização geral da indústria e do setor de saúde. Operações serão realizadas, exclusivamente, na modalidade indireta com prazo de 120 meses e destinam-se às empresas com sede e administração no país, enquadradas na CNAE como indústria extrativa, indústria de transformação, construção ou atividade de atenção à saúde humana, exceto atividades de apoio à gestão de saúde. Prazo de vigência: 31/12/2009, respeitados os limites orçamentários do programa.
Programa de Modernização de Máquinas e Equipamentos instalados no país - FINAME-MODERNIZA BK	Modernização de máquinas e equipamentos instalados no país, mediante: incorporação de novas tecnologias e/ou peças e componentes que ampliem a vida útil e/ou otimizem sua performance original, gerando um aumento da capacidade de produção e da produtividade para a economia nacional, e; conversão da máquina ou equipamento sem dispositivo de segurança para adequação aos requisitos de segurança do trabalho estabelecidos pela Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT. Programa direcionado para

	empresas com sede e administração no país e administração pública direta e indireta, envolvendo valores de R\$ 250 mil e R\$ 10 mil nas modalidades FINAME MODERNIZA BK - Proprietário (prazo de 48 meses) e FINAME MODERNIZA BK - Fornecedor (prazo de 18 meses). Prazo de vigência: 31.12.2009, observado o limite orçamentário estabelecido para o programa.
Programa FINAME de aquisição de peças, partes e componentes de fabricação nacional, por fabricantes de Bens de Capital - FINAME-COMPONENTES.	Financiar a aquisição de peças, partes e componentes de fabricação nacional para incorporação em máquinas e equipamentos em fase de produção. Operações indiretas com prazo de 18 meses, destinadas a empresas com sede e administração no país e administração pública direta ou indireta. Prazo de vigência: 31.12.2009, observado o limite orçamentário estabelecido para o programa.
Programa de Apoio à Revitalização de Empresas - REVITALIZA	Financiar ações voltadas para a revitalização de empresas dos segmentos de: calçados, artefatos e beneficiamento de couro; móveis e beneficiamento de madeira; pedras ornamentais; setores têxtil e de confecção; frutas; cerâmicas; software e prestação de serviços de tecnologia da informação, e; de bens de capital (exceto veículos automotores para transpote de cargas e passageiros, embarcações, aeronaves, vagões e locomotivas ferroviários e metroviários, tratores, colheitadeiras e máquinas rodoviárias), priorizando a agregação de valor ao produto nacional, adoção de métodos de produção mais eficientes e o fortalecimento da marca das empresas. Operações com prazo de 96 meses nas modalidades indireta (BNDES automático, até R\$ 10 milhões), direta (FINEM, a partir deste valor) e mista. Dotação orçamentária de R\$ 3 bilhões e prazo de vigência: 31.12.2009.
Programa de Financiamento às Empresas da Cadeia Produtiva Aeronáutica Brasileira (PRO-AERONÁUTICA)	Financiamento de longo prazo e/ou subscrição de valores mobiliários para apoiar investimentos realizados por MPMs integrantes da cadeia produtiva da indústria aeronáutica brasileira visando o adensamento desta cadeia. Operações com valor mínimo de R\$ 1 milhão nas modalidades direta, indireta não-automática e mista. Prazo de Vigência: até 30.06.2010.
Programa Especial de Crédito - PEC	Promover a competitividade das empresas dos setores de indústria, comércio e serviços (no caso da construção civil, somente a indústria voltada para infraestrutura) por meio do financiamento a capital de giro no valor máximo de R\$ 50 milhões por beneficiária (CNPJ), limitado a 20% da Receita Operacional Bruta (ROB) do último exercício fiscal. Dotação orçamentária de R\$ 6 bilhões e vigência até 30/06/2009, respeitados os limites orçamentários. Formas de apoio: direto, por meio de fiança bancária como garantia; e indireto automático e não automático.

Fonte: BNDES. Programas e fundos. Disponível em <http://www.bndes.gov.br/programas/programas.asp>. Elaboração própria

Quadro 2 - Custo Total⁽¹⁾ dos Financiamentos dos Programas de Apoio à Indústria do BNDES

Programas	Custo Financeiro	Remuneração do BNDES	Taxa de Risco de Crédito	Taxa de Intermediação Financeira	Remuneração da Instituição Financeira
PROFARMA					
Produção	- TJLP - Cesta de moedas	1% (MPMEs) 1,5% (GEs)			Apenas no apoio indireto
Exportação	- TJLP - LIBOR + variação cambial (MPMEs)	1% (MPMEs) 2% (GEs)			Apenas no apoio indireto
Inovação	4,5%				
Reestruturação	TJLP	3%			
Prod. Públicos	Aplicação não reembolsável				
FINAME-MODERMAQ	- 12% - TJLP	- inclusa na taxa fixa - 0,5%			- inclusa (até 3,5%) - até 3,5%
FINAME-MODERNIZA BK	- TJLP - TJLP + 2,5% - Cesta de moedas	2%		0,5% (MPMEs estão isentas desta taxa)	Negociada com a instituição
FINAME-COMPONENTES	- TJLP - TJLP + 2,5% - Cesta de moedas	3%		0,5% (MPMEs estão isentas desta taxa)	Negociada com a instituição
FINAME-REVITALIZA	- 8,25% p/ agricultura e pesca nos municípios atingidos em SC - 6,75% p/ qualquer setor situado em municípios que decretaram calamidade - 11% p/ operações de capital de giro no segmento de frutas - 9% para os demais setores				A remuneração de até 3% está incluída nas taxas do custo financeiro
PRO-AERONÁUTICA	- TJLP - UMBNDES - Dólar americano	1% para Investimento fixo e capital de giro associado; 3% em caso	Limitada a 1,8% nas operações de apoio direto		Limitada a 3% nas operações de apoio indireto

		de importações			
PEC - Programa Especial de Crédito					
Operações diretas	- 12,7% - Encargos da cesta acrescidos de variação do dólar ou da UMBNDES	1,8%	Fica a critério do BNDES		
Operações c/ fiança	- 12,7% - Encargos da cesta acrescidos de variação do dólar ou da UMBNDES	1,8%	0,5%		
Operações indiretas	- 12,7% - Encargos da cesta acrescidos de variação do dólar ou da UMBNDES	1,8%		0,5%	Negociada com a instituição
Operações c/ MPMEs	- 12,7% - Encargos da cesta acrescidos de variação do dólar ou da UMBNDES	1,4%			Negociada com a instituição

Fonte: BNDES. Programas e fundos. Disponível em <http://www.bndes.gov.br/programas/programas.asp>. Elaboração própria

Nota:

(1) Custo total = Custo Financeiro + Remuneração do BNDES + Taxa de risco de crédito + Taxa de intermediação financeira + remuneração da instituição financeira credenciada

De 2003 a 2008 a indústria geral foi o setor que absorveu, anualmente, a parcela mais expressiva dos recursos desembolsados pelo BNDES (ver Gráficos 7 e A.11), com uma participação média anual de 45,3% (contra 34,7% do setor de infraestrutura, segundo posicionado no *ranking*), sendo que o menor diferencial (1,75 pontos percentuais) entre as participações relativas destes dois setores (40,82% e 39,08%, respectivamente) foi observado em 2007, ano de lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC. Já o percentual mais elevado de participação da indústria foi registrado em 2006 (52,8%) num contexto de exportações industriais ainda dinâmicas e início do segundo ciclo industrial do período, ancorado no mercado interno (ver Gráfico A11). Ademais, este setor absorveu a maior parcela dos recursos nas duas modalidades de operações, mas teve um maior peso nos desembolsos diretos (também na média de 2003 a 2008, 51,1%, contra 42,4% na indireta - ver Gráficos A12 e A13).

Gráfico 7 - Desembolsos anuais do BNDES para a indústria, 2003-2009¹: participação no total dos desembolsos e taxas de crescimento anual



Fonte: BNDES. Elaboração própria.

Nota:

1. Primeiro semestre.

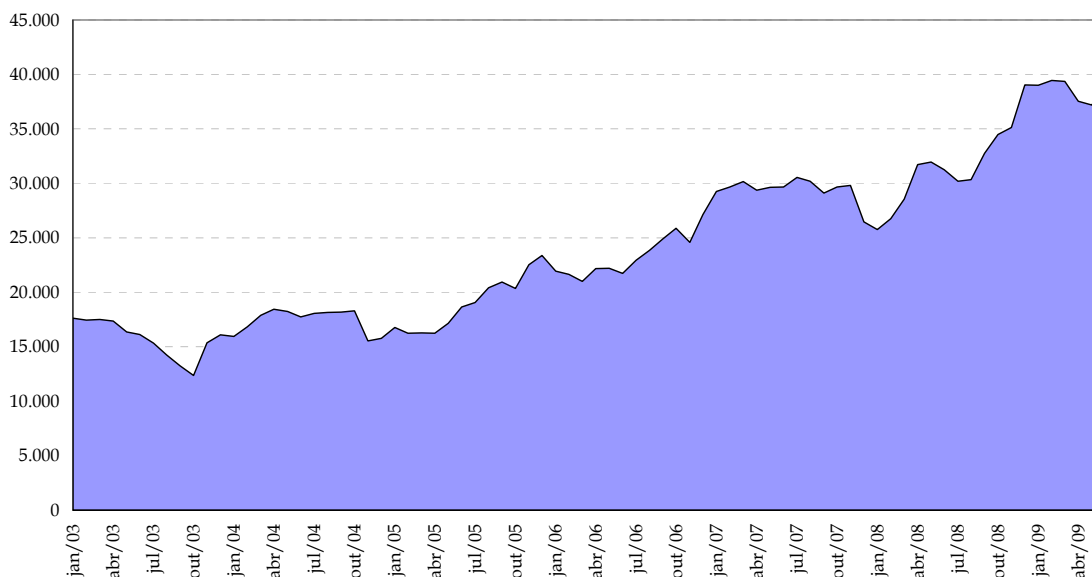
No primeiro semestre de 2009, embora tenha mantido a liderança (41,4%), a fatia da indústria no total recuou ligeiramente em relação a 2008 (43%), em função, do ponto de vista setorial, do ganho de participação dos setores de agropecuária, comércio e construção civil (ver Gráfico A11), cujos desembolsos cresceram a taxas mais elevadas nesse período (que, contudo, continuam absorvendo uma parcela ainda pequena dos desembolsos do banco). Sob a ótica do tipo de operação, este recuo decorreu, exclusivamente, da queda da participação do setor nos desembolsos indiretos, de 40,7% em 2008 para 26,6% no primeiro semestre de 2009, quando o setor de serviços assume a liderança nesses desembolsos pela primeira vez no período em foco, respondendo por 29,6%.

Este movimento ocorreu num contexto de estabilização (janeiro a março) e posterior desaceleração (nos meses de abril e maio) dos desembolsos em 12 meses para a indústria (ver Gráfico 8). Todavia, esta perda de ímpeto deve ser relativizada: na média do semestre, este indicador manteve-se, praticamente, no mesmo patamar de dezembro de 2008 (R\$ 38,7 bilhões contra R\$ 39 bilhões), tendo superado este patamar em junho (R\$ 40,3 bilhões). Se considerarmos o total absorvido pela indústria entre 2003 e o primeiro semestre de 2009, sua participação foi de 45%.

Assim, pode-se afirmar que, apesar de o BNDES, a partir de meados dos anos 1990, ter adquirido “uma plasticidade que permite a mudança de funções” (Torres Filho, 2006: 4) e ampliado seu leque de atuação – por exemplo, passando a conceder financiamento para o setor agrícola

(sobretudo máquinas e implementos agrícolas), a atuar como agência de fomento, fazendo aplicações não-reembolsáveis em investimentos de caráter social, geração de emprego e renda e a apoiar programas de natureza tecnológica¹⁰ -, no período analisado ele continuou sendo, predominantemente, um banco de apoio ao setor industrial e à infraestrutura. Todavia, como detalhado a seguir, de 2003 a 2006, a maior importância relativa deste setor nas operações do banco decorreu, em grande parte, da sua atuação como agência de financiamento das exportações industriais em operações de pré e pós-embarque.

Gráfico 8 - Desembolsos do BNDES para a indústria, acumulados em 12 meses, 2003-2009¹, (R\$ milhões)



Fonte: BNDES – séries desembolsos. Elaboração própria.

Nota:

1. Primeiro semestre.

No caso dos empréstimos à indústria, considerando o volume total concedido no período, a participação das duas modalidades de desembolso (direta e indireta) foi semelhante: 52,1% e 47,9%, respectivamente (algumas operações são mistas, ou seja, podem ser realizadas de forma direta ou indireta) (ver Gráfico 9). Em termos anuais, observa-se alguma oscilação, mas somente em dois anos

¹⁰ Na segunda metade da década dos 1990, houve uma ampliação do espectro de setores passíveis de serem contemplados com os financiamentos do BNDES. O banco passou a financiar *shopping centers*, parques de lazer, a estimular os setores de tecnologia de ponta por meio da Bndespar, além de assumir um papel relevante na promoção das exportações, passando a conceder financiamento não somente para os setores de bens de capital (que tinham exclusividade até 1996), mas também para exportação de software, de serviços de engenharia, dentre outros. Sobre as mudanças na atuação do BNDES a partir dos anos 1990, ver: Prates, Freitas e Cintra (2000); Prado & Monteiro Filho (2005); Torres Filho (2006).

houve uma maior discrepância: em 2007, predominaram as operações indiretas (54% contra 46%) e no primeiro semestre de 2009 as diretas (66% contra 34%).

Gráfico 9 - Modalidades direta e indireta: volume (R\$ milhões) e participação (%)



Fonte: AP/Deorç - BNDES. Tabulação especial. Elaboração própria.

Nota:

1. Primeiro semestre.

A conjuntura macroeconômica vigente parece ter condicionado esses diferentes padrões: em 2007, num contexto de aceleração do crescimento (ancorado no mercado doméstico) e de evolução favorável dos preços-chave, os bancos reduziram sua preferência pela liquidez e sancionaram a demanda de crédito das empresas; em contrapartida, no primeiro semestre de 2009, diante do efeito-contágio da crise financeira global sobre o mercado de crédito privado e a atividade econômica (que atingiu, sobretudo, a indústria), o BNDES atuou de forma anticíclica, suprimindo a necessidade de recursos das empresas industriais (seja em função de planos de investimento em andamento, seja em função da fragilidade financeira associada às perdas com as operações de derivativos).

Já as taxas anuais de crescimento das duas modalidades variaram bastante ao longo do período, mas é possível identificar alguns padrões: a modalidade indireta registrou taxas nominais positivas nos seis anos analisados (em termos reais, somente em 2004 a variação foi nula), os desembolsos na modalidade direta recuaram em três anos (2003, 2004 e 2007), em termos nominais e reais; em ambas, os picos foram registrados em 2005 e 2008, mas a modalidade direta atingiu taxas mais elevadas nos dois anos (55% e 56% contra 33% e 35% da indireta, respectivamente). Em 2008, o maior ritmo de expansão desta modalidade resultou, em grande parte, da ação anticíclica no último

trimestre do ano, que afeta somente os desembolsos efetuados diretamente pelo banco. Já se considerarmos a taxa média do período, o crescimento da modalidade indireta foi superior ao da direta (21,2% e 14,9%, respectivamente) (ver Tabela 1).

Tabela 1 - Desembolsos totais, diretos e indiretos: variações nominal e real (em %)

Modalidade	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Direta - Taxa cres.nominal	-26,9	-5,1	60,8	9,9	-8,5	58,9
Direta - Taxa cres.real	-25,6	-5,8	55,5	8,6	-9,1	54,6
Indireta- Taxa de cres.nominal	24,9	1,2	36,5	22,8	3,4	37,7
Indireta- Taxa de cres.real	22,1	0,2	33,0	21,1	2,2	34,6
Total - Taxa de cresc.nominal	-7,6	-1,9	48,2	16,0	-2,5	47,6
Total - Taxa de cresc.real	-8,2	-2,8	43,8	14,6	-3,4	43,9

Fonte: AP/Deorç - BNDES. Tabulação especial. Elaboração própria.

Os patamares estáveis e semelhantes das participações das modalidades diretas e indiretas nos empréstimos do BNDES à indústria revelam a importância dos agentes financeiros intermediários neste segmento do crédito corporativo. Todavia, como estes assumem o risco das operações, sua disposição de efetuar operações de repasses com recursos desta instituição depende da conjuntura macroeconômica vigente; assim, em momentos de maior incerteza (e, conseqüentemente, preferência pela liquidez), esses agentes tornam-se mais cautelosos na concessão de linhas do BNDES. Contudo, a posição do Banco do Brasil no primeiro lugar do *ranking*, apresentado para os dez principais agentes financeiros (ver Tabela 2) – que respondem por 81% dos desembolsos indiretos concedidos para a indústria entre 2003 e o primeiro semestre de 2009 por um total de 111 instituições –, com uma participação de 23,7%, pode ter contribuído para amortizar esse movimento, especialmente no primeiro semestre de 2009, quando esta instituição também desempenha, inquestionavelmente, um importante papel anticíclico¹¹. Ademais, sua fatia no total aumentou expressivamente ao longo do período analisado, passando de apenas 6,7% em 2003 para 29,5% em 2008 e 28,4% no primeiro semestre de 2009 (ver Tabela 2), em grande medida, devido ao aumento dos repasses para financiamento das exportações (produtos do BNDES-exim), especialmente em 2005, 2006 e 2008, bem como para a aquisição de máquinas e equipamentos (linhas Finame) após 2007.

¹¹ Sobre a lógica privada de atuação do BB nos anos anteriores, ver: Andrade e Deos (2009) e Freitas (2007).

Tabela 2 - Modalidade indireta: volume desembolsado (R\$ milhões) e participação relativa dos 10 principais agentes financeiros repassadores de recursos do BNDES à indústria

Agente financeiro	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009 ⁽¹⁾	Total
Banco do Brasil S/A	543	968	2.701	3.408	3.574	5.806	1.696	18.696
% Total	6,7	12,1	24,2	24,8	25,2	29,5	28,4	23,7%
Banco Bradesco S/A	1.002	975	1.715	2.699	2.459	3.472	1.090	13.411
% Total	12,4	12,2	15,3	19,7	17,3	17,7	18,2	17,0%
Unibanco S/A	952	1.044	1.630	1.312	1.234	1.599	337	8.107
% Total	11,8	13,1	14,6	9,6	8,7	8,1	5,6	10,3%
Banco Votorantin S/A	262	518	1.070	1.130	1.291	1.691	422	6.385
% Total	3,2	6,5	9,6	8,2	9,1	8,6	7,1	8,1%
Banco Santander S/A	364	607	479	1.358	608	780	119	4.315
% Total	4,5	7,6	4,3	9,9	4,3	4,0	2,0	5,5%
Banco Itau BBA S/A	408	517	423	383	742	1.321	318	4.114
% Total	5,0	6,5	3,8	2,8	5,2	6,7	5,3	5,2%
Banco Safra S/A	839	763	382	424	682	410	73	3.573
% Total	10,4	9,6	3,4	3,1	4,8	2,1	1,2	4,5%
Banco Regional do Rio Grande do Sul	132	239	294	241	395	704	361	2.367
% Total	1,6	3,0	2,6	1,8	2,8	3,6	6,0	3,0%
ABN Amro Real S/A	259	218	356	521	428	419	124	2.325
% Total	3,2	2,7	3,2	3,8	3,0	2,1	2,1	2,9%
HSBC Bank S/A Banco Múltiplo	191	160	240	227	455	678	72	2.023
% Total	2,4	2,0	2,1	1,7	3,2	3,4	1,2	2,6%
Total	5.012	6.083	9.371	11.786	11.948	16.964	4.687	65.317

Fonte: AP/Deorç - BNDES. Tabulação especial. Elaboração própria

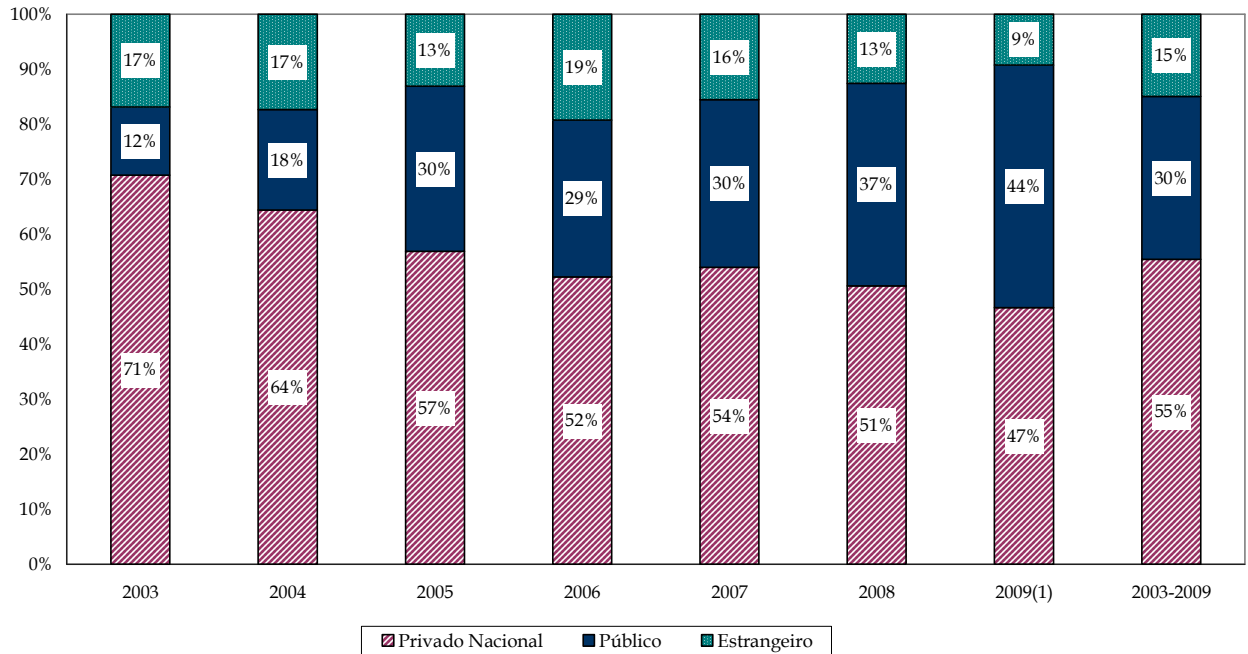
Nota:

1. Primeiro semestre.

Já as demais posições são ocupadas por instituições privadas, que integram o grupo dos 10 principais bancos que compõem a amostra utilizada (a única exceção é o Banco Regional do Rio Grande do Sul - BRDE, em sétimo lugar). Em termos de participação no total no acumulado do período, os destaques são o Bradesco (16,7%) - que também amplia sua participação no período, de 12,7% em 2003 para 18,2% no primeiro semestre de 2009 -, Unibanco (10,1%) e Votorantin (8%). Se considerarmos a fusão entre o Itaú e o Unibanco realizada em novembro de 2008, os três principais *players* neste segmento do crédito à indústria, respondendo por 50% do total dos repasses no período, são Banco do Brasil, Bradesco e Itaú-Unibanco.

O aumento da participação do Banco do Brasil também transparece na distribuição dos desembolsos sob o prisma da natureza do capital. Como reflexo, sobretudo, desse movimento, a participação das instituições públicas no total (que inclui bancos federais e os bancos e agências de fomento estaduais) avançou de forma praticamente ininterrupta ao longo do período em foco (com exceção do biênio 2006-2007) - passando de 12% em 2003 para 44% no primeiro semestre de 2009 (ver Gráfico 10) -, ocupando o espaço, principalmente, das instituições privadas nacionais, cuja participação no total recuou de 71% em 2003 para 47% do total, percentual quase igual ao dos bancos públicos.

Gráfico 10 - Participação relativa dos agentes financeiros, agrupados por natureza do capital, nos repasses de recursos do BNDES à indústria (em %)



Fonte: AP/Deorç - BNDES. **Tabulação especial. Elaboração própria**

Nota:

1. Primeiro semestre.

No caso das instituições estrangeiras, chama atenção o ganho de participação em 2006, associado, ao que tudo indica, à estratégia mais agressiva do Santander nos repasses à indústria neste ano (ver Tabela 2). Todavia, este ganho foi efêmero. No biênio 2007-2008 e no primeiro semestre de 2009 (em função do efeito-contágio da crise global), o peso deste grupo recuou num ritmo anual bastante próximo (3 a 4 pontos percentuais), vácuo que também foi preenchido pelas instituições públicas. Já se considerarmos o total desembolsado no período na modalidade indireta, o grupo privado nacional respondeu por mais de 50%, estas instituições por 30% e as estrangeiras por 15%

Os desembolsos à indústria nas modalidades direta e indireta ancoram-se num conjunto de produtos (ou linhas de apoio financeiro) e em programas específicos (com dotação orçamentária e prazo de vigência limitado), que são operacionalizadas mediante essas linhas. Os dados disponíveis, contudo, fornecem os desembolsos totais por tipo de produto, não permitindo a identificação dos volumes ofertados no âmbito dos programas. Ademais, eles também não possibilitam a separação dos desembolsos diretos e indiretos nas linhas mistas (Finem e BNDES-exim), mas é possível deduzir que no Finem predominam as operações diretas, pois só recentemente esta linha tornou-se mista, enquanto que no BNDES-exim a importância das operações indiretas é bastante relevante, principalmente nas linhas pré-embarque. Apesar dessas limitações, as informações sobre a

distribuição dos desembolsos por tipo de produto revelam vários aspectos importantes dos empréstimos do BNDES à indústria (ver Tabela 3).

Em primeiro lugar, considerando o total desembolsado no período, as linhas mistas predominaram, sendo o BNDES-exim o produto líder (40,6%), seguido pelo Finem (33,5%), que financia somente operações acima de R\$ 10 milhões, tendo assim, como foco, o financiamento de investimentos voltados para ampliação da capacidade produtiva. Todavia, a participação relativa dessas duas linhas altera-se bastante ao longo do período, como reflexo das características do ciclo industrial. O BNDES-exim predomina entre 2003 e 2006, atingindo percentuais anuais de participação especialmente elevados em 2003 e 2004 (70% e 65%, respectivamente), associados ao dinamismo das exportações, subjacente à primeira fase de expansão da indústria no período, bem como à estagnação dos investimentos neste período (ver seção I). Assim, como já anunciado, a elevada participação da indústria nas operações desta instituição reflete, em grande medida, o atendimento, pelo BNDES e pelos agentes financeiros (com destaque para o BB, após 2005), da demanda de financiamento dos setores exportadores. Já o Finem passa a predominar a partir de 2007, com a mudança do eixo do crescimento do mercado externo para o interno e a dinamização dos investimentos.

Tabela 3 - Produtos (linhas): volume (R\$ milhões) e participação no total (%)

Produto	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009 ⁽¹⁾	Total	% Total
Direta e indireta	13.578	13.024	19.608	20.912	18.355	24.953	11.961	122.390	74,1
BNDES-exim	11.246	10.268	13.102	12.864	6.607	10.378	2.630	67.096	-
% Total	70,0	65,1	56,1	47,4	25,0	26,6	15,2	40,6	-
Finem	2.332	2.756	6.505	8.048	11.748	14.575	9.331	55.295	-
% Total	14,5	17,5	27,8	29,7	44,4	37,4	53,9	33,5	-
Indireta	2.393	2.587	3.668	3.886	6.356	7.779	2.739	29.407	17,8
Finame	1.677	1.847	2.580	2.850	4.399	5.032	1.773	20.158	-
% Total	10,4	11,7	11,0	10,5	16,6	12,9	10,2	12,2	-
BNDES-automático	608	673	992	900	1.685	2.358	732	7.948	-
% Total	3,8	4,3	4,2	3,3	6,4	6,0	4,2	4,8	-
Cartão BNDES	0	3	19	58	137	231	203	650	-
% Total	0,0	0,0	0,1	0,2	0,5	0,6	1,2	0,4	-
Leasing	74	40	77	79	134	156	30	591	-
% Total	0,5	0,3	0,3	0,3	0,5	0,4	0,2	0,4	-
Agrícola	33	24	0	0	0	2	2	60	-
% Total	0,2	0,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-
Direta	106	156	89	2.321	1.721	6.260	2.615	13.269	8,0
Mercado de capitais	106	156	89	2.321	1.718	6.239	2.610	13.238	-
% Total	0,7	1,0	0,4	8,6	6,5	16,0	15,1	8,0	-
Aplicação não-reembolsável	0	0	0	0	3	22	5	31	-
% Total	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	-
TOTAL	16.077	15.767	23.365	27.119	26.432	38.991	17.316	165.066	100%

Fonte: AP/Deorç - BNDES. Tabulação especial. Elaboração própria.

Nota:

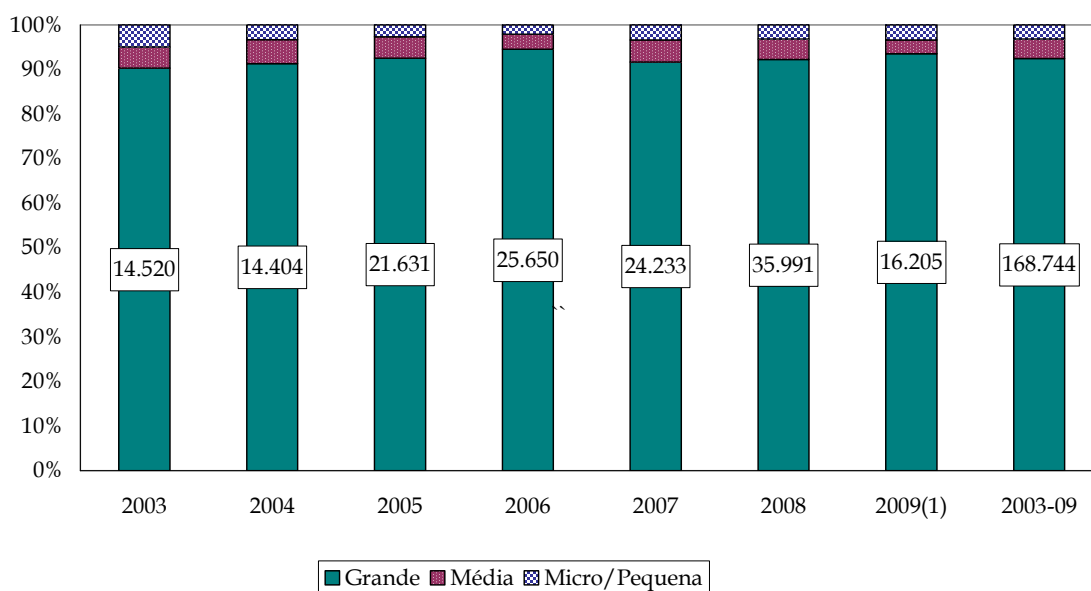
1. Primeiro semestre.

Em segundo lugar, no âmbito dos produtos indiretos, o Finame, uma linha tradicionalmente industrial, voltada para o financiamento da aquisição de máquinas e equipamentos, ocupa o primeiro

lugar (e o terceiro lugar no *ranking* global), com uma participação de 12,2% no total de desembolsos no período. Sua fatia no total sofre poucas variações (de 10 a 12%), com exceção do ano de 2007, quando atinge 16,6%, impulsionado pela demanda de bens de capital pelas empresas no contexto de pico do ciclo de investimento doméstico. A despeito da inexistência de dados que cruzem as informações de setor, produto e agente, é possível deduzir que a atuação do Banco do Brasil como agente repassador do BNDES foi fundamental nessa evolução dada a predominância dos setores industriais no Finame: a participação deste produto no total dos desembolsos do BB passa de um patamar de 16% em 2006 para 32% em 2007 e 2008, no contexto de dinamização dos investimentos voltados para o mercado interno.

Em seguida, desponta o BNDES-automático, que aumenta sua participação no biênio 2007-08 para o patamar de 6%, a qual não se sustenta no primeiro semestre de 2009 (4,8%). Também vale mencionar a participação praticamente irrisória do Cartão-BNDES, produto voltado para as pequenas e médias empresas, a qual decorre do porte das empresas industriais que tem acesso aos recursos do BNDES: em todos os anos analisados e no acumulado do período, mais de 90% dos desembolsos absorvidos pela indústria destinaram-se às grandes empresas (ver Gráfico 11). O aumento da participação desse produto no primeiro semestre de 2009 (de 0,6% em 2008 para 1,2%) explica-se pela ação anticíclica do banco (mediante, principalmente, o PEC, programa de financiamento ao capital de giro instituído em dezembro de 2008), que também beneficiou as empresas menores.

Gráfico 11 - Desembolsos para a indústria (R\$ milhões): distribuição por porte



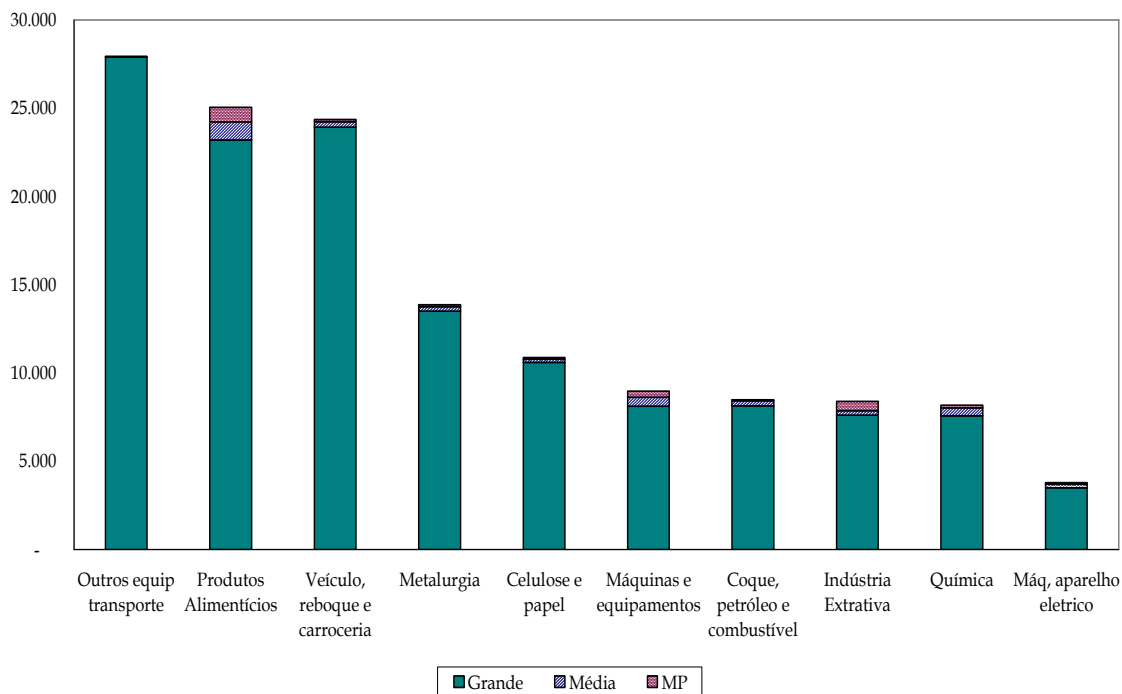
Fonte: AP/Deorç - BNDES. Tabulação especial. Elaboração própria.

Nota:

1. Primeiro semestre.

Este perfil em termos de porte (predomínio das grandes empresas) é observado nos dez gêneros de atividade industriais que mais absorveram recursos do BNDES entre 2003 e o primeiro semestre de 2009, que respondem por 85% do total (ver Gráfico 12), o que indica um grau significativo de concentração setorial. Se considerarmos somente os quatro primeiros setores (Outros equipamentos de transporte, Produtos alimentícios, Veículos, reboque e carroceria e Metalurgia), responsáveis por 55,6% do total, este grau é ainda mais evidente.

Gráfico 12 - Desembolsos para os 10 principais subsetores industriais de 2003-2009 (R\$ milhões): distribuição por porte



Fonte: AP/Deorç - BNDES. Tabulação especial. Elaboração própria.

Todavia, no que diz respeito às demais características analisadas acima para o total dos desembolsos para a indústria (modalidades e produtos), há importantes diferenças entre os dez principais gêneros de atividade (ver Tabelas 4 e 5), que refletem, em grande parte, características setoriais - dentre as quais a intensidade de capital e o tamanho das plantas (que afetam o volume de recursos necessários e o tempo de maturação dos investimentos) - e o mercado prioritário de destino da produção.

A influência desses fatores transparece na participação de cada modalidade e produto nos desembolsos dos setores considerados. Por exemplo, enquanto setores intensivos em capital e com unidades fabris de maior dimensão (como Metalurgia, Celulose e Papel, Indústria extrativa e

Química), as operações diretas, realizadas mediante a linha Finem (voltadas, exatamente, para financiamentos de maior porte e prazo) predominaram, no setor de Outros equipamentos de transporte (composto quase exclusivamente pelo setor aeronáutico), a participação praticamente exclusiva das operações diretas reflete a atuação do BNDES como Eximbank da Embraer. No setor de Veículos, reboque e carroceria, a importância do mercado externo também explica o predomínio da linha BNDES-exim, mas o cruzamento dos perfis de modalidade e produto mostra que nesse caso as operações foram, principalmente, indiretas, associadas às operações de pré-embarque.

Outro aspecto que chama atenção na análise da distribuição setorial dos desembolsos refere-se às mudanças ocorridas ao longo do período em tela, como reflexo, principalmente, das características dos ciclos industriais do período, que, por sua vez, foram condicionadas pela conjuntura internacional e macroeconômica doméstica. No triênio 2003-2005, quando a economia brasileira cresceu basicamente impulsionada pelos setores exportadores (num contexto de taxa de câmbio ainda favorável e baixo dinamismo do mercado interno), a expansão da oferta de crédito industrial pelo BNDES foi, principalmente, uma resposta à demanda de recursos dos setores exportadores (Outros equipamentos de transporte) ou daqueles que priorizaram, naquele contexto, o mercado externo (Veículos, reboques automobilístico, produtos alimentícios e máquinas e equipamentos). A predominância das linhas BNDES-exim nesse período corrobora esta hipótese (ver Tabela 2). Nesse sentido, é possível afirmar que a tendência que começa a se verificar nos dois anos finais do governo FHC - a atuação do BNDES focado na sua função de Eximbank - se acentua no primeiro governo Lula.

Tabela 4 - Desembolsos para os 10 principais setores industriais (R\$ milhões):distribuição por modalidade

Gênero atividade	Modal.	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009 ⁽¹⁾	Total	% Total
Outros equip transporte	Direta	5.249	4.786	5.080	3.118	541	1.528	1.282	21.583,4	77,3%
	Indireta	506	1.178	964	1.105	1.159	1.414	15	6.341,4	22,7%
	Total	5.755	5.963	6.044	4.223	1.700	2.942	1.298	27.924,8	16,9%
	% Total	35,8	37,8	25,9	15,6	6,4	7,5	7,5	-	-
Produtos Alimentícios	Direta	225	381	1.244	1.407	1.997	5.960	579	11.794,4	47,1%
	Indireta	1.568	1.392	1.152	1.897	2.372	3.584	1.290	13.254,4	52,9%
	Total	1.793	1.773	2.396	3.304	4.369	9.544	1.869	25.048,8	15,2%
	% Total	11,2	11,2	10,3	12,2	16,5	24,5	10,8	-	-
Veículo, reboque e carroceria	Direta	500	232	724	525	562	1.008	254	3.805,6	15,6%
	Indireta	2.154	2.344	3.994	4.661	2.503	3.595	1.297	20.548,3	84,4%
	Total	2.654	2.575	4.718	5.186	3.065	4.603	1.551	24.353,9	14,8%
	% Total	16,5	16,3	20,2	19,1	11,6	11,8	9,0	-	-
Metalurgia	Direta	659	402	1.005	1.776	2.813	2.620	2.087	11.362,3	81,9%
	Indireta	338	339	363	385	307	589	188	2.508,1	18,1%
	Total	997	741	1.368	2.161	3.120	3.209	2.274	13.870,5	8,4%
	% Total	6,2	4,7	5,9	8,0	11,8	8,2	13,1	-	-
Celulose e papel	Direta	280	935	1.247	2.245	1.608	587	2.851	9.754,1	89,7%
	Indireta	150	117	168	70	200	271	146	1.121,8	10,3%
	Total	430	1.052	1.415	2.315	1.808	858	2.997	10.876,0	6,6%
	% Total	2,7	6,7	6,1	8,5	6,8	2,2	17,3	-	-
Máquinas e equipamentos	Direta	116	131	766	346	210	209	149	1.926,8	21,5%
	Indireta	351	698	1.199	1.349	1.507	1.455	483	7.040,6	78,5%
	Total	467	830	1.965	1.695	1.716	1.664	631	8.967,4	5,4%
	% Total	2,9	5,3	8,4	6,2	6,5	4,3	3,6	-	-
Coque, petróleo e combustível	Direta			63	976	869	1.579	943	4.429,1	52,2%
	Indireta	48	74	108	416	929	1.567	919	4.059,4	47,8%
	Total	48	74	171	1.392	1.798	3.146	1.861	8.488,5	5,1%
	% Total	0,3	0,5	0,7	5,1	6,8	8,1	10,8	-	-
Indústria Extrativa	Direta	52	130	167	1.300	561	2.850	1.747	6.806,7	81,0%
	Indireta	105	113	171	158	490	461	95	1.592,4	19,0%
	Total	157	243	338	1.458	1.050	3.311	1.842	8.399,2	5,1%
	% Total	1,0	1,5	1,4	5,4	4,0	8,5	10,6	-	-
Química	Direta	495	157	662	821	1.387	1.684	355	5.560,2	68,0%
	Indireta	561	298	351	241	496	492	182	2.620,8	32,0%
	Total	1.055	455	1.013	1.062	1.883	2.176	537	8.181,0	5,0%
	% Total	6,6	2,9	4,3	3,9	7,1	5,6	3,1	-	-
Máq, aparelho elétrico	Direta	130	58	254	127	217	230	98	1.115,3	29,4%
	Indireta	99	153	404	547	620	659	189	2.671,8	70,6%
	Total	229	212	658	674	837	889	288	3.787,1	2,3%
	% Total	1,4	1,3	2,8	2,5	3,2	2,3	1,7	-	-
Total	-	13.586	13.917	20.086	23.470	21.347	32.342	15.150	139.897	85%

Fonte: AP/Deorc - BNDES. Tabulação especial. Elaboração própria.

Nota:

1. Primeiro semestre.

**Tabela 5 - Desembolsos para os 10 principais setores industriais
(R\$ milhões): distribuição por produto**

Gêneros de atividade	Produtos	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009 ⁽¹⁾	Total	% Total
Outros equip. transporte	BNDES-exim	5.740,0	5.936,9	5.845,5	3.872,7	1.319,7	2.468,4	765,9	25.949,1	92,9%
	Finem	10,9	22,3	189,6	344,1	369,3	451,4	516,5	1.904,0	6,8%
Produtos alimentícios	BNDES-automático	128,3	174,5	176,5	214,1	374,1	283,7	242,6	1.593,8	6,4%
	BNDES-exim	967,3	689,9	411,9	842,3	333,7	776,1	126,2	4.147,4	16,6%
	Finame	442,0	411,9	605,1	782,0	1.303,5	1.358,7	410,9	5.314,1	21,2%
	Finem	192,1	465,9	1.183,0	1.217,7	1.000,4	2.125,7	1.036,6	7.221,3	28,8%
	Mercado de capitais	9,0	-	-	218,7	1.308,5	4.897,7	-	6.433,9	25,7%
Veículo, reboque e carroceria	BNDES-automático	23,7	19,1	35,6	41,2	105,8	41,2	24,6	291,3	1,2%
	BNDES-exim	2.310,6	2.245,9	3.745,3	4.303,7	2.123,1	3.518,4	1.156,9	19.404,0	79,7%
	Finame	56,2	127,6	207,8	150,7	250,9	267,5	130,5	1.191,2	4,9%
	Finem	260,8	177,8	725,2	681,3	577,0	762,4	235,0	3.419,4	14,0%
Metalurgia	BNDES-automático	27,1	21,5	39,1	52,2	50,7	30,1	12,2	232,9	1,7%
	BNDES-exim	89,3	105,6	195,4	35,5	1,6	371,7	134,0	933,1	6,7%
	Finame	147,3	212,9	273,1	242,3	234,1	298,8	100,4	1.508,8	10,9%
	Finem	721,5	399,5	855,4	1.775,9	2.825,1	2.432,4	1.901,3	10.911,1	78,7%
	Mercado de capitais	7,9	-	2,0	50,4	-	64,9	122,1	247,3	1,8%
Celulose e papel	BNDES-automático	13,2	11,2	23,3	15,8	60,1	40,7	14,9	179,1	1,6%
	BNDES-exim	85,8	14,7	64,9	1,4	3,0	5,4	31,8	206,9	1,9%
	Finame	50,0	67,4	76,1	51,0	129,4	199,5	94,1	667,5	6,1%
	Finem	280,4	957,5	1.247,0	2.006,7	1.581,4	596,4	464,5	7.133,9	65,6%
	Mercado de capitais	-	-	-	238,8	26,9	-	2.388,0	2.653,8	24,4%
Máquinas e equipamentos	BNDES-automático	32,8	27,7	80,3	48,9	83,1	81,7	44,9	399,4	4,5%
	BNDES-exim	299,8	581,9	1.551,5	1.430,2	1.127,6	1.055,9	263,5	6.310,5	70,4%
	Finame	127,3	128,3	181,1	199,2	293,4	338,8	182,9	1.451,0	16,2%
	Finem	5,6	90,2	146,6	10,0	13,4	79,5	61,3	406,6	4,5%
	Mercado de capitais	-	-	-	-	184,5	84,8	63,8	333,1	3,7%
Coque, petróleo e combustível	BNDES-automático	10,7	12,6	18,1	16,9	48,1	11,7	10,2	128,4	1,5%
	Finame	10,0	56,9	86,1	278,3	415,0	341,7	114,6	1.302,5	15,3%
	Finem	22,6	0,0	63,2	222,1	1.280,3	2.594,4	1.708,0	5.890,6	69,4%
	Mercado de capitais	-	-	-	862,1	31,4	183,7	27,0	1.104,3	13,0%
Indústria Extrativa	BNDES-exim	17,8	6,1	-	363,3	3,2	-	-	390,4	4,6%
	Finame	71,7	87,5	139,9	152,7	149,2	234,1	83,6	918,7	10,9%
	Finem	52,2	12,9	156,5	77,6	867,5	2.250,6	1.742,5	5.159,8	61,4%
	Mercado de capitais	-	117,2	29,9	858,9	-	798,4	-	1.804,4	21,5%
Química	BNDES-automático	66,8	124,3	80,1	59,1	93,3	76,8	44,2	544,6	6,7%
	BNDES-exim	414,1	91,7	144,3	82,2	77,7	171,7	15,4	997,2	12,2%
	Finame	61,8	75,1	120,6	59,5	108,1	164,5	60,3	650,0	7,9%
	Finem	432,0	125,1	604,7	779,7	1.591,8	1.739,1	410,8	5.683,3	69,5%
	Mercado de capitais	77,9	37,4	57,2	76,9	0,0	6,6	0,6	256,6	3,1%
Máq. aparelho elétrico	BNDES-automático	10,1	15,2	29,4	34,5	64,3	43,4	29,4	226,1	6,0%
	BNDES-exim	92,3	127,1	345,5	510,3	418,6	412,5	69,6	1.975,8	52,2%
	Finame	12,3	21,6	41,1	31,4	134,1	194,1	89,7	524,2	13,8%
	Finem	104,6	47,4	241,0	85,7	157,9	205,2	95,9	937,5	24,8%

Fonte: AP/Deorç - BNDES. Tabulação especial. Elaboração própria.

Nota:

1. Primeiro semestre.

Já em 2007 e 2008, num ambiente de moeda apreciada, maior dinamismo do consumo interno e alta dos preços das *commodities*, assumem as posições de destaque sejam setores produtores destes bens (metalurgia, indústria extrativa e coque, petróleo e combustíveis) – que ampliaram seus planos de investimento estimulados pela escalada das cotações internacionais –, sejam setores líderes no período anterior, que mantiveram (automobilístico) ou ganharam posições (produtos alimentícios) graças ao redirecionamento das vendas para o mercado doméstico. No caso deste último setor, o

aumento da participação da linha Finem, que se torna predominante, às custas da BNDES-exim, reflete exatamente este redirecionamento (ver Tabela 4). No primeiro semestre de 2009, observam-se novas mudanças de posições, com destaque para a assunção da liderança pelo setor de “Celulose e papel” (com 17,3% do total) o que reflete, possivelmente, os empréstimos para as empresas do setor em dificuldades financeiras devido aos elevados prejuízos incorridos com as operações de derivativos cambiais (ver relatório empresas).

Por fim, o cruzamento das informações dos desembolsos indiretos por subsetor de atividade e agente financeiro permite desenhar um quadro mais preciso da importância relativa das cinco primeiras instituições financeiras repassadoras nas dez principais atividades industriais contempladas por esses desembolsos, revelando algumas diferenças setoriais. Como mostra a Tabela 6 (onde, ao contrário das Tabelas 4 e 5, os setores estão posicionados em ordem decrescente de acordo com o total dos repasses no período), a relevância do Banco do Brasil torna-se ainda mais evidente: esta instituição pública, líder dos repasses à indústria (ver Tabela 2), ocupa a posição de principal banco repassador em oito subsetores, respondendo por uma fatia expressiva do total na maioria dos casos (apenas em “Produtos alimentícios”, onde o grau de concentração dos repasses é menor, sua participação é menor, equivalente àquela dos segundo e terceiros colocados).

As exceções foram os subsetores “Coque, petróleo e combustível” e “Indústria extrativa”, onde Unibanco e Itaú BBA (terceiro e sexto colocado no ranking global – ver Tabela 2) ocuparam a primeira posição. Nesses subsetores, o Votorantin (quarto colocado) também não figurou na lista dos cinco principais agentes, mas teve uma presença relevante em sete das dez atividades industriais. Já o Itaú BBA (sexto colocado) figurou na lista dos cinco principais agentes em somente mais dois subsetores (Outros equipamentos de transporte e Química) e o Unibanco em mais seis, totalizando, respectivamente, quatro e sete subsetores.

No caso do primeiro setor, onde o BB está em terceiro lugar, depois do Bradesco (ou contrário do *ranking* global), vale destacar a posição da CEF como quarto principal agente financeiro (provavelmente associado aos empréstimos à Petrobrás), instituição que não desponta na lista dos cinco principais agentes em nenhum outro subsetor. Já na “Indústria extrativa”, chama atenção o aumento da participação do Itaú BBA a partir de 2007 (o que deve estar relacionado ao estreitamento das relações do banco com uma ou mais empresas do setor) e o segundo lugar do banco Caterpillar Financial, que tem um papel relevante somente neste subsetor (braço financeiro da empresa multinacional americana que fabrica motores de embarcação e de caminhões rodoviários, máquinas e equipamentos para agricultura, mineração e construção pesada).

O Bradesco ocupa a segunda posição em oito subsetores, assim como no *ranking* global. As

exceções são a “Indústria Extrativa” – onde está em terceiro lugar, após o Caterpillar e antes do BB – e o setor metalúrgico, no qual este banco nem aparece na lista das cinco principais instituições. Neste setor, o Banco Alfa Investimentos – do ex-dono do Banco Real, Aloísio Faria, que tem foco em grandes empresas, especialmente deste setor, que tem grande presença na indústria de Minas Gerais, estado de origem deste empresário –, que não aparece no *ranking* global dos dez principais agentes, é a quarta principal instituição repassadora, seguida pelo Santander, quinto colocado no *ranking* global, que aparece na lista dos cinco principais agentes em mais três subsectores (Máquinas e equipamentos, Outros equipamentos de transporte, Máquinas e aparelhos elétricos).

No que diz respeito aos demais integrantes deste ranking, vale destacar a presença, na relação das cinco principais instituições repassadoras, do banco Safra em apenas dois subsectores (Veículo, Reboque e Carroceria e Papel e celulose), do BRDE somente no subsector de Produtos alimentícios – associada à sua atuação na região sul, onde a indústria alimentícia tem uma participação elevada (com destaque para Sadia-Perdigão) – e do ABM Amro exclusivamente no subsector de Química. Já o HSBC Brasil – o terceiro banco estrangeiro presente no ranking global, ocupando o último lugar – embora não apareça nas cinco primeiras posições em nenhum dos subsectores contemplados, está presente, em quatro subsectores na lista dos dez principais (com uma participação pequena), como: veículo, reboque e carroceria; máquinas e equipamentos; máquina e aparelho elétrico e; papel e celulose.

Tabela 6 - Desembolso dos principais agentes financeiros do BNDES por subsetores da indústria

(R\$ milhões) e participação no total repassado por subsetor (em %)

Setor	Agente	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	Total geral	% Total
Veículo, reboque e carroceria	Banco do Brasil S/A	269,9	267,4	1.288,0	1.618,5	904,4	1.332,2	786,8	6.467,1	31%
	Banco Bradesco S/A	229,1	600,7	808,6	1.374,5	524,6	811,9	398,0	4.747,4	23%
	Banco Unibanco S/A	694,2	187,9	881,1	276,8	310,1	250,6	13,5	2.614,2	13%
	Banco Votorantin S/A	0,0	164,3	438,3	447,1	239,4	399,8	20,7	1.709,5	8%
	Banco Safra S/A	488,1	416,6	116,4	70,9	19,1	20,6	7,4	1.139,2	6%
	Total do repasse	2.154,1	2.330,9	3.994,4	4.661,4	2.502,8	3.594,6	1.297,3	20.535,7	100%
Produtos alimentícios	Banco do Brasil S/A	66,0	174,3	98,2	156,4	368,2	467,6	155,2	1.485,8	11%
	Banco Bradesco S/A	132,1	79,7	56,9	202,8	220,9	633,5	150,4	1.476,3	11%
	Banco Votorantin S/A	72,8	95,2	48,8	176,1	322,8	493,1	165,7	1.374,4	10%
	BRDE	51,1	93,7	81,4	86,8	207,0	322,8	237,7	1.080,5	8%
	Banco Unibanco S/A	96,5	70,6	115,5	205,1	146,1	296,4	62,9	993,2	8%
	Total do repasse	1.568,1	1.336,2	1.151,9	1.897,0	2.371,5	3.583,9	1.289,5	13.198,2	49%
Máquinas e equip.	Banco do Brasil S/A	6,7	50,3	241,7	438,3	616,0	557,8	197,6	2.108,4	30%
	Banco Bradesco S/A	31,8	26,9	107,7	311,6	343,8	246,9	121,7	1.190,4	17%
	Banco Unibanco S/A	27,9	110,3	132,7	56,7	41,7	95,7	10,8	475,9	7%
	Banco Votorantin S/A	16,6	43,7	64,6	62,8	110,9	117,2	11,4	427,1	6%
	Banco Santander S/A	18,6	38,3	99,0	144,4	49,6	29,9	3,3	383,2	5%
	Total do repasse	350,6	683,4	1.198,7	1.348,9	1.506,6	1.455,1	482,5	7.025,8	100%
Outros equip. de transporte	Banco do Brasil S/A	0,1	286,6	641,9	466,7	512,3	775,2	0,6	2.683,4	42%
	Banco Bradesco S/A	129,2	1,1	191,5	244,4	348,0	298,7	0,8	1.213,7	19%
	Banco Unibanco S/A	0,0	438,2	12,4	389,1	236,8	0,6	0,8	1.078,0	17%
	Banco Santander S/A	143,5	207,2	0,2	0,0	0,1	0,1	0,0	351,2	6%
	Banco Itaú BBA S/A	43,1	114,1	102,4	0,1	0,5	1,7	0,7	262,7	4%
	Total do repasse	506,5	1.177,6	964,2	1.104,8	1.158,5	1.414,5	15,4	6.341,4	88%
Coque, petróleo e combustível	Banco Unibanco S/A	13,8	1,1	15,2	58,9	177,0	350,1	139,4	755,5	19%
	Banco Bradesco S/A	4,2	4,8	0,7	24,8	167,5	386,3	102,9	691,2	17%
	Banco do Brasil S/A	0,0	0,0	4,3	57,4	100,1	200,5	51,2	413,4	10%
	Caixa Econômica Federal	0,0	0,0	0,0	0,0	2,1	79,7	310,5	392,3	10%
	Banco Itaú BBA S/A	0,0	1,9	6,5	44,0	65,5	210,4	41,5	369,8	9%
	Total do repasse	47,6	71,3	107,6	416,0	929,0	1.566,8	919,0	4.057,2	100%
Máq. aparelho elétrico	Banco do Brasil S/A	2,8	32,6	88,2	167,6	233,7	164,8	24,4	714,0	27%
	Banco Bradesco S/A	56,6	25,7	131,1	82,2	102,0	125,9	14,4	537,9	20%
	Banco Votorantin S/A	0,0	29,2	83,6	91,3	83,2	60,4	71,6	419,4	16%
	Banco Unibanco S/A	0,6	2,4	25,9	55,9	42,5	158,3	5,4	290,9	11%
	Banco Santander S/A	5,7	16,6	0,8	66,5	3,2	33,8	11,7	138,3	5%
	Total do repasse	98,9	147,3	404,5	546,6	620,3	659,0	189,4	2.665,9	100%
Química	Banco do Brasil S/A	15,7	22,9	27,4	36,0	166,3	193,9	43,8	506,0	19%
	Banco Bradesco S/A	20,1	13,2	44,5	4,9	170,0	24,7	19,9	297,3	11%
	Banco Votorantin S/A	83,4	13,3	24,7	26,6	10,6	24,8	6,0	189,4	7%
	Banco ABM Amro Real S/A	33,8	15,2	74,3	23,6	26,1	6,2	0,8	179,9	7%
	Banco Itaú BBA S/A	62,7	7,5	0,1	2,5	11,2	64,6	23,2	171,8	7%
	Total do repasse	560,6	297,4	351,0	241,0	496,3	492,1	182,1	2.620,5	100%
Metalurgia	Banco do Brasil S/A	25,4	8,6	24,3	38,9	63,6	353,7	22,2	536,8	21%
	Banco Votorantin S/A	0,0	53,7	75,7	66,5	35,1	134,8	13,8	379,6	15%
	Banco Unibanco S/A	48,0	10,5	26,4	50,2	40,4	43,2	18,9	237,5	9%
	Banco Alfa Invest. S/A	31,8	35,0	6,8	41,7	12,4	22,4	84,8	234,9	9%
	Banco Santander S/A	6,3	57,5	69,7	33,3	34,6	11,4	2,2	215,0	8%
	Total do repasse	338,1	324,1	362,5	385,1	306,7	712,0	187,7	2.616,1	61%
Indústria extrativa	Banco Itaú BBA S/A	0,0	5,6	0,0	0,0	224,4	210,4	5,2	445,6	28%
	Caterpillar Financial S/A	7,7	15,6	46,7	47,5	47,5	36,8	12,2	214,0	14%
	Banco Bradesco S/A	24,7	16,1	11,6	12,6	23,3	50,5	15,2	154,0	10%
	Banco do Brasil S/A	0,6	1,5	2,5	22,0	13,3	53,5	24,8	118,3	7%
	Banco Santander S/A	3,6	6,3	6,5	3,0	62,1	12,9	7,4	101,8	6%
	Total do repasse	105,1	99,5	170,6	158,2	489,8	461,1	95,1	1.579,4	100%
Papel e celulose	Banco do Brasil S/A	23,5	8,0	17,2	15,4	66,1	99,2	57,8	287,2	26%
	Banco Bradesco S/A	45,9	10,1	9,6	4,2	12,0	26,3	21,6	129,7	12%
	Banco Votorantin S/A	0,0	7,4	60,9	3,2	16,2	13,9	8,6	110,2	10%
	Banco Safra S/A	19,6	10,5	11,1	6,1	19,9	9,6	3,8	80,6	7%
	Banco Itaú BBA S/A	6,5	7,6	4,7	10,7	14,8	23,5	2,8	70,5	6%
	Total do repasse	149,6	111,6	168,1	69,5	200,1	271,2	145,9	1.116,1	100%

Fonte: BNDES/AP/DEORÇ. Tabulação especial. Elaboração própria.

Nota:

1. Primeiro semestre.

As posições de destaque do Banco do Brasil e, principalmente, do grupo dos bancos privados nacionais nos repasses aos principais subsetores industriais contemplados pelos financiamentos do BNDES transparecem na distribuição dos desembolsos indiretos por subsetor de atividade sob o prisma da natureza do capital da instituição financeira. Como revela a Tabela 7, em todos os dez subsetores, este grupo é o líder dos repasses, seguido pelas instituições públicas e estrangeiras, com exceção do subsetor de “Outros equipamentos”, onde as participações dos privados nacionais e dos públicos são semelhantes e da “Indústria extrativa”, no qual o grupo estrangeiro ocupa o segundo lugar, em função da presença relevante do banco Caterpillar.

Tabela 7 - Desembolsos do BNDES para os subsetores da indústria por tipo de agente financeiro, agrupado por propriedade do capital (R\$ milhões)

Subsetor	Natureza de capital	Total 2003-09 ¹	% Total
Veículo, reboque e carroceria	Privado Nacional	12.066,1	59%
	Público	6.643,2	32%
	Estrangeiro	1.826,4	9%
	Total do repasse	20.535,7	100%
Produtos Alimentícios	Privado Nacional	7.712,8	58%
	Público	2.973,1	23%
	Estrangeiro	2.512,4	19%
	Total do repasse	13.198,2	100%
Máquinas e equipamentos	Privado Nacional	3.577,7	51%
	Público	2.253,7	32%
	Estrangeiro	1.194,4	17%
	Total do repasse	7.025,8	100%
Outros equip. transporte	Privado Nacional	3.003,4	47%
	Público	2.938,5	46%
	Estrangeiro	407,7	6%
	Total do repasse	6.349,6	100%
Coque, petróleo e combustível	Privado Nacional	2.542,7	60%
	Público	997,9	24%
	Estrangeiro	699,9	17%
	Total do repasse	4.240,5	100%
Máq. aparelho elétrico	Privado Nacional	1.610,4	58%
	Público	856,6	31%
	Estrangeiro	330,7	12%
	Total do repasse	2.797,7	100%
Química	Privado Nacional	1.655,9	55%
	Público	657,8	22%
	Estrangeiro	683,6	23%
	Total do repasse	2.997,3	100%
Metalurgia	Privado Nacional	1.799,5	61%
	Público	789,4	27%
	Estrangeiro	383,9	13%
	Total do repasse	2.972,8	100%
Indústria Extrativa	Privado Nacional	936,3	56%
	Estrangeiro	556,7	34%
	Público	167,1	10%
	Total do repasse	1.660,1	100%
Papel e celulose	Privado Nacional	773,9	56%
	Público	424,2	31%
	Estrangeiro	172,4	13%
	Total do repasse	1.370,5	100%

Fonte: BNDES/AP/DEORÇ. Tabulação especial. Elaboração própria.

Nota:

1. Primeiro semestre.

III.2. Banco do Brasil, CEF e Nossa Caixa

Como já destacado na Introdução, o exame da evolução do crédito dos demais bancos públicos ao setor industrial baseia-se nas informações extraídas das notas explicativas das demonstrações contábeis do BB, da CEF e da Nossa Caixa sobre a carteira de crédito por setor de atividade, que não são padronizadas. No caso da indústria, nos três casos foi possível obter os dados referentes à evolução anual do crédito ao setor de 2003 a 2008 (para o BB, que no balanço do 1º semestre de 2009 não discrimina as operações de crédito realizadas no país daquelas efetuadas por sua rede externa) e de 2003 ao primeiro semestre de 2009 para os demais. Todavia, as informações contábeis das carteiras de crédito não são padronizadas, já que cada instituição discrimina, livremente, os setores de atividade; no caso da Nossa Caixa, especificamente, não foi possível excluir do saldo das operações

com pessoas jurídicas, os montantes relativos aos intermediários financeiros e ao setor imobiliário, como destacado na Introdução.

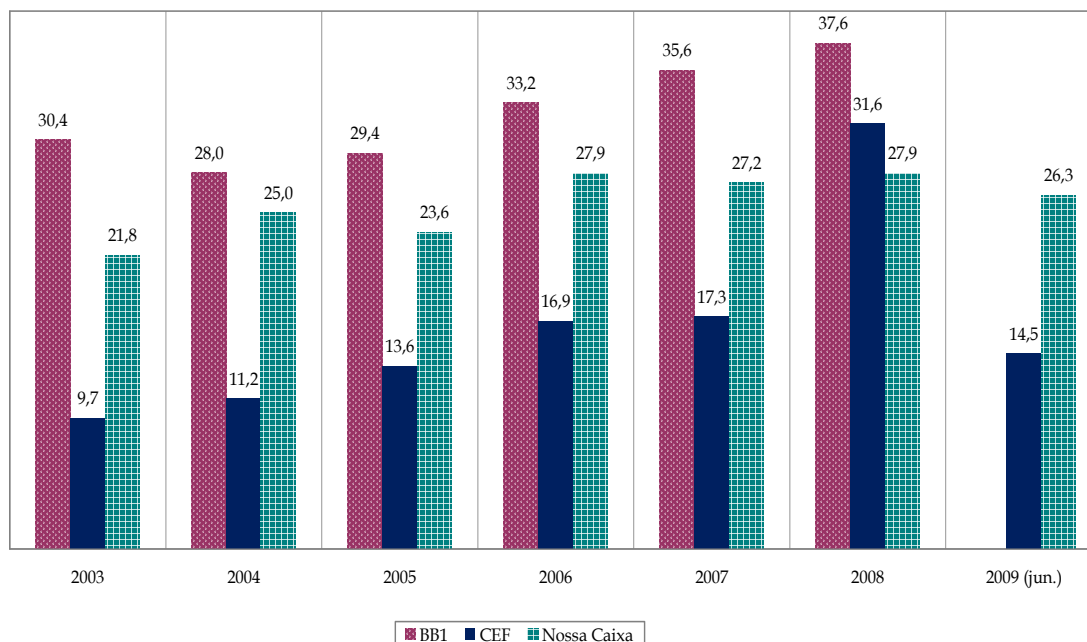
A participação do crédito à indústria nas três instituições públicas consideradas é bastante heterogênea. O Banco do Brasil possui uma maior exposição às atividades industriais que os seus congêneres. A indústria absorveu uma parcela significativa das operações de crédito corporativo desta instituição ocupando a segunda posição no *ranking* dos setores empresariais - em todos os anos analisados e na média do período (32,4%) -, ficando atrás somente do setor de agronegócio (ver Tabela A1), segmento prioritário da instituição (ver capítulo VII).

Também chama atenção o avanço significativo da fatia do crédito industrial na carteira corporativa do banco no período em análise (7,2 p.p.) - associada às elevadas taxas de crescimento, seja na comparação entre os estoques de dezembro de 2003 e 2008 (+268%), seja na média do período (+30%), inferiores somente às registradas no setor de Outros serviços (ver capítulo III) -, simultaneamente ao recuo do peso do crédito rural (-12,6 p.p.) e ao aumento muito menos expressivo da participação do crédito aos setores de comércio e serviços (1,6 p.p e 3,8 p.p.). A partir de 2007, a carteira de crédito industrial ultrapassou a carteira de crédito rural, fato inédito na história dessa instituição (ver Tabela A1).

Em 2008, especificamente, as incorporações (Banco do Estado de Santa Catarina - BESC e Banco do Estado do Piauí - BEP) e aquisições (Banco Nossa Caixa) realizadas pelo BB no âmbito de sua estratégia de expansão¹², possibilitaram a ampliação de seus negócios em vários segmentos do mercado de crédito corporativo, dentre os quais o crédito industrial - que registrou uma expansão real de 43,8% (ver Tabela 8) e um aumento de 2 p.p na sua participação no total (ver Gráfico 13) -, inferior somente àquela dos Outros serviços (ver Tabela A1), que inclui os setores de infraestrutura, beneficiados pelas obras do PAC e pela política anticíclica implementada a partir do último trimestre do ano (ver capítulo III).

¹² De acordo com o relatório de administração da instituição, o BB intensificou em 2008 sua estratégia de aquisição de carteiras de crédito de pequenos bancos, beneficiada pelas medidas adotadas pelo CMN para atenuar o efeito-contágio da crise, que permitiram a liberação de depósito compulsório para essas aquisições, como visto no Relatório I desse subprojeto de pesquisa.

Gráfico 13 - Participação da indústria na carteira de crédito corporativo¹ dos grandes bancos públicos (em % a.a.)



Fonte: Notas Explicativas das Demonstrações de Resultado das Instituições. **Elaboração própria.**

Notas:

1. Para o BB e a CEF, o total do crédito corporativo exclui intermediários financeiros e crédito imobiliário e inclui empresas estatais. Para a Nossa Caixa, não foi possível identificar as operações de crédito para esses segmentos do crédito corporativo.
2. Não há informação disponível para as operações de crédito doméstico do BB no 1º semestre de 2009

De acordo com os relatórios de administração, o BB adota um modelo de segmentação por porte e por setor de atuação da empresa (indústria, comércio e serviços), que favorece o melhor conhecimento das necessidades específicas de cada empresa (em termos de prazo, custos e garantias), dada a existência de várias especificidades setoriais. No caso da indústria, o segmento de médio porte inclui empresas com faturamento de R\$ 10 a 20 milhões, o de grande de R\$ 20 a 90 milhões e o de *corporate* acima de R\$ 90 milhões. Esses dois últimos segmentos integram a carteira comercial (que tem maior relevância em relação à carteira de micro e pequenas empresas), na qual a linha com maior participação foi “Capital de Giro - Outros”, seguida das “Operações de Investimento”, que compreendem linhas de crédito fornecidas, principalmente, a partir de repasses do BNDES e destinadas, sobretudo, para a ampliação ou modernização da produção via aquisição de máquinas e equipamentos (Finame).

Apesar da inexistência de informações relativas às modalidades das operações de crédito para os diferentes setores (bem como da origem de recursos dessas operações, mesma limitação dos dados do BCB, como destacado na Introdução), a predominância de linhas Finame nas operações de investimento somada à posição de liderança do BB como agente repassador dos recursos do BNDES

para indústria fornecem indícios de que, no caso desse setor, a participação dessas operações deve ser mais elevada do que nos demais. Todavia, não é possível afirmar que elas predominaram frente às operações de capital de giro concedidas a partir de recursos de tesouraria. Uma hipótese adicional sobre essa participação desponta da comparação das taxas de crescimento anuais dos repasses BNDES à indústria pelo BB e o volume de crédito do banco: em 2005, 2006 e 2008 as duas taxas foram elevadas, sugerindo uma relação de causalidade entre as duas variáveis (fluxo de repasses e estoque de empréstimos). Já em 2007, enquanto este volume expandiu 29,8%, o repasses cresceram somente 5%, indicando uma maior relevância das operações com recursos próprios neste ano.

Ademais, as empresas de grande porte devem ter uma maior participação no crédito industrial do BB, dada a sua predominância nos repasses do BNDES para a indústria, bem como a maior relevância da carteira comercial (frente à de micro e pequena empresa) e do crédito industrial no portfólio corporativo do BB (frente ao comércio e serviços).

Tabela 8 - Taxas de crescimento nominal e real¹ do crédito dos bancos públicos ao setor industrial

Bancos	2004	2005	2006	2007	2008	2009 (jun.)
BB - nominal	5,9%	23,6%	47,1%	29,8%	47,4%	n.d
BB - real	5,5%	22,4%	45,7%	28,6%	44,8%	n.d
CEF - nominal	50,3%	79,1%	52,6%	23,0%	228,3%	-50,9%
CEF - real	46,7%	74,8%	51,0%	22,1%	215,6%	-48,6%
Nossa Caixa - nominal	45,0%	7,5%	9,0%	36,6%	44,4%	-3,2%
Nossa Caixa - real	41,8%	7,1%	8,7%	35,0%	42,0%	-3,0%

Fonte: Notas Explicativas das Demonstrações de Resultado das Instituições. Elaboração própria.

Nota:

1. Deflator: IPCA.
2. Para a CEF, o crédito ao setor de serviços inclui financiamento à infraestrutura. Para a Nossa Caixa, os dados incluem financiamento à infraestrutura e ao setor rural, exceto em 2009.
3. Não há informação comparável para o ano de 2008.

Após o BB, a Nossa Caixa¹³ – cujo controle acionário foi transferido do Estado de São Paulo para o BB em março de 2009 – foi o banco público com maior exposição ao setor industrial na média do período (25,6% contra 32,4% do BB e 16,7% da CEF) e em todos os anos considerados, com exceção de 2008. Todavia, sua importância no fornecimento de crédito ao setor industrial é muito pequena. Além desta instituição ter uma carteira de crédito corporativo muito pequena (25,9% do total na média do período), relativamente à de pessoas físicas – reflexo da forma de atuação até 2008, que priorizava as operações de tesouraria¹⁴ –, na comparação com os demais setores corporativos, a

¹³ O banco Nossa Caixa entrou com atraso na fase de alta do ciclo de crédito recente. Embora desde 2002 mantenha um convênio com oito federações empresariais representativas dos setores de indústria e comércio e serviço, apenas em 2007 esse banco acelerou a expansão dos empréstimos, com foco em micro e pequenas empresas desses três setores, em particular na modalidade de capital de giro.

¹⁴ Informação obtida em entrevista.

indústria foi o setor que menos absorveu recursos da instituição (na média do período, a participação do comércio foi de 41,1% e das outras atividades de 33,3%).

Este perfil deve se alterar a partir de 2009, em função, principalmente, da sua aquisição pelo Banco do Brasil, mas também da queda da taxa Selic, já que, diante da redução dos ganhos das operações de tesouraria, a Nossa Caixa depara-se com o desafio de obter novas fontes de receita. As mudanças já começaram a ocorrer, com o credenciamento da Instituição como agente financeiro do BNDES em meados de agosto, que certamente contribuirá para o avanço do setor na carteira da instituição. A atuação exclusiva com empresas de menor porte até 2007 (principalmente do setor de serviços) também deve ter contribuído para esse perfil (ver capítulo IV). Somente em 2008, a Nossa Caixa passou a atuar com empresas de maior porte (com faturamento anual superior a R\$ 100 milhões), com a inauguração da primeira agência *corporate* (com 500 clientes, inicialmente).

Embora a Caixa Econômica Federal tenha sido a instituição pública com menor exposição às atividades industriais no período em foco, a participação do crédito à indústria no total da carteira corporativa (exclusive imobiliário)¹⁵ desta instituição avançou bastante no período, passando de 9,7% em 2003 para 14,5% em junho de 2009 (ver Gráfico 13), em função das elevadas taxas de crescimento registradas no período, especialmente em 2004, 2005 e 2008. Seu ganho da participação, apesar de ligeiramente maior do que o da Nossa Caixa (+4,2), foi menor do que o registrado no BB entre 2003 e 2008 (+7,2 p.p)

Na média do período, a expansão real do crédito comercial da CEF foi de 51,9%, taxa bem superior aos percentuais do BB (25,7%) e da Nossa Caixa (23,5%) (ver Tabela 8). Esta taxa de crescimento expressiva, contudo, sofreu a influência de um fator excepcional, que também explica a grande variação em 2008 (63% em termos reais - ver Tabela 8) e o salto na participação do crédito industrial neste ano (que atinge 31,6% - ver Gráfico 13): o empréstimo concedido à Petrobrás em outubro, logo após o contágio da crise financeira global sobre o mercado de crédito doméstico.

No âmbito da sua ação anticíclica, a CEF também adquiriu carteiras de crédito e formalizou acordos operacionais com cinco instituições financeiras incluindo a área de *middle market*, ou seja, empresas de médio porte¹⁶, que pode ter contribuído, em menor medida, para esse avanço. Essa ação persistiu em 2009, quando a CEF aproveitou o contexto de maior aversão aos riscos dos bancos privados nacionais e estrangeiros para ganhar espaço nos diversos segmentos de mercado. Assim,

¹⁵ Os dados dos balanços da CEF não permitiram separar o crédito imobiliário às pessoas jurídicas. Assim, o crédito corporativo exclui essa modalidade de crédito, incluindo as modalidades de crédito industrial, ao comércio e a outros serviços.

¹⁶ Esses acordos também incluíram o segmento de crédito consignado para pessoas físicas.

para esta instituição pública, a crise abriu janelas de oportunidade¹⁷. Todavia, essa estratégia deve ter privilegiado outros setores, já que o peso relativo do crédito industrial na carteira corporativa da instituição recuou para 14,5%, patamar inferior ao registrado em 2007 (17,3%).

Se desconsiderarmos 2008, na média do período, o peso do crédito industrial nesta carteira foi de 13,9%, um pouco superior ao do comércio (12,8%), mas expressivamente inferior aos Outros serviços (75%) – que inclui os setores de infra-estrutura e, assim, reflete a atuação desta instituição na área de saneamento (ver seções III). Já em termos anuais, a fatia da indústria foi maior que a do comércio somente em três anos: além de 2008 (em decorrência do efeito-Petrobrás), em 2005 e em junho de 2009.

A trajetória ascendente do crédito industrial na carteira da CEF reflete uma mudança de estratégia a partir de 2004, quando a instituição passou a atuar com empresas de médio e grande porte, sendo que os setores industriais priorizados desde então foram o químico e petroquímico. Em 2007, este segmento foi fortalecido, com a criação de uma vice-presidência de pessoa jurídica exclusiva¹⁸. Em 2003, quando a instituição passou a fornecer crédito comercial, os clientes eram, exclusivamente, microempresas, devido à sua importância na geração de emprego e renda, as quais continuaram sendo priorizadas¹⁹, em consonância com uma das diretrizes centrais da Caixa, enquanto principal instituição financeira executora das políticas públicas do governo federal, a promoção da inclusão social.

Em 2005, de acordo com o relatório de administração, a Caixa promoveu mudanças na sua forma de atuação no mercado de crédito corporativo, adotando a estratégia de garantir um atendimento completo e equilibrado às necessidades das empresas. Todavia, as diretrizes relativas ao crédito corporativo na CEF ainda não levam em consideração, de forma prioritária, as especificidades setoriais na avaliação das condições dos empréstimos (prazos, custos, volume, garantias, etc)²⁰. A instituição privilegia empresas com folhas de pagamento, o que possibilita a oferta de um leque amplo de produtos, como crédito habitacional e consignado para os funcionários.²¹

Em relação às modalidades das operações, assim como nos demais bancos, não existem informações setoriais. De acordo com os relatórios de administração e com as informações obtidas em entrevista, para o conjunto das pessoas jurídicas, destacam-se as operações de capital de giro (que

¹⁷ Informação obtida em entrevista.

¹⁸ Informação obtida em entrevista.

¹⁹ Em 2006, por exemplo, 97% dos recursos concedidos no segmento corporativo destinaram-se para essas empresas, de acordo com o relatório de administração.

²⁰ Informação obtida em entrevista.

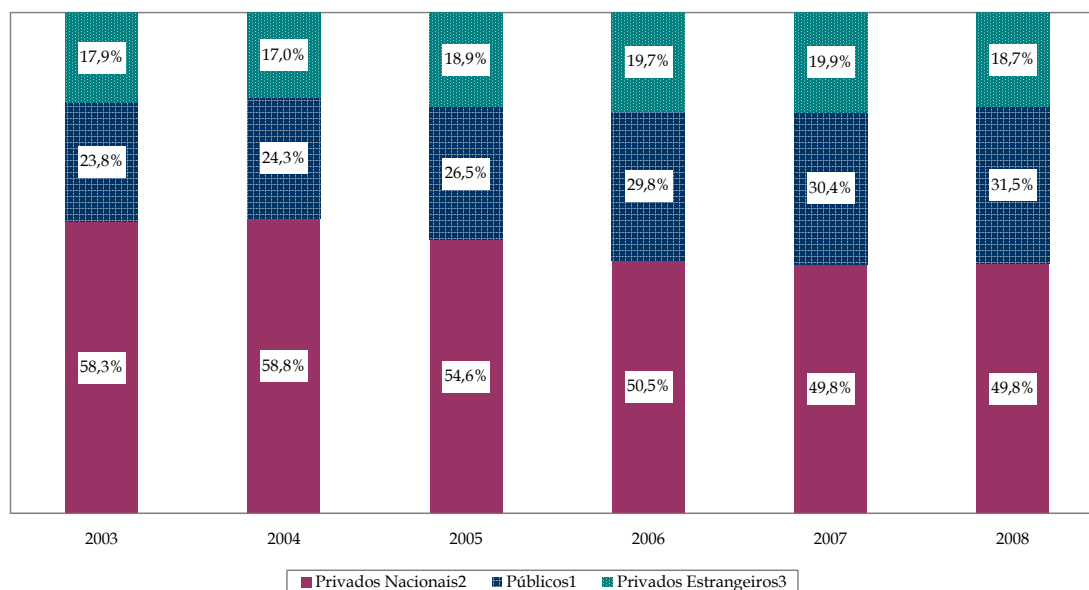
²¹ Informação obtida em entrevista.

envolvem desconto, cheque empresa CAIXA e conta garantia), com prazo, em geral, de 12 meses, que pode chegar a 24 ou 36 meses em alguns casos. Diante do papel pouco relevante da CEF como agente financeiro repassador de recursos do BNDES para a indústria (com exceção do subsetor de “Coque, Petróleo e combustível” – ver Tabela 6), é possível deduzir que a maior parte do crédito ao setor fornecido por essa instituição ancora-se nos recursos de tesouraria, envolvendo operações de curto prazo, voltadas para o giro dos negócios.

O aumento da exposição das três instituições públicas no segmento de crédito industrial no período em tela não foi suficiente para alterar sua posição no segmento de crédito industrial. Este grupo continuou ocupando o segundo lugar, respondendo por 31,5% do total em 2008, contra 49,8% dos bancos privados nacionais e 18,7% dos estrangeiros (ou 68,5% do grupo privado) (ver Gráfico 14). Apesar da manutenção das posições relativas dos três grupos de instituições, mudanças relevantes ocorreram ao longo do período.

Entre 2003 e 2008, a fatia dos bancos públicos avançou 7,7p.p, à custa do grupo de bancos privados nacionais, cuja participação encolheu 8,5 p.p. A pequena diferença (0,8 p.p) corresponde ao tímido avanço dos estrangeiros, que, após terem reforçado sua atuação no segmento, sobretudo em 2005 (+1,9 p.p), em função, sobretudo, das aquisições efetuadas pelo ABN Amro Real. Apesar do pequeno ganho de participação relativa, a expansão da carteira industrial dessas instituições foi significativa ao longo do período (superior àquela registrada nos bancos nacionais entre 2005 e 2007 e 22% na média de 2003 a 2007, contra 26,4% dos públicos e 14,3% dos privados), o que também pode estar associado à sua relevância nas operações de repasses externos, segmento no qual esses bancos são muito ativos, especialmente aqueles com uma menor rede de agência, como o HSBC, para os quais as captações no mercado internacional constituem uma relevante fonte de *funding*. Essas operações incluem linhas de comércio exterior (como ACCs e financiamento às importações), altamente demandas pelos setores industriais, seja em função da importância do mercado externo em vários segmentos, seja do elevado conteúdo importado da produção (ver seção II.4.2).

Gráfico 14 - Participação relativa dos grandes bancos, agregados por natureza do capital, no crédito à indústria (em % a.a.)



Fonte: Notas Explicativas das Demonstrações de Resultado das Instituições. **Elaboração própria.**

Notas:

1. Inclui BB, CEF e Nossa Caixa.

2. Inclui Bradesco, Itaú, Unibanco e Safra. Em razão da fusão Itaú com Unibanco em 2008, os dados para dessas duas instituições foram consolidados no Itaú Unibanco *Holding*.

3. Inclui ABN Amro Real, HSBC e Santander. Em razão da aquisição do holandês ABN Amro pelo espanhol Santander em 2008, o ABN Amro Real foi incorporado ao Santander Brasil.

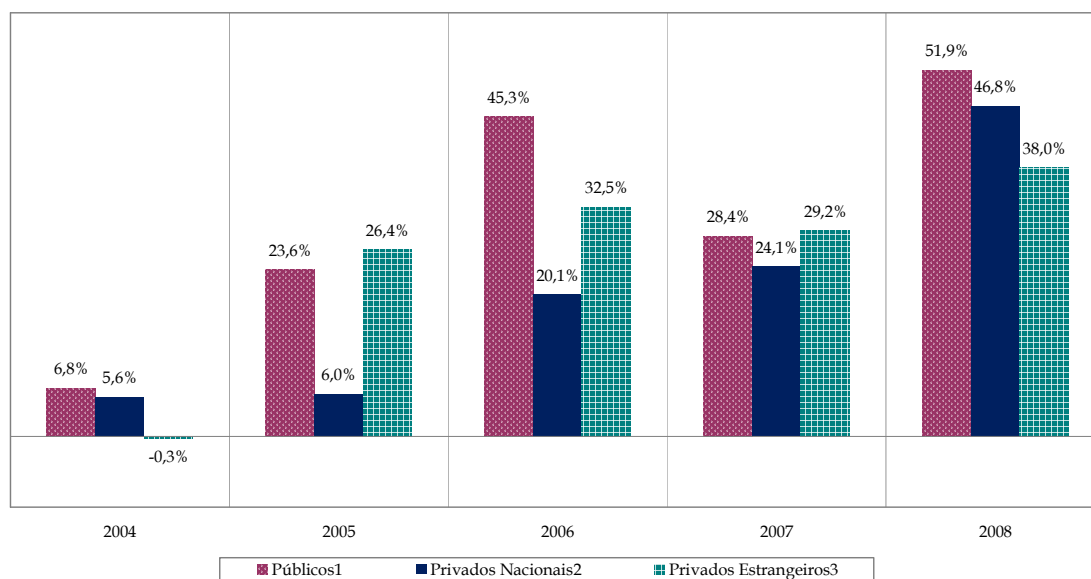
No caso dos bancos públicos, três principais fatores explicam o avanço da participação no período em foco e as expressivas taxas de crescimento (especialmente em 2006 e 2008). Em primeiro lugar, a estratégia de expansão dos negócios, sobretudo do BB, no segmento de crédito corporativo em geral, que teve como um dos focos a indústria. Em segundo lugar, com a retomada dos investimentos em 2006, o atendimento da demanda das empresas industriais por linhas do BNDES, voltadas para investimentos (pelo BB), e por capital de giro (pelo BB e pela CEF) – que parece explicar as elevadas taxas de crescimento da carteira de crédito industrial dessas instituições naquele ano (ver Tabela 8) e, assim, aquela do total dos bancos públicos (Gráfico 15). Em terceiro lugar, o papel anticíclico do BB e da CEF no último trimestre de 2008, no contexto de espraiamento da crise financeira global para o mercado de crédito doméstico e de contração do crédito pelos bancos privados²².

Assim, os dados das carteiras de crédito dos dez maiores bancos sob o prisma da natureza do capital (ver Gráfico 14) revelam, no caso da indústria, um quadro distinto daquele evidenciado pelas estatísticas de crédito por setor de atividade do BCB (Gráfico 5). Nessas estatísticas, as instituições públicas iniciaram o período com uma maior participação no crédito à indústria (42,7% contra 39,6%

²² Sobre a ação anticíclica dos bancos públicos no primeiro semestre de 2009, ver também: Fundap (2009)

dos privados nacionais em 2003), perderam o primeiro lugar no *ranking* em 2007 e 2008 (39,6% e 40,9% contra 42,7% e 41,7%) para os privados nacionais – que ampliaram as operações de crédito corporativo no contexto de maior dinamismo dos investimentos e do mercado interno (ver seção II.2 e seção II.4) – e retomaram a primeira posição em 2008 (41,7% contra 40,9%), graças à ação anticíclica dos bancos públicos.

Gráfico 15 - Taxas de crescimento real¹ do crédito dos grandes bancos, agregados por natureza do capital, à indústria (em %)



Fonte: Notas Explicativas das Demonstrações de Resultado das Instituições. **Elaboração própria.**

Notas:

1. Deflator: IPCA.
2. Inclui BB, CEF e Nossa Caixa.
3. Inclui Bradesco, Itaú, Unibanco e Safra. Em razão da fusão Itaú com Unibanco em 2008, os dados para dessas duas instituições foram consolidados no Itaú Unibanco *Holding*.
4. Inclui ABN Amro Real, HSBC e Santander. Em razão da aquisição do holandês ABN Amro pelo espanhol Santander em 2008, o ABN Amro Real foi incorporado ao Santander Brasil.

Esta diferença decorre, principalmente, da inclusão do BNDES naquelas estatísticas, que constitui o principal fornecedor de crédito para a indústria, sobretudo de médio e longo prazo. Em contrapartida, sua ausência nessa amostra elucidou, mesmo que de forma ainda imprecisa devido às deficiências dos dados dos balanços, o perfil da atuação dos demais bancos públicos no segmento de crédito industrial. Outro fator que pode ter contribuído, mesmo que em menor medida, para os diferentes resultados, refere-se à maior aderência dos dados consolidados dos balanços ao conceito de indústria adotado nesse relatório (que não abrange os setores de eletricidade e gás e construção civil), já que para alguns bancos foi possível realizar a exclusão desses setores.

IV. Atuação dos bancos privados nacionais e estrangeiros

Os bancos privados em seu conjunto responderam pela maior parcela do crédito concedido para a indústria no período em foco, com uma participação média de 72,6% entre 2003 e 2008, superior à evidenciada pelas estatísticas agregadas do BCB, pelas razões mencionadas acima. Com intuito de aprofundar o exame da evolução do crédito corporativo nesses setores, esta seção dedica-se à análise da atuação dos sete bancos privados integrantes da amostra aqui utilizada, a partir das informações extraídas das notas explicativas das demonstrações contábeis sobre a carteira de crédito por setor de atividade, dos relatórios de administração e das entrevistas realizadas. Contudo, no caso dos bancos privados, como já assinalado na Introdução, as informações contábeis das carteiras de crédito também não são padronizadas e nem estão disponíveis com o mesmo grau de abertura setorial para todas as instituições ao longo de todo o período em foco.

A natureza da propriedade de capital dos bancos norteou a organização desta seção. Desse modo, os itens II.4.1 e II.4.2 dedicam-se, respectivamente, às atuações dos bancos privados nacionais (Bradesco, Itaú, Unibanco e Safra) e estrangeiros (Santander, ABN e HSBC). Antes de iniciar a análise, é importante adiantar duas características comuns na atuação dessas instituições no segmento de crédito industrial. Em primeiro lugar, a indústria absorve a maior parcela do crédito corporativo dessas instituições (com exceção do Banco Safra, onde os serviços predominaram). Em segundo lugar, independentemente da propriedade de capital, os financiamentos de curto prazo, destinados a capital de giro, baseiam-se em recursos próprios (ou seja, de tesouraria), enquanto aqueles de médio e longo prazo, voltados para os investimentos, ancoram-se, essencialmente, nos repasses de recursos do BNDES e, em menor medida, em recursos captados no exterior. Esta última observação também se aplica às instituições públicas, como destacado na seção anterior.

IV. 1. Bancos privados nacionais

Como já destacado, na amostra dos dez principais bancos, as instituições privadas nacionais foram os líderes no segmento do crédito industrial ao longo do período analisado, com uma participação média de 53,2% entre 2003 e 2008 (contra 27,4% das públicas e 19,4% das estrangeiras). De 2003 a 2008, seu peso no total oscilou em torno do patamar de 50%, registrando seu pico em 2004 (58,8% do total). Alguns denominadores comuns caracterizaram a atuação das principais instituições privadas nacionais no crédito industrial no período em tela.

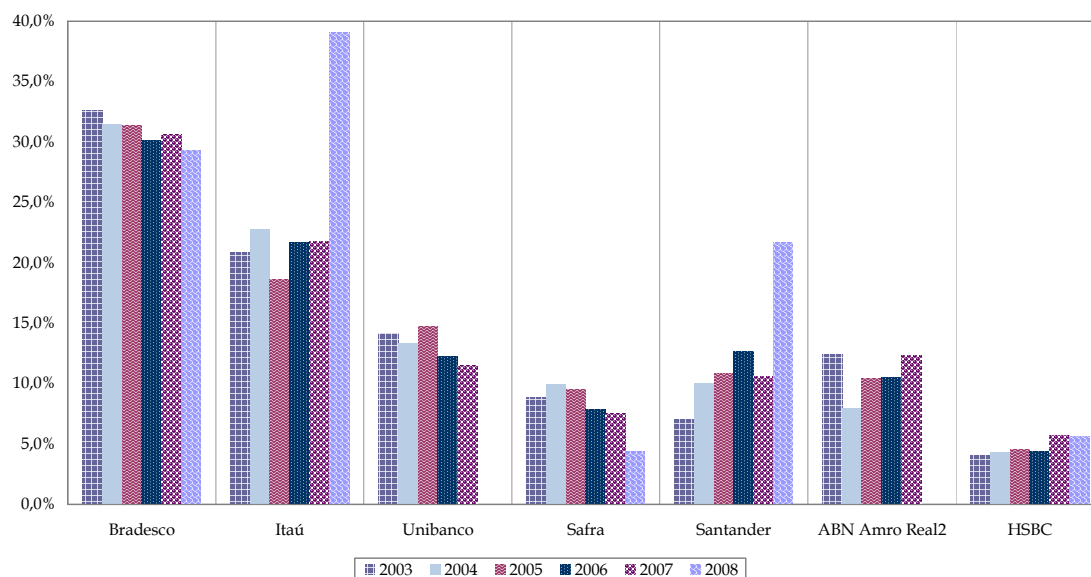
Em primeiro lugar, seu papel de destaque como agentes financeiros do BNDES. Como destacado no item II.3.1, os bancos privados nacionais responderam por 55% do total dos repasses entre 2003 e o primeiro semestre de 2009 (ver Gráfico 11); Bradesco, Unibanco, Itaú, e Safra estão no

grupo dos principais bancos repassadores das linhas desta instituição, sendo que os três primeiros ocuparam a segunda, terceira e sexta posições no *ranking* (com a fusão entre Itaú e Unibanco, a nova instituição atingiu uma participação bem próxima à do Bradesco: 15,3% contra 16,7%, considerando o total repassado no período – ver Tabela 1). Em segundo lugar, o recuo da participação desta modalidade de crédito no total da carteira corporativa a partir de 2005 (relativamente ao biênio 2003-2004), quando várias instituições adotaram a estratégia de diversificar essa carteira em prol dos demais setores empresariais, notadamente, comércio, serviços e infraestrutura.

Em terceiro lugar, no caso das três maiores instituições (Bradesco, Itaú e Unibanco), a maior participação do crédito industrial na carteira de crédito corporativo, num patamar bastante próximo (no intervalo de 40% a 50%). Em quarto lugar, nessas três instituições, esta participação é inferior àquela da carteira de pessoas físicas. Somente no caso do Banco Safra, que tem um foco em clientes corporativos, a carteira de pessoa física tem um menor peso que a carteira industrial (que é inferior à carteira de serviços, como já destacado). Estes aspectos transparecem na participação do crédito industrial na carteira destas instituições, analisada a seguir.

Nas entrevistas realizadas, Bradesco e Itaú Unibanco despontaram como os principais *players* no mercado de crédito corporativo. No crédito à indústria, especificamente, o Bradesco - um dos principais bancos varejistas do país, que havia acabado de incorporar o Banco Mercantil de São Paulo, o espanhol Bilbao Viscaya Argentaria e o Banco Zogbi - foi a instituição líder entre 2003 e 2007 (com uma participação média de 31,2%, contra 21,2% do Itaú e 13,2% do Unibanco), apesar de sua fatia no mercado ter se reduzido ligeiramente ao longo desses anos (de 32,6% para 30,6%), em função, em grande medida, da estratégia de crescimento orgânico e via aquisições e parcerias do Itaú, com destaque para a compra do BankBoston em 2006 - que elevou sua participação no crédito industrial de 18,7% em 2005 para 21,7%. Todavia, o efeito positivo desta aquisição foi maior nos segmentos de crédito comercial e de serviços do banco (devido ao perfil da carteira corporativa da instituição adquirida) e, conseqüentemente, na sua participação nesses segmentos (ver seção IV).

Gráfico 16 - Participação relativa dos bancos privados no total do crédito privado à indústria (em % a.a.)



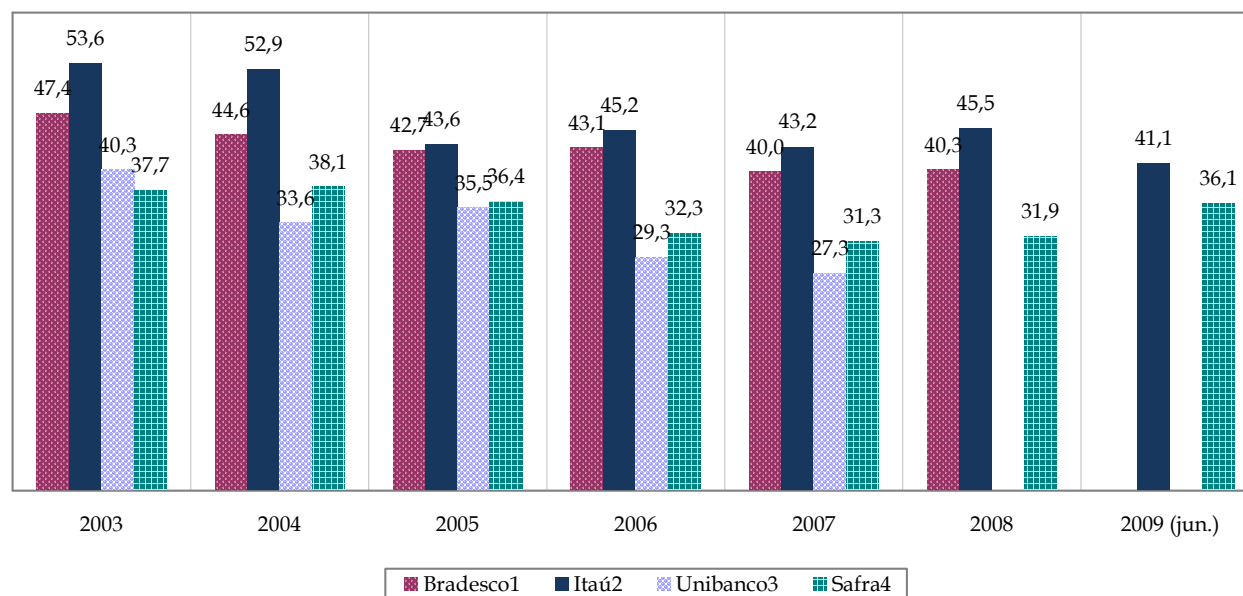
Fonte: Notas Explicativas das Demonstrações de Resultado das Instituições. **Elaboração própria.**

Notas:

1. Para o Itaú, os dados de crédito para a indústria foram estimados a partir da distribuição setorial de 2006.
2. Em razão da fusão do Itaú e do Unibanco, os dados do Unibanco em 2008 foram consolidados com os do Itaú no balanço da nova instituição, denominada Itaú Unibanco.
3. Em 2008, o ABN Amro Real foi incorporado ao Santander, em razão de sua aquisição pela matriz espanhola. O Santander no Brasil para a se denominar Santander Real.

Somente em 2008, com a fusão entre Itaú e Unibanco, as posições se invertem e a nova instituição (Itaú Unibanco) assume o primeiro lugar, respondendo por 39,3% do total, percentual quase 10 p.p superior ao do Bradesco (29,3%). Este expressivo ganho de participação no crédito privado à indústria reflete, por sua vez, a exposição significativa do Unibanco ao setor. Apesar desta instituição ter perdido a terceira posição no *ranking* das principais instituições privadas no segmento de crédito industrial – para o Santander em 2006 e para o ABM Amro Real em 2006 (ver item II.4.2) –, sua exposição neste segmento do crédito corporativo, que também recuou desde 2003, continuou elevada (27,3% do total em 2007 - Gráfico 17), bem superior relativamente aos demais segmentos (15,3% do comércio e 19,4% dos serviços). Já o banco Safra ocupou o quarto lugar no *ranking* somente em 2003, sendo ultrapassado pelo Santander em 2004.

Gráfico 17 - Participação da indústria¹ na carteira de crédito corporativo¹ dos grandes bancos privados nacionais (em % a.a.)



Fonte: Notas Explicativas das Demonstrações de Resultado das Instituições. **Elaboração própria.**

Notas:

1. Para o Itaú, os dados de crédito para a indústria foram estimados a partir da distribuição setorial de 2006.
2. Para o Bradesco, Itaú e Unibanco, o total do crédito corporativo exclui intermediários financeiros e inclui as empresas públicas dos setores de petroquímica e de geração e distribuição de energia.
3. Em novembro de 2008, ocorreu a fusão do Itaú e do Unibanco. Para os anos de 2008 e 2009, os dados do Unibanco foram consolidados com os do Itaú no balanço da nova instituição, denominada Itaú Unibanco.

A despeito da maior importância do Bradesco no segmento de crédito privado à indústria até 2007, a exposição do Itaú às atividades industriais foi um pouco maior que aquela do seu principal rival em todos os anos do período em tela (o que resultou numa participação média de 47,7% até 2007 e, após a fusão com o Unibanco, 47,3% contra 43% do Bradesco). Essa mudança praticamente irrisória, a despeito da elevada taxa de crescimento do crédito industrial em 2008 (163,4% e 154,3% em termos nominais e reais - ver Tabela 9) reflete a participação também expressiva desta modalidade na carteira do Unibanco, como já mencionado (ver Gráfico 17), bem como a expansão ainda mais expressiva dos empréstimos aos setores de infraestrutura e rural (ver Tabela A5).

Já no primeiro semestre de 2009, a carteira industrial do novo banco (Itaú Unibanco) registrou uma forte contração (15% nominal e 14,4% real frente a dezembro de 2008 - ver Tabela 9) - bem superior à registrada para o crédito corporativo (5,9%), já que as demais carteiras corporativas registraram expansão (caso do comércio) ou estabilidade (ver Tabela A5). Este resultado não era esperado pois o Unibanco e, principalmente, o Itaú, foram instituições bastante ativas nas operações

de crédito vinculadas aos derivativos cambiais²³ – que, em seu conjunto, tiveram um efeito expansionista sobre o estoque de crédito industrial, seja devido à transformação das perdas das empresas com a desvalorização do real em crédito (ver seção II do primeiro relatório), seja devido às renegociações das dívidas derivadas dessas operações (ou da retração das operações dos bancos médios, que aumentou a demanda de recursos nos bancos de maior porte), que envolveram ampliação de prazos e aumento do custo (em alguns casos, o banco recorreu à nova linha do BNDES, a PEC, criada em dezembro – ver seção III do primeiro relatório)²⁴.

Duas hipóteses (não excludentes) podem ser levantadas para explicar este resultado. Em primeiro, a maior aversão ao risco no segmento de crédito industrial após o contágio da crise, onde se concentraram as perdas com os derivativos cambiais, teria resultado numa contração do crédito suficiente para neutralizar aquele efeito. Em segundo lugar, a quitação das dívidas pelas empresas que não tinham liquidado todas suas posições com derivativos e com obtiveram ganhos no primeiro semestre devido á apreciação do real (que voltou a um patamar abaixo do *benchmark* dos contratos de opções cambiais).

Tabela 9 - Taxas de crescimento nominal e real¹ do crédito dos bancos privados nacionais ao setor industrial

Bancos	2004	2005	2006	2007	2008	2009 (jun.)
Bradesco - nominal	1,0%	10,5%	19,7%	28,1%	40,8%	0,0%
Bradesco - real	0,9%	10,0%	19,1%	26,9%	38,5%	0,0%
Itaú ² - nominal	14,3%	-9,1%	45,3%	26,3%	163,4%	-15,0%
Itaú ² - real	13,3%	-8,6%	43,9%	25,2%	154,3%	-14,4%
Unibanco - nominal	-1,4%	22,9%	3,5%	18,7%	(3)	(3)
Unibanco - real	-1,3%	21,7%	3,4%	17,9%	(3)	(3)
Safra - nominal	17,2%	6,5%	2,9%	20,5%	-15,0%	8,5%
Safra - real	16,0%	6,1%	2,8%	19,6%	-14,2%	8,1%

Fonte: Notas Explicativas das Demonstrações de Resultado das Instituições. Elaboração própria.

Nota:

1. Deflator: IPCA

2. Para o Itaú, os dados de crédito para a indústria foram estimados a partir da distribuição setorial de 2006.

3. Em novembro de 2008, ocorreu a fusão do Itaú e do Unibanco. Para os anos de 2008 e 2009, os dados do Unibanco foram consolidados com os do Itaú no balanço da nova instituição, denominada Itaú Unibanco.

²³ De acordo com informações obtidas em entrevista, o Itaú oferecia aos seus clientes corporativos operações de crédito vinculadas a derivativos desde o ano 2000 (nos relatórios de administração de 2004 e 2005 também há menção a essas operações), contudo as operações mais exóticas, envolvendo mais de um derivativo, surgiram quando a trajetória de apreciação do real se intensificou. Os contratos já incluíam termo de ciência, mas, após a crise, o banco iniciou uma política de aprimoramento do seu controle interno e de *suitability* (adequação do produto ao cliente), que considerar não somente os demonstrativos financeiros, mas também aspectos de governança, capacidade de *risk management*, etc.

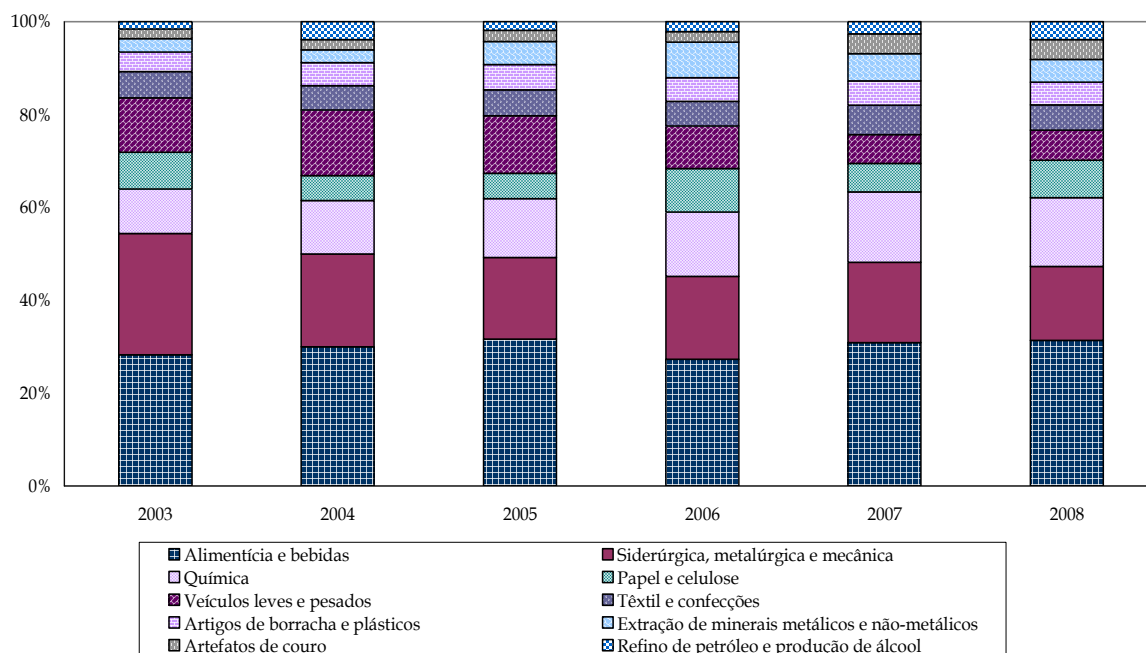
²⁴ Segundo informação obtida em entrevista, o Itaú Unibanco criou um departamento específico para administrar essas reestruturações.

Após o Itaú, o Bradesco desponta como a instituição privada nacional com a maior participação da indústria no crédito corporativo (43% na média do período). Nessas duas instituições privadas nacionais, este setor absorveu a maior parcela deste crédito, a qual, contudo, recuou entre 2003 e 2008, numa intensidade um pouco menor no Bradesco (7,1 p.p.) do que no Itaú (8,1 p.p. - se estendermos o período até o primeiro semestre de 2009, a queda foi bem maior, de 12,5%). Em ambos os casos, esse recuo ocorreu em prol da diversificação da carteira corporativa em direção aos setores de comércio, serviços e construção civil (e também rural no caso do Itaú) (ver Tabelas A4 e A5).

No caso do Bradesco - líder privado nos desembolsos indiretos do BNDES para a indústria em geral, bem como para oito dos dez principais subsetores industriais contemplados por esses desembolsos -, os repasses das linhas desta instituição de fomento devem ter uma participação relevante na sua carteira industrial. Duas informações reforçam essa hipótese. Em primeiro lugar, o crescimento tanto desta carteira, como dos recursos repassados em 2005, 2006 e 2008 (em 2003 e 2007, esses recursos se retraem frente ao ano anterior). Assim, a despeito da heterogeneidade das duas variáveis (fluxo, no caso dos repasses, e estoque, no caso do volume de crédito), possivelmente nesses três anos uma parte do crescimento da carteira industrial do banco deve decorrer da expansão dos repasses BNDES. Em segundo lugar, a distribuição setorial do crédito industrial deste banco, que se destina, principalmente, para os principais subsetores contemplados pelos seus repasses BNDES.

Apesar das diferentes classificações utilizadas, há uma evidente correspondência entre as cinco principais indústrias beneficiadas pelos empréstimos do Bradesco (alimentos e bebidas; siderurgia, metalurgia e mecânica; química; papel e celulose e veículos leves e pesados - ver Gráfico 18) e a atuação do banco como segundo principal repassador, respectivamente, dos subsetores "Produto alimentícios" (11% do total, mesmo percentual do BB); Máquinas e equipamentos (17% do total), química (11% do total), papel e celulose (12% do total) e veículos, reboque e carroceria (23% do total) (ver Tabela 6). Neste último subsetor, de acordo com informação do relatório de administração, o Bradesco atua em todas as etapas da cadeia, que agrega montadoras, concessionárias e consumidores, o que resulta numa participação importante do banco no financiamento do comércio de veículos (ver capítulo IV).

Gráfico 18 - Bradesco: distribuição setorial do crédito industrial (%)



Fonte: Notas explicativas dos balanços anuais

Notas:

1. Petroquímica inclui, exclusivamente, empresas públicas

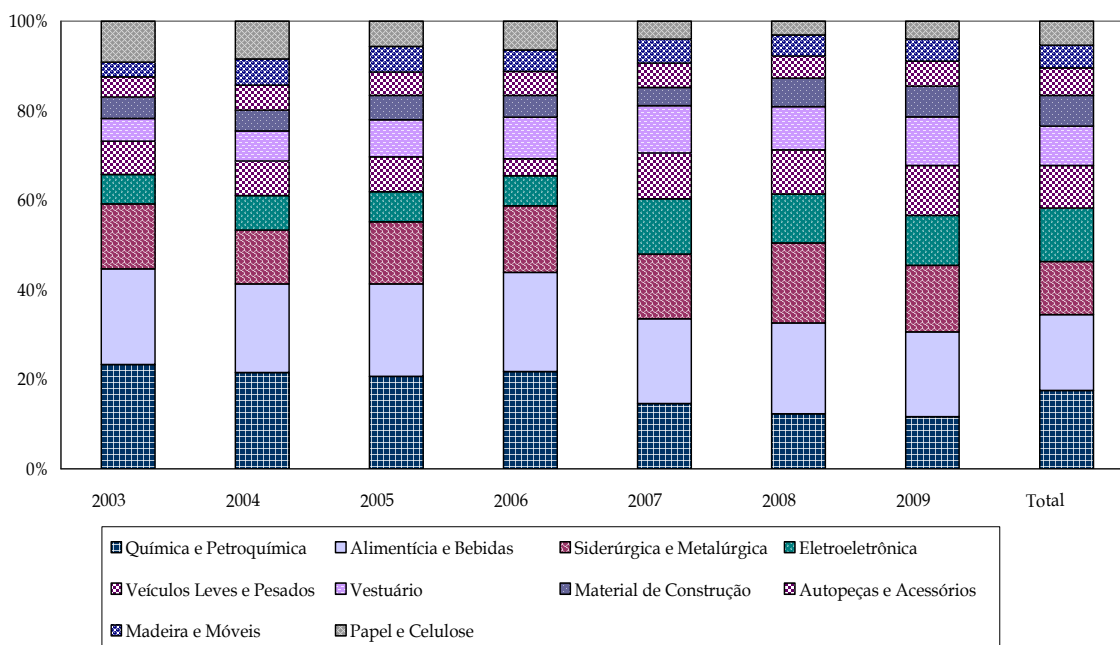
No Itaú, a redução da importância relativa do crédito industrial decorreu tanto das parcerias (por exemplo, com redes varejistas, que beneficiou o crédito ao comércio – ver capítulo IV), e as aquisições realizadas (BankBoston, principalmente, como já comentado), como da estratégia de evitar uma exposição muito grande a uma empresa ou setor e de estar bem posicionado em todas as áreas do crédito (nos segmentos de pessoa jurídica e física)²⁵. No que diz respeito à composição da carteira industrial (repasses BNDES versus recursos de tesouraria), para o Itaú também não há dados desagregados, mas, segundo informações obtidas nos relatórios de administração e em entrevista, os repasses BNDES são uma importante fonte de *funding* neste segmento e respondem pela maior parte das operações de crédito de longo prazo da instituição.

O cruzamento das informações da evolução dos repasses e do estoque do crédito industrial mostra que em 2007 e 2008 as duas séries registraram crescimento, sugerindo uma sincronia entre expansão dos empréstimos à indústria e repasses BNDES. Em contrapartida, no ano de 2006, o crédito deste banco ao setor expande, enquanto ocorre recuo nos repasses, sugerindo que naquele ano as operações com recursos próprios foram mais relevantes. Já a distribuição da carteira industrial do Itaú indica uma influência do papel do banco como agente financeiro no caso do principal subsetor desta

²⁵ Informação obtida em entrevista.

carteira, “Química e petroquímica” (ver Gráfico 19) – uma vez que o Itaú BBA figura na lista das cinco principais instituições repassadoras em “Química” e “Coque, petróleo e combustível” – e papel e celulose (ver Tabela 6). Nos demais subsetores, é possível levantar a hipótese de que a participação das operações de curto prazo, com base em recursos de tesouraria, era maior, pelo menos até a fusão com o Unibanco. Após esta fusão, certamente a importância dos repasses aumentou, pois o Unibanco tinha uma atuação agressiva como agente financeiro do BNDES. Também vale mencionar que o novo banco passou a adotar na sua estratégia um enfoque setorial, que considera, cada vez mais, as especificidades de cada setor na gestão da carteira de pessoa jurídica.

Gráfico 19 - Itaú e Itaú Unibanco: distribuição setorial do crédito industrial (em %)



Fonte: Notas explicativas dos balanços anuais

Notas:

1. Química e petroquímica inclui empresas públicas

Ao contrário dos seus dois principais rivais, no banco Safra o crédito industrial não respondeu pela maior parcela do crédito corporativo, perdendo para o setor de serviços na média do período (34,6% contra 36,5%). Somente em 2004 e 2005, a participação do crédito industrial foi superior (ver Tabela A7). O fato do banco não atuar como repassador de recursos do BNDES até o final de 2006 pode ter contribuído para esse perfil, já que o setor industrial é o principal beneficiário das operações totais e indiretas desta instituição de fomento (ver seção II.3). Contudo, o recuo da fatia do crédito industrial foi bem menor do que no Itaú e no Bradesco, de 5,8 p.p. entre 2003 e 2008 e de somente 1,7 p.p. entre 2003 e o primeiro semestre de 2009, já que nesse período a exposição do Safra ao crédito industrial voltou a crescer (4,1 p.p.).

Apesar da inexistência de informações no relatório de administração do banco²⁶, é possível levantar a hipótese de que esta trajetória oposta à observada no Itaú pode estar associada ao aproveitamento de uma janela de oportunidade para ampliar sua participação no segmento de crédito industrial, diante da maior aversão ao risco dos seus rivais e da retração do crédito dos bancos médios, que tinham uma presença relevante no *middle market*. Neste contexto, o Safra pode optar por atender a demanda de recursos das empresas com dificuldades financeiras (seja em função das perdas com derivativos cambiais, seja em função desta retração), a partir de recursos próprios ou da nova linha do BNDES.

IV.2. Atuação dos bancos privados estrangeiros

Os bancos estrangeiros ingressaram com certo atraso no ciclo de crédito recente, registrando somente a partir de 2004 uma taxa positiva de crescimento no segmento de crédito à indústria, devido à maior aversão ao risco logo após a crise cambial de 2002. Esta entrada um pouco tardia também transparece nas estatísticas agregadas do BCB (ver Gráfico 4), sendo igualmente observada para o crédito corporativo agregado e para os setores de comércio e serviços. Na média do período, esse grupo respondeu por 18,7% do crédito à indústria, praticamente o mesmo percentual registrado nessas estatísticas (18,2%).

As duas fontes de informações, todavia, mostram uma evolução um pouco diferente ao longo do período: enquanto os dados agregados indicam um recuo da participação desses bancos em 2006 e 2007 (ver Gráfico 5), os dados consolidados da amostra dos dez maiores bancos revelam um avanço desta participação nesse biênio (ver Gráfico 14). A aceleração do ritmo de expansão dessa modalidade de crédito no grupo de banco estrangeiro naquele biênio (em 2006, ele foi superior ao dos nacionais e em 2007 atingiu o patamar mais elevado, acima dos demais grupos – ver Gráfico 15) poderia explicar essa diferença, contudo ela também ocorreu para o total do sistema financeiro estrangeiro (ver Gráfico 4). Assim, evolução divergente deve decorrer da maior exposição dos três bancos da amostra (ABN Amro Real, Santander e HSBC) no segmento do crédito industrial, relativamente a esse total, que é bastante elevada. Nos três casos, a indústria é o setor que tem maior peso no crédito corporativo, como destacado a seguir.

A disputa no grupo de estrangeiros pela liderança no segmento de crédito industrial foi mais acirrada. No início do ciclo, o holandês ABN Amro – que desde 1999, quando adquiriu o Banco Real, vinha mantendo uma estratégia de conquista de mercado mediante absorção dos concorrentes²⁷ –

²⁶ Não foi possível realizar entrevista junto ao departamento de crédito corporativo do banco Safra.

²⁷ O ABN também participou de leilões de privatização dos bancos estaduais, arrematando o Bandepe e o Paraiban. Sobre os leilões de privatização dos bancos públicos estaduais e as estratégias de concorrência dos

estava mais bem posicionado que os seus rivais, respondendo por 12,4% do crédito privado à indústria em 2003, contra 7% do Santander e 4,1% do HSBC (ver Gráfico 16). Todavia, sua posição de líder foi efêmera. Em 2004, este percentual recuou para 8,4% – devido à retração real de 30,5% do crédito para o segmento (ver Tabela 6) – e o Santander assumiu o primeiro lugar no *ranking* deste grupo, com uma participação de 10,1%. Assim, a aquisição em outubro de 2003 do Sudameris Brasil, que não tinha uma presença relevante no crédito à indústria, não contribuiu para o melhor posicionamento do ABN Amro Real neste segmento, contrariamente ao observado no crédito comercial (ver capítulo IV).

Tabela 10 - Taxas de crescimento nominal e real¹ do crédito dos bancos estrangeiros ao setor industrial

Bancos	2004	2005	2006	2007	2008	2009 (jun.)
Santander - nominal	49,8%	19,2%	46,3%	5,0%	201,2%	-11,9%
Santander - real	46,3%	18,2%	44,9%	4,8%	190,0%	-11,3%
ABN Amro Real - nominal	-32,8%	45,2%	26,0%	47,5%	(2)	(2)
ABN Amro Real - real	-30,5%	42,8%	25,2%	45,5%	(2)	(2)
HSBC - nominal	11,8%	16,3%	20,5%	62,9%	45,4%	-10,6%
HSBC - real	10,9%	15,4%	19,9%	60,2%	42,9%	-10,2%

Fonte: Notas Explicativas das Demonstrações de Resultado das Instituições. Elaboração própria.

Nota:

1. Deflator: IPCA.
2. Em 2008, foi adquirido pelo Santander.

No triênio seguinte (2005 a 2007), o ABN Amro Real adotou uma estratégia de ampliação dos negócios com pequenas empresas industriais (e de serviços), o que resultou em elevadas taxas de crescimento do crédito industrial (ver Tabela 6) e na recuperação da sua fatia inicial no segmento (sua participação no total do crédito privado passou para 10,5% em 2004 e 2005 e para 12,3% em 2007). Conseqüentemente, sua exposição ao crédito industrial, que tinha recuado de 42,2% para 30,9% do total do crédito corporativo aumentou ininterruptamente ao longo desses três anos, mas não chegou a alcançar a posição inicial: em dezembro de 2007, antes da sua incorporação pelo Santander (efetivada em agosto de 2008, devido à aquisição do ABN Amro pelo Santander da Espanha, em consórcio com o belga Fortis e o britânico Royal Bank of Scotland, em outubro de 2007), o peso desta modalidade de crédito atingiu 36,6%, cerca de 10 p.p inferior ao percentual de 47,6% registrado em 2003 (ver Gráfico 20). Isto porque, embora tenha ampliado seu leque de clientes de pequeno porte, inclusive da indústria, este setor não foi priorizado na estratégia da instituição, o que transparece nas taxas médias de crescimento entre 2003 e 2007, de 16% no crédito industrial, contra 23,1% no crédito rural, 30,8% no comercial e 31% em outros serviços

Já o Santander – que ingressou no ciclo de crédito recente como um importante banco de

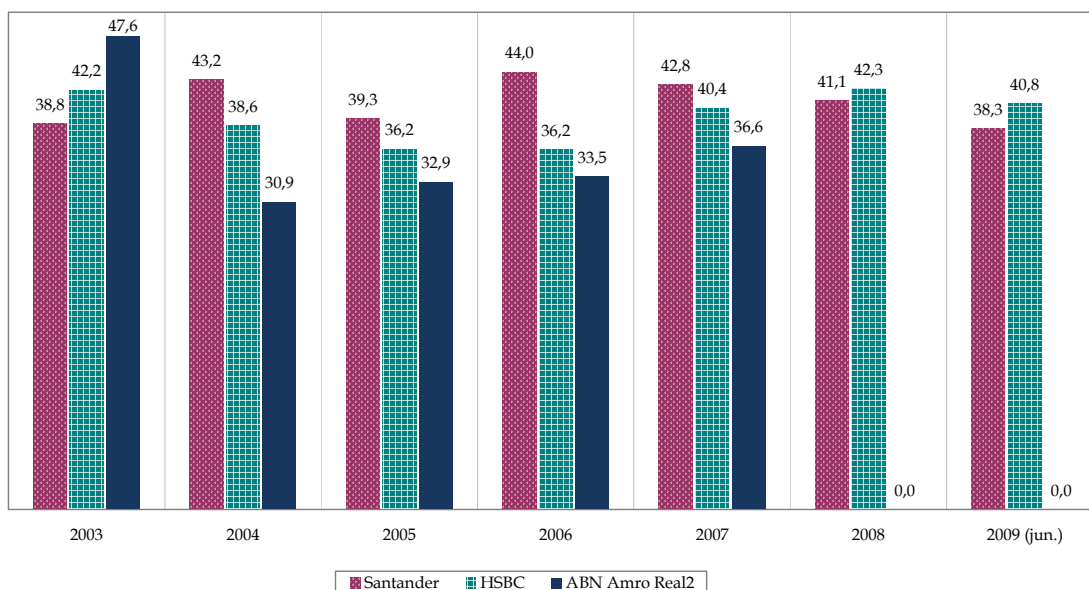
bancos privados no período 1997-2005, ver: Freitas (1997).

varejo, graças à incorporação de várias instituições financeiras (com destaque para o Banespa) e ao crescimento orgânico, apoiado numa estratégia agressiva de conquista de clientes²⁸ – sustentou sua posição de liderança entre os estrangeiros no segmento de crédito industrial privado entre 2004 e 2006, mas a perdeu novamente para o ABN Amro em 2007, trajetória que revela a acirrada disputa entre as instituições estrangeiras neste segmento. Apesar de o crédito industrial ter sustentado seu maior peso na carteira corporativa do banco relativamente aos demais setores (ver Tabela A9), o Santander não adotou uma política agressiva de expansão do crédito neste segmento (ao contrário do observado no caso do comércio e dos serviços – ver capítulo IV). Essa participação oscilou em torno dos 40% entre 2003 e 2007, aproximando-se dos 45% somente em 2006 (ver Gráfico 20), único ano do período no qual esta modalidade de crédito corporativo avançou numa maior intensidade que as demais (44,9% em termos reais - ver Tabelas 6 e A9).

A incorporação do ABN Amro Real em agosto de 2008 possibilitou ao Santander assumir a terceira posição no segmento de crédito industrial privado e retomar a liderança no grupo de estrangeiros (ver Gráfico 16), mas não resultou numa ampliação da sua exposição ao crédito industrial. Pelo contrário, a despeito de ter propiciado uma expressiva taxa de crescimento desta modalidade de crédito em 2008 (de 190% em termos reais - ver Tabela 10), sua fatia na carteira corporativa do banco recuou de 42,8% em 2007 para 41,1% em 2008 (ver Gráfico 15), já que o avanço nos demais segmentos (especialmente no comércio) foi muito mais significativo (ver Tabela A9). No primeiro semestre de 2009, esta fatia sofreu uma retração adicional (caindo para 38,3%), possivelmente devido à maior aversão do risco neste segmento, onde se concentraram as perdas nas operações com derivativos cambiais (vinculadas ou não às operações de crédito).

²⁸ Entre 1997 e 2000, o Santander adquiriu cinco instituições financeiras – Banco Geral do Comércio, noroeste, Meridional, Bozano Simonsen e Banespa – que lhe permitiram transformar em um importante banco de varejo, com forte presença em São Paulo e no Rio Grande do Sul. De acordo com informações do relatório de administração, o expressivo crescimento da carteira de crédito do banco refletiu a estratégia de ampliação da base de clientes pessoa física e jurídica e da fidelização de correntistas com o lançamento de produtos e serviços diferenciados. Dentre os novos produtos lançados, a criação, em 2006, da Conta Garantida e do Capital de Giro com Vinculação de Recebíveis de Cartão de Crédito como garantia permitiu ao Santander expandir sua base de clientes no segmento de pequenas e médias empresas e elevar o volume de crédito em 2006 e 2007.

Gráfico 20 - Participação do setor industrial¹ na carteira de crédito corporativo¹ dos grandes bancos privados estrangeiros (em % a.a.)



Fonte: Notas Explicativas das Demonstrações de Resultado das Instituições. Elaboração própria.

Notas:

1. Para total do crédito corporativo exclui intermediários financeiros. Para o HSBC, exclui crédito corporativo e inclui empresas públicas
2. Em 2008, o ABN Amro Real foi incorporado ao Santander, em razão da aquisição de sua matriz na Holanda pelo Santander Espanha. Com a incorporação o Santander no Brasil para a se denominar Santander Real.

Também é importante destacar algumas características da atuação do banco no crédito à indústria²⁹. De acordo com informações obtidas em entrevistas, o Santander adota uma estratégia de segmentação que leva em consideração o porte e as especificidades setoriais na definição das condições dos empréstimos. No caso da indústria, as principais formas de garantia são duplicatas e contratos dos clientes (não foram informadas as condições de prazo e custo). Especificamente no segmento de *middle market*, o peso das operações com o BNDES é mais elevado nesta modalidade do que nas demais carteiras corporativas. Essas operações destinam-se a investimentos e são as únicas de prazo mais longo, que pode chegar a 10/12 anos. Assim, a evolução mais favorável em 2006 pode estar associada ao aumento dos repasses, que registraram nesse ano a taxa de crescimento recorde do período, de 183%. Mas, as operações com recursos próprios (com destaque para capital de giro) são predominantes (com prazo que pode chegar a 5/7 anos).

No grupo de bancos estrangeiros da amostra, o HSBC, instituição com presença mais recente no mercado bancário brasileiro (tendo ingressado em 1997, com aquisição do controle acionário do

²⁹ Não existem informações sobre a distribuição setorial do crédito à indústria.

Bamerindus), não é visto como um concorrente relevante nem pelos grandes bancos privados nacionais nem pelo Santander³⁰. Todavia, este banco tem a especificidade de ser o único com atuação efetivamente global entre os dez maiores, o que permite a oferta de produtos diferenciados para os clientes corporativos³¹.

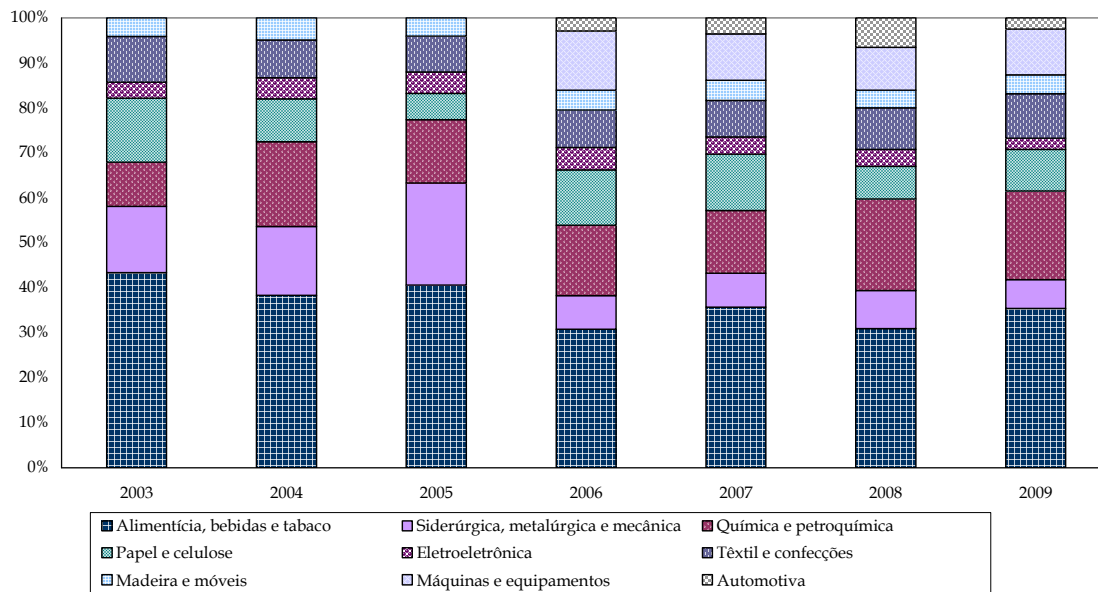
No segmento de crédito industrial, o HSBC permaneceu no último lugar do *ranking* entre 2003 e 2007 (ver Gráfico 16), mas ultrapassou a Safra em 2008, quando seu peso no total atingiu 5,7% (contra 4,3% daquele banco), como reflexo da estratégia de ampliar sua atuação neste segmento e, especialmente, 2007, que transparece no aumento das taxas de crescimento do crédito à indústria frente aos anos anteriores (ver Tabela 10). Conseqüentemente, a exposição desta instituição ao crédito industrial avançou de um patamar de 36% em 2005 e 2006 para 40,4% em 2007 e 42,2% em 2008.

Este avanço foi ancorado numa desconcentração da carteira e na ampliação do leque de setores atendidos a partir de 2006, quando as indústrias de “Máquinas e equipamentos” e “Automotiva” passaram a ser contempladas pelos financiamentos do banco, possivelmente envolvendo as duas principais modalidades – capital de giro a partir de recursos próprios e investimentos com base em repasses do BNDES –, já que nesses dois subsectores o HSBC desponta como uma das dez principais instituições repassadoras (ocupando a oitava e nona posições, respectivamente) (ver Gráfico 21). Esta desconcentração envolveu, igualmente, o aumento do peso do setor de papel e celulose na sua carteira industrial, que também deve ter sido contemplado com operações de repasse, pois nesse setor o HSBC é o sétimo principal banco repassador. Este aumento, por sua vez, constitui uma possível explicação para a redução da sua exposição ao conjunto da indústria em 2009 (que recua para 40,8% - ver Gráfico 20). Isto porque, neste setor, os financiamentos estavam concentrados na Aracruz, que incorreu em perdas elevadas nas operações com derivativos cambiais (que, nesse caso, não estavam vinculadas a crédito bancário). Neste contexto, o banco deve ter adotado a estratégia (semelhante à do Santander) de reduzir a exposição à indústria onde se concentraram os prejuízos com essas operações.

³⁰ Nas entrevistas, o Bradesco, Itaú Unibanco e Santander são apontados como principais concorrentes em todos os setores do crédito corporativo.

³¹ Por exemplo, segundo informação obtida em entrevista, o HSBC foi capaz de atender as necessidades da empresa Vega no processo de compra de uma empresa chinesa, já que era o único banco presente nos dois países.

Gráfico 21 - HSBC: distribuição setorial do crédito industrial (%)



Fonte: Notas explicativas dos balanços anuais

Nos financiamentos à indústria, o HSBC procura atuar ao longo da cadeia produtiva do setor contemplado, concedendo crédito para clientes e fornecedores da empresa-âncora, o que permite a montagem de instrumentos de garantia a partir das informações do fluxo de caixa da empresa. No caso das grandes empresas, a seleção de empresa-âncora baseia-se na análise de crédito, mas também da sua inserção nesta cadeia e seu peso no respectivo setor industrial. Já para as médias, pequenas e microempresas, são considerados o tempo de existência e aspectos geográficos, levando em conta a rede de distribuição do HSBC. Também é importante mencionar que a participação dos repasses do BNDES na carteira industrial (e também para o total da carteira corporativa) é pequena (em torno de 10%), reflexo, pelo menos em parte, da não operação do produto Finame; nesses repasses, predominam as linhas BNDES-exim.³² Assim, a carteira industrial do banco – que ocupa a maior fatia do crédito corporativo (na média do período, 39,5% - ver Tabela A10) – ancora-se, fundamentalmente, em recursos de tesouraria.

II.5 Conclusões

Este capítulo teve dois principais objetivos. Em primeiro lugar, atualizar a análise da evolução do crédito à indústria a partir das estatísticas agregados do BCB, incorporando as informações do primeiro semestre de 2009. Em segundo lugar, realizar um exame mais detalhado deste segmento do crédito corporativo no período de 2003 ao primeiro semestre de 2009, a partir das fontes de informações adicionais utilizadas neste segundo relatório, o qual revelou importantes características deste segmento, que não transpareciam nos dados agregados (do BCB e do BNDES) utilizados no

³² Informações obtidas em entrevista.

primeiro relatório.

A primeira tarefa, realizada na seção II.2, mostrou que nos primeiros seis meses de 2009 o crédito ao setor sofreu uma forte desaceleração, passando de um patamar de crescimento real de 30,9% em dezembro de 2008 para 16,7% em junho de 2009 (um recuo de 14,2 p.p). Com isso, o volume de empréstimos absorvido pela indústria manteve-se praticamente no mesmo patamar do final de 2008 (em junho, R\$ 299,2 milhões), equivalentes a 10,2% do PIB e 40,1% do crédito corporativo (em dezembro de 2008, 10% e 39,7%, respectivamente). Todavia, a perda de ritmo do crédito industrial foi um pouco mais suave que a registrada para o crédito corporativo total (em termos reais, de 26,7% para 11,5%, um recuo de 15,2 p.p), a despeito de a indústria ter sido a atividade produtiva mais afetada pelo efeito-contágio da crise global, tanto no último trimestre de 2008, como no primeiro trimestre de 2009. É possível levantar duas hipóteses explicativas para o impacto mais tênue da crise sobre o crédito à indústria, relativamente à produção do setor. Em primeiro lugar, sua maior dependência do crédito bancário, que dificulta a contração súbita dos empréstimos, tanto pelo lado da demanda, como da oferta. Em segundo lugar, a maior participação das operações de crédito vinculadas a derivativos cambiais na indústria, que resultaram em elevados prejuízos financeiros e, conseqüentemente, na deterioração da capacidade de pagamento das empresas industriais.

A segunda tarefa foi realizada em duas seções. A seção II.3 dedicou-se à análise da atuação dos bancos públicos, com destaque para aquela do BNDES, principal fonte de financiamento de médio e longo prazo do setor. No item II.3.1, com base nos dados da tabulação especial fornecida por essa instituição, destacou-se que no período em tela, a indústria geral foi o setor corporativo que absorveu a parcela mais expressiva dos recursos desembolsados pelo BNDES, tanto na modalidade direta, como na indireta (na média de 2003 ao primeiro semestre de 2009, 51% e 40%, respectivamente), o que resultou numa participação média anual de 45% no total dos desembolsos. Estes percentuais revelam a importância do BNDES para o financiamento dos investimentos deste setor, que depende de crédito de médio e longo prazo, seja para a aquisição de máquinas e equipamentos, seja para a ampliação da capacidade produtiva. A distribuição dos desembolsos entre os gêneros de atividade industriais mostrou, como era de se esperar, que aquelas mais intensivas em capital (onde esta dependência é especialmente pronunciada, vis-à-vis aqueles intensivos em trabalho) predominam no ranking dos dez subsetores que mais absorvem recursos desta instituição. E, o recorte pelo tamanho das empresas, evidenciou que as grandes empresas são as principais beneficiárias do financiamento do BNDES nesses subsetores e também para o total da indústria.

A tabulação especial também possibilitou a caracterização das demais características da atuação do banco no setor em tela. A participação das modalidades direta e indireta foi semelhante ao

longo do período, o que revela a importância dos agentes financeiros intermediários neste segmento do crédito corporativo. No âmbito desses agentes, o Banco do Brasil ocupou o primeiro lugar do *ranking*, o que certamente atenuou o efeito da retração dos repasses pelos bancos privados em momentos de maior preferência pela liquidez, como o primeiro semestre de 2009 (já que o risco das operações é assumido pelas instituições repassadoras). A fatia deste banco público no total aumentou expressivamente ao longo do período analisado, passando de apenas 6,5% em 2003 para 29,2% em 2008 e 28% no primeiro semestre de 2009, em grande medida, devido ao aumento dos repasses para financiamento das exportações (produtos do BNDES-exim), e para aquisição de máquinas e equipamentos (Finame). Ademais, a liderança do BB é observada em oito dos dez subsetores mais beneficiados pelos repasses do BNDES. Com isso, a participação das instituições públicas no total de repasses avançou de forma praticamente ininterrupta ao longo do período em foco, ocupando o espaço, principalmente, das instituições privadas nacionais. Todavia, pela ótica da natureza do capital, essas instituições foram líderes, respondendo por 55% do total desembolsado entre 2003 e o primeiro semestre de 2009 (sendo os destaques Bradesco, Itaú Unibanco e Votorantin no total e nos principais subsetores), seguidas pelas públicas (30%) e estrangeiras (15%).

Sob a ótica dos produtos, o BNDES-exim foi o líder (40,6%), seguido pelo Finem (33,5%). Todavia, a participação relativa dessas duas linhas altera-se bastante ao longo do período, como reflexo das características do ciclo industrial. O BNDES-exim predomina entre 2003 e 2006, atingindo percentuais anuais de participação especialmente elevados em 2003 e 2004, associados ao dinamismo das exportações, subjacente à primeira fase de expansão da indústria no período, bem como à estagnação dos investimentos. Assim, a elevada participação da indústria nas operações desta instituição reflete, em grande medida, o atendimento, pelo BNDES e pelos agentes financeiros (com destaque para o BB, após 2005), da demanda de financiamento dos setores exportadores. Já o Finem (modalidade direta) passa a predominar a partir de 2007, com a mudança do eixo do crescimento do mercado interno para o externo e a retomada dos investimentos. Neste contexto, o BB, ancorado na capilaridade propiciada pela sua rede de agências, complementa a atuação do BNDES no segmento de crédito industrial, ampliando os repasses Finame, voltados para aquisição de máquinas e equipamentos.

Este papel complementar do Banco do Brasil no financiamento à indústria transparece na evolução da carteira industrial desta instituição pública ao longo do período em foco – juntamente com a atuação da CEF e da Nossa Caixa neste segmento. As informações extraídas das notas explicativas dos balanços mostram que o BB possui uma maior exposição à indústria que os seus congêneres, setor que absorveu uma parcela significativa das operações de crédito corporativo desta

instituição ocupando a segunda posição no *ranking* dos setores empresariais na média do período (32,4%), ficando atrás somente do setor de agronegócio. Considerando os valores anuais, a partir de 2007, a carteira industrial ultrapassa a carteira deste setor. Apesar da importância dos repasses no crédito industrial do BB, as informações dos relatórios de administração indicam que a participação das operações de capital de giro (baseadas em recursos de tesouraria) predominaram ao longo do período.

No grupo das instituições públicas, a Nossa Caixa foi o banco com maior exposição ao setor industrial, todavia, sua importância no fornecimento de crédito ao setor industrial é muito pequena. Além desta instituição ter uma carteira de crédito corporativo muito pequena, na comparação com os demais setores corporativos, a indústria foi o setor que menos absorveu recursos da instituição. No caso da CEF, a despeito da sua pequena exposição às atividades industriais, a participação do crédito ao setor no total da carteira corporativa (exclusive imobiliário) desta instituição avançou bastante no período, em função das elevadas taxas de crescimento registradas no período, especialmente em 2004, 2005 e 2008. Em 2008, especificamente, este crescimento esteve associado à importante atuação da CEF na política anticíclica.

O aumento da exposição do BB e da CEF no segmento de crédito industrial no período em tela não foi suficiente, contudo, para alterar a posição das instituições públicas no segmento de crédito industrial. Este grupo continuou ocupando o segundo lugar, respondendo por 31,5% do total em 2008, contra 49,8% dos bancos privados nacionais e 18,7% dos estrangeiros. Assim, os bancos privados em seu conjunto responderam pela maior parcela do crédito concedido para a indústria no período em foco (68,5% em 2008 e 72,6% na média de 2003 a 2008), sendo que nesse grupo Bradesco, Itaú Unibanco e Santander constituem os principais *players* no segmento de crédito industrial (e corporativo em geral). Ademais, a concorrência entre essas instituições foi bastante acirrada e envolveu aquisições (ABN Amro pelo Santander) e fusões (Itaú Unibanco) que alteraram as respectivas participações no segmento em foco.

A atuação desses bancos em seu conjunto (nacionais e estrangeiros) é marcada por duas características. Em primeiro lugar, a indústria absorve a maior parcela do crédito corporativo dessas instituições. Em segundo lugar, independentemente da propriedade de capital, os financiamentos de curto prazo, destinados a capital de giro, baseiam-se em recursos próprios (ou seja, de tesouraria), enquanto aqueles de médio e longo prazo, voltados para os investimentos, ancoram-se, essencialmente, nos repasses de recursos do BNDES e, em menor medida, em recursos captados no exterior.

Neste grupo, as instituições privadas nacionais foram os líderes no segmento do crédito

industrial. Também foi possível identificar alguns denominadores comuns à atuação dessas instituições, quais sejam: sua relevância como agentes financeiros do BNDES; o recuo da participação desta modalidade de crédito no total da carteira corporativa a partir de 2005, quando várias instituições adotaram a estratégia de diversificar essa carteira em prol dos demais setores empresariais, notadamente, comércio, serviços e infra-estrutura; no caso das três maiores instituições (Bradesco, Itaú e Unibanco), a maior participação do crédito industrial na carteira de crédito corporativo, num patamar bastante próximo (no intervalo de 40% a 50%), mas inferior àquela da carteira de pessoas físicas.

No crédito à indústria, especificamente, o Bradesco, ocupou a posição de liderança entre 2003 e 2007, que foi perdida para a nova instituição, Itaú e Unibanco, em 2008, que assumiu o primeiro lugar, respondendo por 39,3% do total, percentual quase 10 p.p superior ao do Bradesco. Apesar da maior importância do Bradesco no segmento de crédito privado à indústria até 2007, a exposição do Itaú às atividades industriais foi um pouco maior que aquela do seu principal rival em todos os anos do período em tela. No que diz respeito à distribuição da carteira entre as atividades industriais, os setores líderes nas duas instituições são praticamente os mesmos (alimentos e bebidas; siderurgia, metalurgia e mecânica; química; papel e celulose e veículos leves e pesados), semelhança que deve estar associada à atuação de ambos os bancos como importantes agentes financeiros do BNDES. Contudo, assim como no caso do BB, não existem informações sobre o peso dos repasses desta instituição de fomento na carteira industrial

Finalmente, no grupo de estrangeiros, a disputa pela liderança no segmento de crédito industrial foi mais acirrada. No início do ciclo, o holandês ABN Amro, estava mais bem posicionado que os seus rivais. Todavia, sua posição de líder foi efêmera, sendo perdida já em 2004 para o Santander, que se manteve em primeiro lugar a partir de então, ampliando de forma significativa sua participação no crédito industrial privado em 2008, com a aquisição daquele banco, que o consolidou como terceiro principal banco no segmento de crédito industrial privado.

Já o HSBC, embora não seja visto como um concorrente relevante nem pelos grandes bancos privados nacionais nem pelo Santander, tem a especificidade de ser o único com atuação efetivamente global entre os dez maiores, o que permite a oferta de produtos diferenciados para os clientes corporativos. No segmento de crédito industrial, esta banco permaneceu no último lugar do *ranking* entre 2003 e 2007, mas ultrapassou a Safra em 2008, quando seu peso no total atingiu 5,7%, como reflexo da estratégia de ampliar sua atuação neste segmento, ancorada numa desconcentração da carteira e na ampliação do leque de setores atendidos a partir de 2006, com base, principalmente, em recursos de tesouraria.

Referências bibliográficas

- AMITRANO, C.R. O Modelo de crescimento da economia brasileira no período recente: condicionantes, características e limites . In: CARNEIRO, R. (org.) *A supremacia dos mercados e a política econômica do governo Lula*. São Paulo: Editora Unesp, p. 233-274, 2006.
- ANDRADE, R. P; DEOS, Simone. A trajetória do Banco do Brasil no período recente, 2001-2006: banco público ou banco estatal “ privado” ?, *Revista de Economia Contemporânea*, Rio de Janeiro, 13 (1): 001-168, jan/abr. 2009.
- BAER, M.; Cintra, M. A. M. *Brasil: investimento estrangeiro direto e estratégias empresariais*. Santiago do Chile: Comissão Econômica para América Latina e Caribe (Cepal), set. 2004
- BANCO BRADESCO S.A. *Relatório Anual*. Vários anos. Disponível em: <http://www.bradesco.com.br>.
- BANCO ITAÚ HOLDING FINANCEIRA S.A. *Relatório Anual*. Vários anos. Disponível em: <http://www.itau.com.br>.
- BANCO NOSSA CAIXA S.A. *Relatório Anual*. Vários anos. Disponível em: <http://www.nossacaixa.com.br>.
- BANCO REAL E EMPRESAS ABN AMRO NO BRASIL. *Relatório Anual*. Vários anos. Disponível em: <http://www.bancoreal.com.br>.
- BANCO SAFRA S.A. *Relatório Anual*. Vários anos. Disponível em: <http://www.safra.com.br>.
- BANCO SANTANDER S.A. *Relatório Anual*. Vários anos. Disponível em: <http://www.santander.com.br>.
- BNDES.Notícias, várias. Disponível em <http://www.bndes.gov.br/noticias>
- CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. *Relatório Anual*. Vários anos. Disponível em: <http://www.caixa.gov.br>.
- CARNEIRO, R.M. *Determinantes do investimento*. Relatório 2 do Subprojeto VI da Pesquisa “O Brasil na era da globalização: condicionantes domésticos e internacionais ao desenvolvimento” Convênio BNDES - Cecon – Instituto de Economia, Unicamp, agosto de 2007.
- CASTRO, A.B. A reestruturação industrial brasileira nos anos 90. Uma interpretação. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v.21, n.3 (83), p. 3-26, jul./set. 2001
- COUTINHO, L. A Especialização regressiva : um balanço do desmoecho industrial pós-estabilização. In: VELLOSO, J.P.R. (Org.). *Brasil: desafios de um país em transformação*. Rio de Janeiro: Editora José Olímpio, 1997.
- FERRAZ, J.C. *et al*. Incerteza, adaptação e mudança: a indústria brasileira entre 1992 e 1998. Boletim de Conjuntura da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.
- FREITAS Evolução e determinantes do crédito bancário no período 2001-2006. Relatório 2 do Subprojeto VIII “Crédito Bancário no Brasil: evolução e transformações institucionais”, Pesquisa BNDES, CECOM – Instituto de Economia/ Unicamp, ago., 2007
- _____. Os efeitos da crise global no Brasil: aversão ao risco e preferência pela liquidez no mercado de crédito. *Estudos Avançados* 23 (66), p. 125-146, 2009.
- FUNDAP – Fundação do Desenvolvimento Administrativo. O mercado de crédito no primeiro semestre de 2009: a ação dos bancos públicos. *Nota Técnica do Grupo de Conjuntura*, agosto, 2009. Disponível em <http://www.fundap.sp.gov.br>

HSBC Bank Brasil S.A. *Relatório Anual*. Vários anos. Disponível em: <http://www.hsbc.com.br>.

ITAÚ UNIBANCO BANCO MÚLTIPLO S.A. *Relatório Anual*. Vários anos. Disponível em: <http://www.itau.com.br>.

LAPLANE, M. F, SARTI, F. *Prometeu acorrentado: O Brasil na indústria mundial no início do século XXI*. In: CARNEIRO, R. (org.) *A supremacia dos mercados e a política econômica do governo Lula*. São Paulo: Editora Unesp, p. 299-320, 2006.

NINIO, Marcelo. Perda cambial atinge mais de 200 empresas, diz governo, *Folha de S. Paulo*, Caderno Dinheiro, 14 de outubro de 2008.

PRADO, Luiz Carlos & MONTEIRO Filha, Dulce C. O BNDES e os Acordos de Capital de Basiléia, *Revista do BNDES*, Vol. 12, No. 23. Rio de Janeiro: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, p. 177-200, junho de 2005. Disponível na página eletrônica - <http://www.bndes.gov.br>.

PRATES, D.M. A inserção externa da economia brasileira no governo Lula. In: CARNEIRO, R. (org.) *A supremacia dos mercados e a política econômica do governo Lula*. São Paulo: Editora Unesp, p. 133-172, 2006.

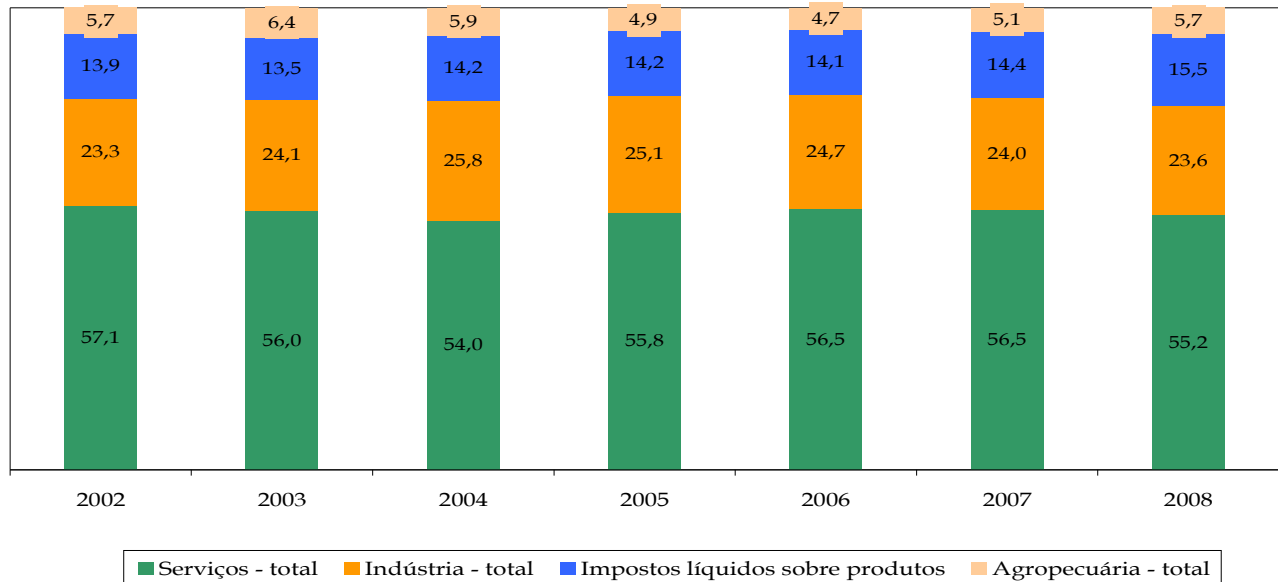
PRATES, Daniela Magalhães; CINTRA, Marcos Antonio Macedo & FREITAS, M, Cristina Penido de. O papel desempenhado pelo BNDES e diferentes iniciativas de expansão do financiamento de longo prazo no Brasil dos anos 90, *Revista Economia e Sociedade*, No. 15. Campinas: IE/Unicamp, 2000, p. 85-116.

TORRES Filho, Ernani Teixeira. BNDES: o papel dos bancos públicos no desenvolvimento. In: *Financiamento do Desenvolvimento Brasileiro*, 3ª. Mesa-Redonda do Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, p.1-8, 28 de abril de 2006. Disponível na página eletrônica - <http://www.celsofurtado.org.br>.

UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A. *Relatório Anual*. Vários anos. Disponível em: <http://www.unibanco.com.br>.

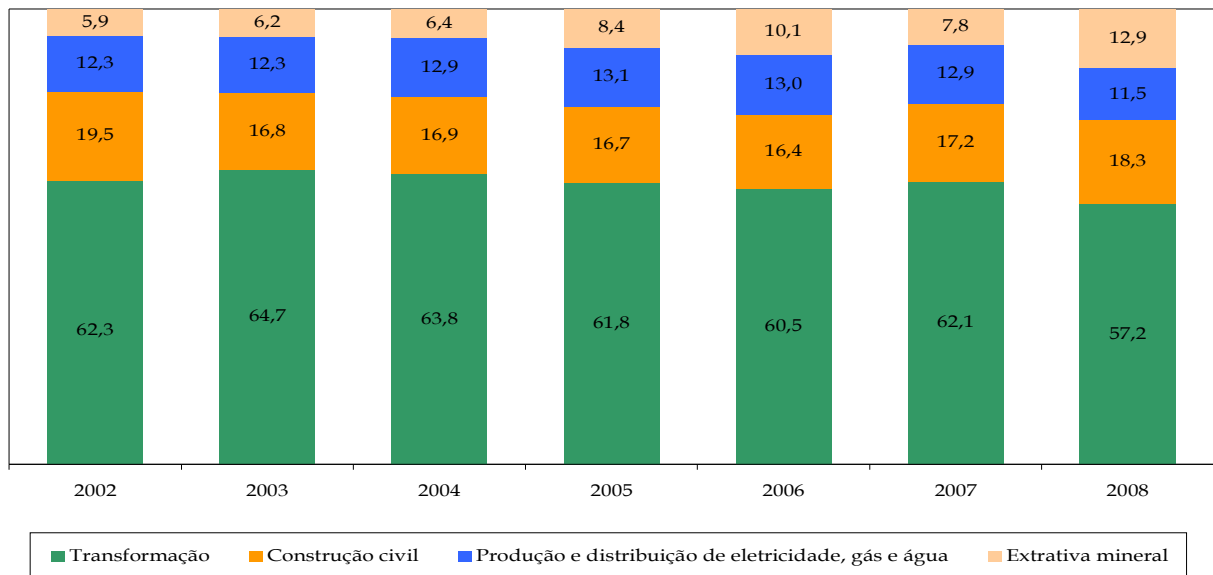
Anexo 1 - Gráficos, Quadros e Tabelas Auxiliares

Gráfico A1. Composição setorial do PIB (em %)



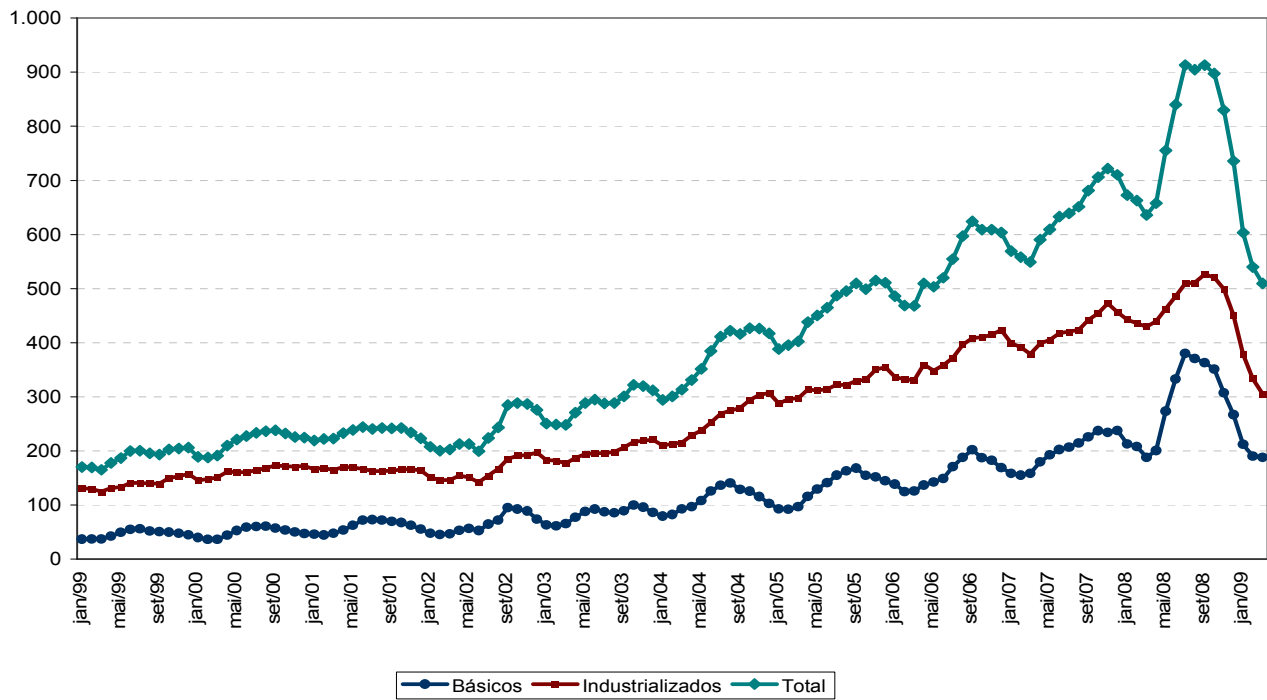
Fonte: Contas Nacionais - IBGE. Elaboração própria.

Gráfico A2. Composição da Indústria (em %)



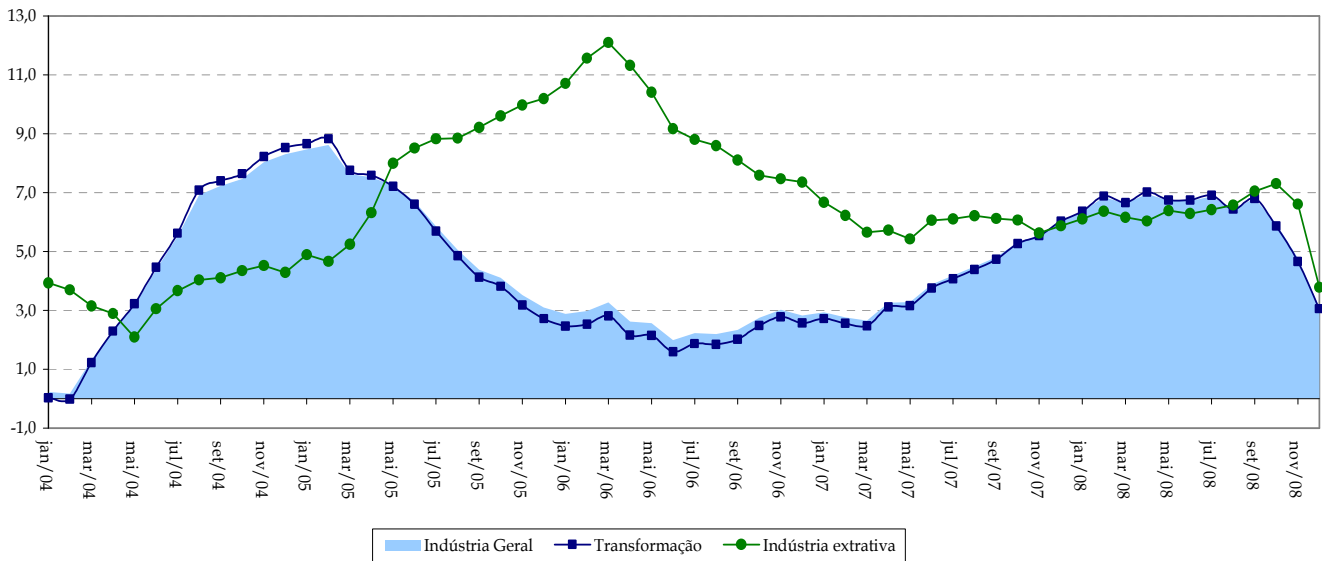
Fonte: Contas Nacionais - IBGE. Elaboração própria.

Gráfico A3. Exportações por fator agregado - Médias diárias (US\$ milhões)



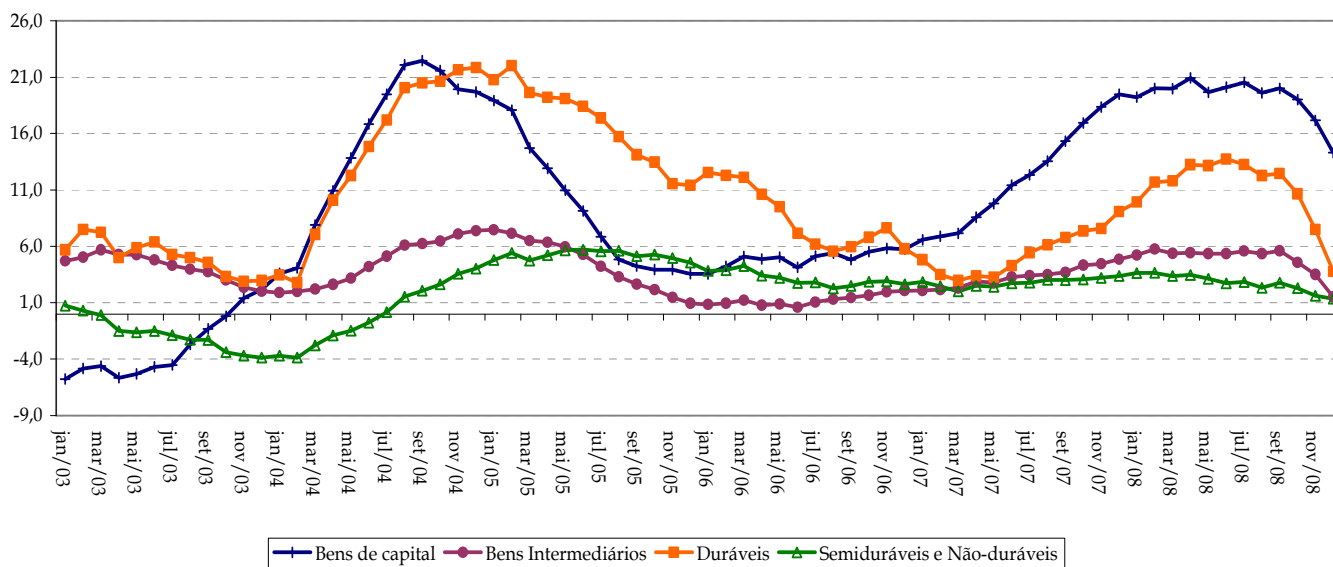
Fonte: MDIC/Secex. Elaboração própria.

Gráfico A4 - Indústria geral, extrativa e de transformação: taxa de crescimento acumulada em 12 meses (em %)



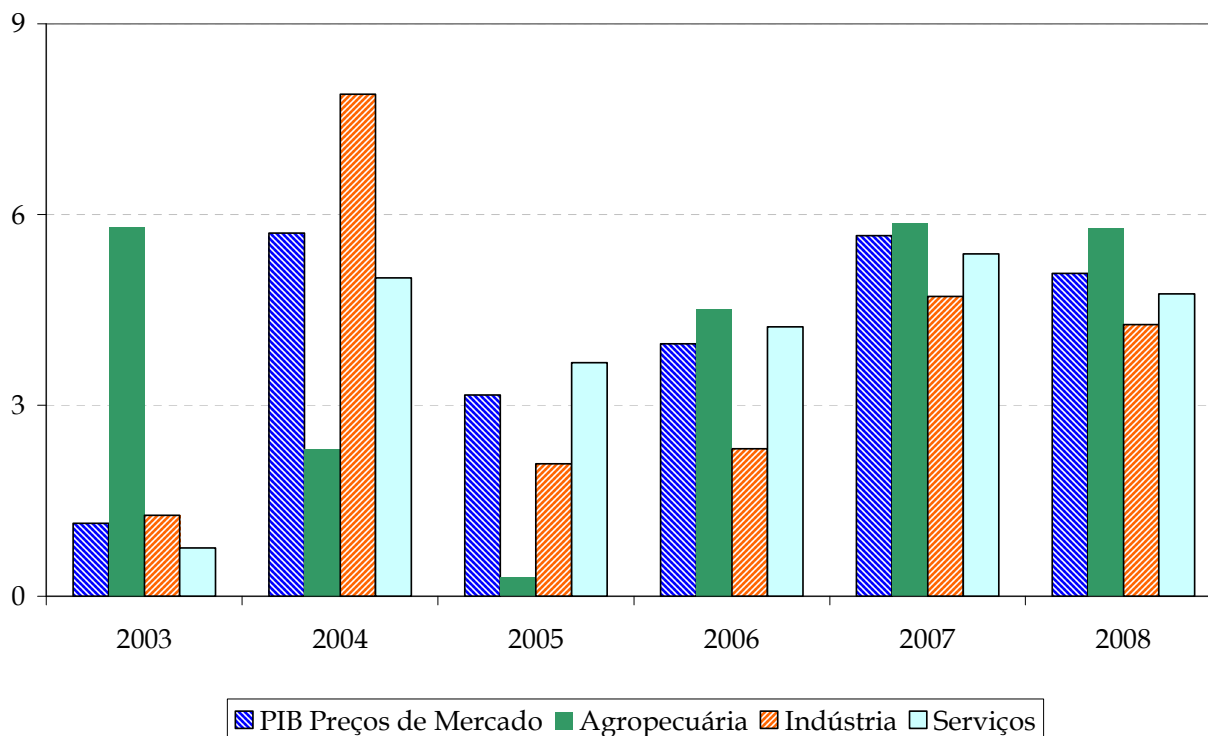
Fonte: PIMPF - IBGE. Elaboração própria.

**Gráfico A5 - Produção industrial por categoria de uso:
taxa de crescimento acumulada em 12 meses (em %)**



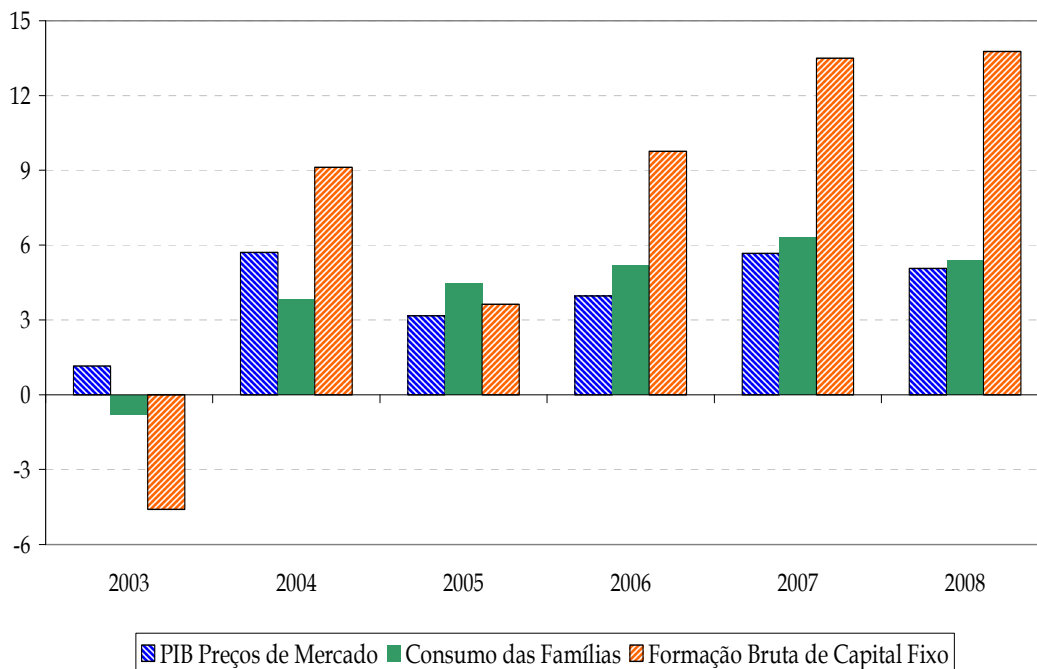
Fonte: PIMPF - IBGE. Elaboração própria.

Gráfico A6. Crescimento anual do PIB e principais componentes (ótica da oferta), em %



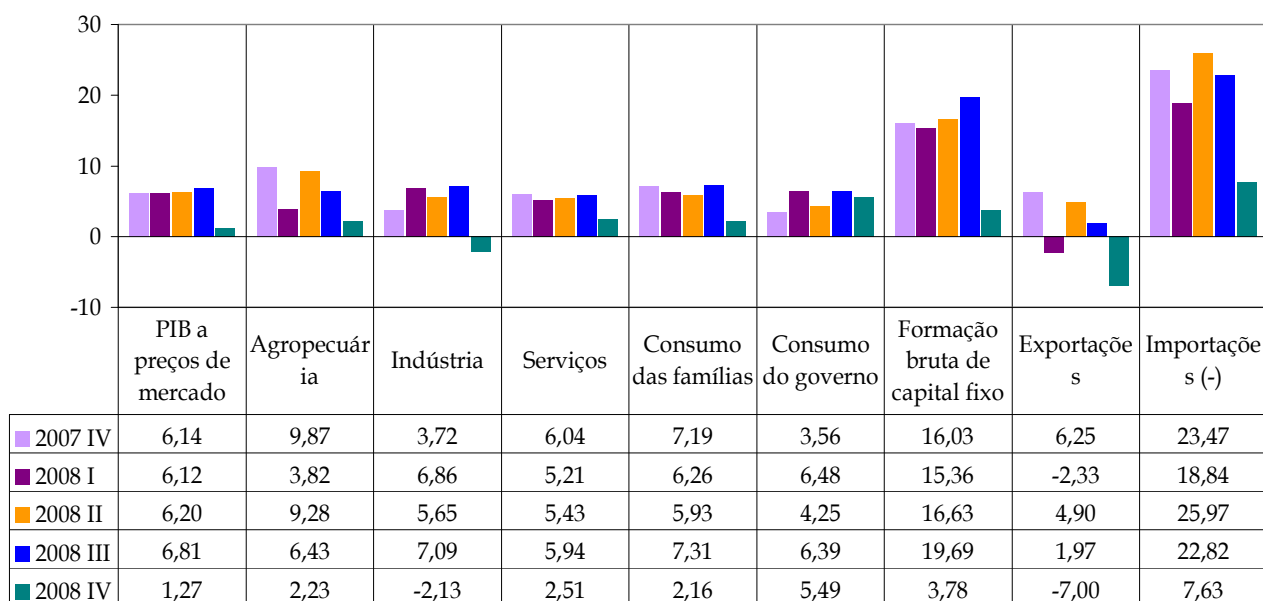
Fonte: Contas Nacionais - IBGE. Elaboração própria.

Gráfico A7. Crescimento anual do PIB e principais componentes (ótica da demanda), em %



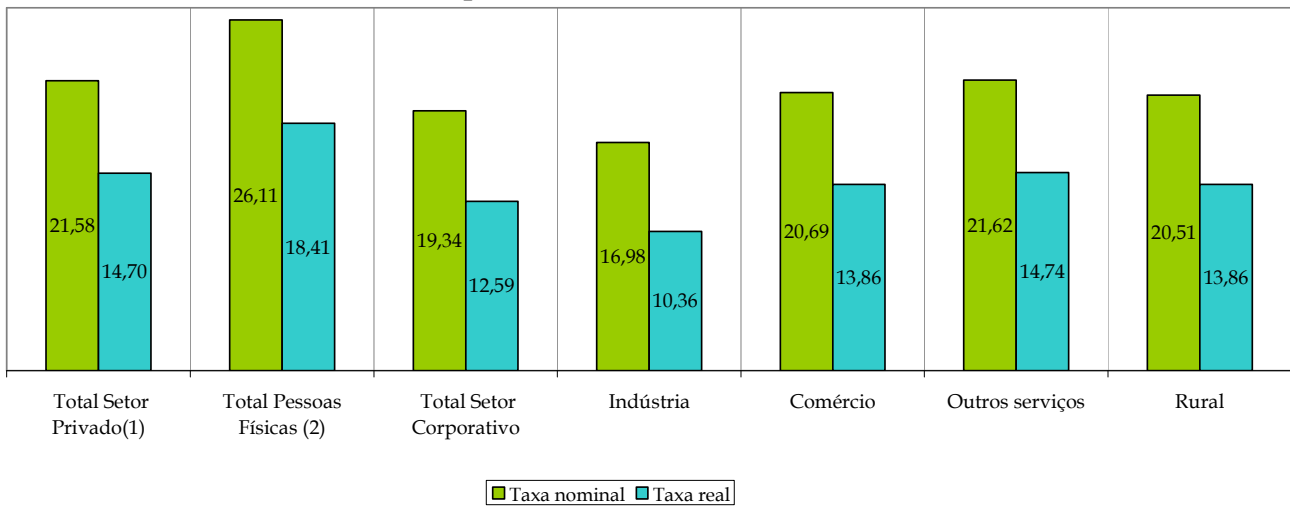
Fonte: Contas Nacionais - IBGE. Elaboração própria.

Gráfico A8. Componentes do PIB, variação contra o mesmo trimestre do ano anterior, em %



Fonte: Contas Nacionais - IBGE. Elaboração própria.

Gráfico A9 - Crédito ao setor privado: taxas médias anuais de crescimento - 2003 a 2008

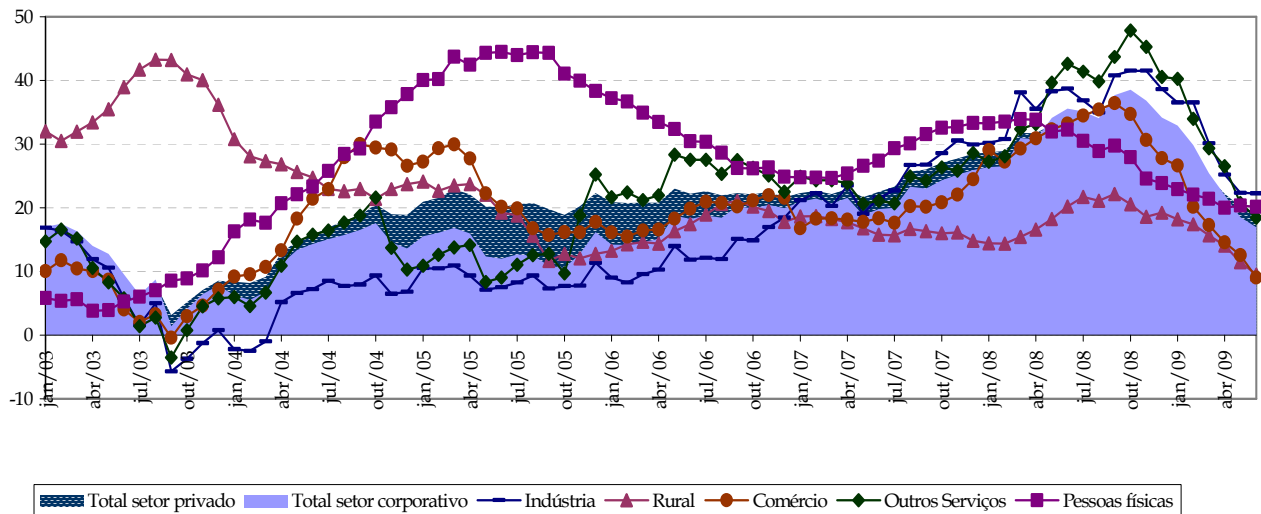


Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração própria.

(1) Abrange, além do crédito ao setor corporativo, o crédito às pessoas físicas;

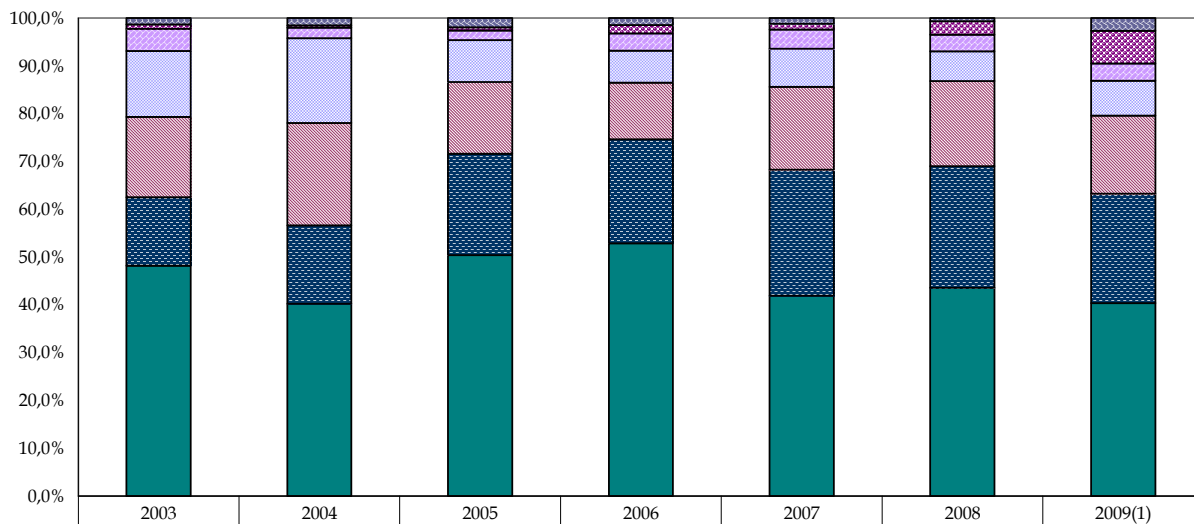
(2) Crédito às pessoas físicas em geral e à habitação.

Gráfico A10 - Taxa de crescimento nominal das operações de crédito por setor



Fonte: Banco Central do Brasil - séries temporais. Elaboração própria.

Gráfico A11 - Participação dos setores nos desembolsos totais do BNDES



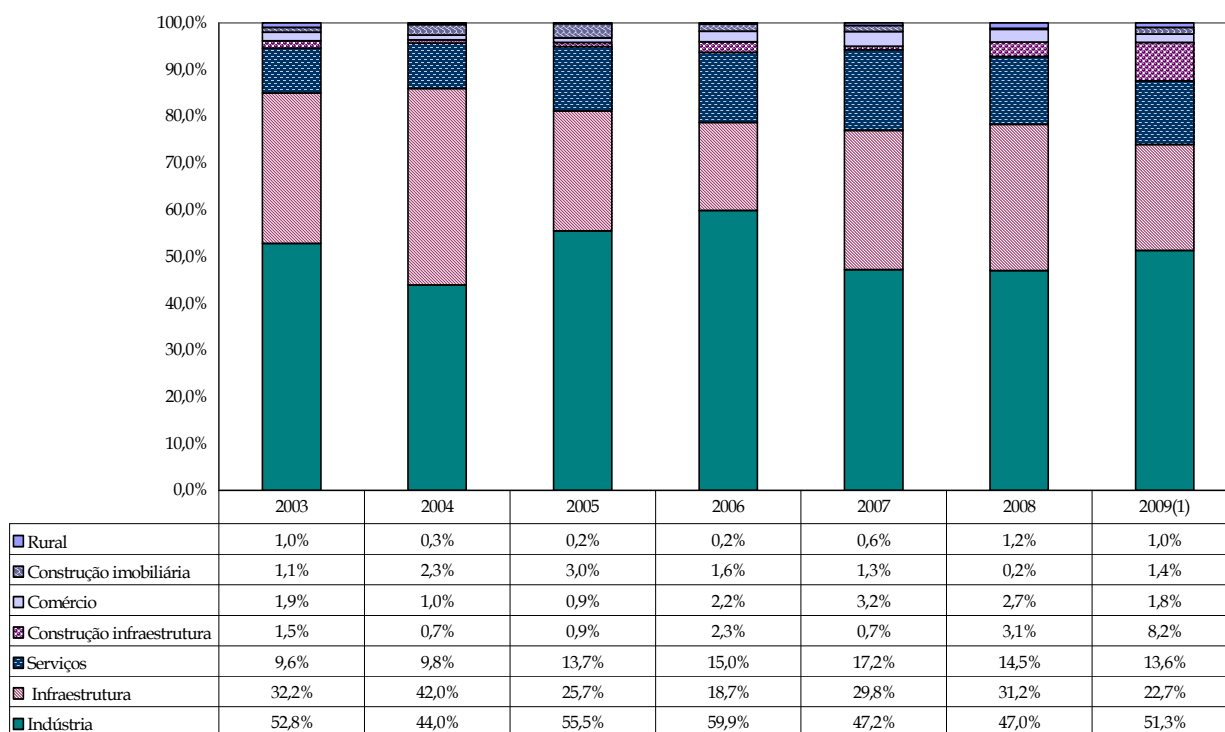
	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009(1)
Construção imobiliária	1,4%	1,6%	2,0%	1,5%	1,3%	0,7%	2,7%
Construção infraestrutura	0,9%	0,5%	0,7%	1,8%	1,2%	2,8%	6,9%
Comércio	4,6%	2,2%	2,0%	3,6%	4,0%	3,5%	3,6%
Rural	13,8%	17,7%	8,8%	6,7%	7,9%	6,2%	7,3%
Infraestrutura	16,8%	21,4%	15,0%	11,9%	17,4%	17,7%	16,3%
Serviços	14,3%	16,5%	21,2%	21,8%	26,4%	25,5%	22,9%
Indústria	48,2%	40,2%	50,4%	52,8%	41,9%	43,5%	40,4%

Fonte: BNDES/AP/DEORÇ. Tabulação especial. Elaboração própria.

Nota:

1. Primeiro semestre.

Gráfico A12 - Participação dos setores nos desembolsos diretos do BNDES

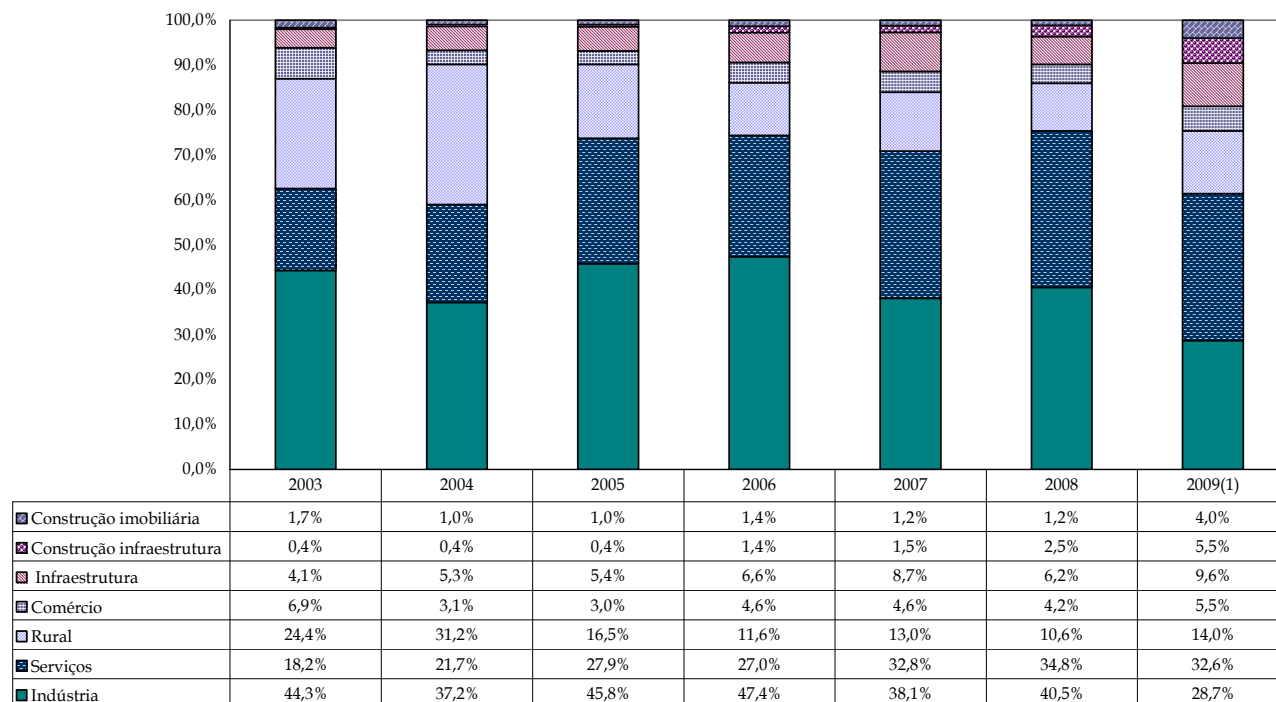


Fonte: BNDES/AP/DEORÇ. Tabulação especial. Elaboração própria.

Nota:

1. Primeiro semestre.

Gráfico A13 - Participação dos setores nos desembolsos indiretos do BNDES



Fonte: BNDES/AP/DEORÇ. Tabulação especial. Elaboração própria.

Nota:

1. Primeiro semestre.

Tabela A1 - Operações de crédito por setor de atividade - R\$ mil

Banco do Brasil	2003	2004	Var. 2004/03	2005	Var. 2005/04	2006	Var. 2006/05	2007	Var. 2007/06	2008	Var. 2008/07	2008/03
Total Setor Privado¹	67.881.287	79.052.685	16,5%	92.333.423	16,8%	120.634.311	30,7%	148.817.190	23,4%	208.874.061	40,4%	208%
Pessoa Física	11.784.543	14.453.568	22,6%	16.436.731	13,7%	21.624.332	31,6%	28.931.501	33,8%	41.621.573	43,9%	253%
% setor privado	17,4	18,3	0,9	17,9	-0,4	19,9	2,0	19,4	-0,5	19,9	0,5	2,6
Habituação (PJ+PF)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	62.905	-	-
% setor privado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,03	-	-
Setores corporativos²	56.096.744	64.599.117	15,2%	75.896.692	17,5%	99.009.979	30,5%	119.885.689	21,1%	167.189.583	39%	198%
% setor privado	82,6	81,7	-0,9	62,9	-18,8	47,4	-15,5	80,6	33,2	80,0	-0,5	-2,6
Indústria	17.062.702	18.065.098	5,9%	22.333.484	23,6%	32.851.853	47,1%	42.653.771	29,8%	62.871.840	47,4%	268%
% setor privado	25,1	22,9	-2,3	18,5	-4,3	15,7	-2,8	28,7	12,9	30,1	1,4	5,0
% setor corporativo	30,4	28,0	38,8	29,4	1,5	33,2	3,8	35,6	2,4	37,6	2,0	7,2
Comércio	7.207.843	9.383.604	30,2%	10.904.272	16,2%	13.384.193	23%	17.592.438	31%	24.211.779	38%	236%
% setor privado	10,6	11,9	1,3	9,0	-2,8	6,4	-2,6	11,8	5,4	11,6	-0,2	1,0
% setor corporativo	12,8	14,5	1,7	14,4	-0,2	13,5	-0,8	14,7	1,2	14,5	-0,2	1,6
Outros serviços	7.634.068	8.353.066	9,4%	9.276.710	11,1%	14.055.522	51,5%	17.724.146	26%	29.096.711	64%	281%
% setor privado	11,2	10,6	-0,7	11,7	1,1	13,9	2,3	11,9	-2,0	13,9	2,0	2,7
% setor corporativo	13,6	12,9	-0,7	18,5	5,6	14,2	-4,3	14,8	0,6	17,4	2,6	3,8
Rural	24.192.131	28.797.349	19,0%	33.382.226	15,9%	38.718.411	16,0%	41.915.334	8%	51.009.253	22%	111%
% setor privado	35,6	36,4	0,8	32,1	-4,3	24,4	-7,7	28,2	3,7	24,4	-3,7	-11,2
% setor corporativo	43,1	44,6	1,5	51,0	6,4	51,5	0,5	35,0	-16,6	30,5	-4,5	-12,6

Fonte: Notas explicativas dos balanços anuais

Nota:

1 Exclui intermediários financeiros e inclui empresas industriais estatais.

2 Exclui intermediários financeiros e crédito imobiliário

Tabela A2 - Operações de crédito por setor de atividade - R\$ mil

Caixa Econômica Federal	2003	2004	Var. 2004/03	2005	Var. 2005/04	2006	Var. 2006/05	2007	Var. 2007/06	2008
Total Setor Privado¹	24.681.449	28.277.291	14,6%	36.242.782	28,2%	44.485.775	22,7%	54.608.944	22,8%	78.008.833
Pessoa Física	5.113.815	6.865.421	34,3%	9.609.806	40,0%	10.341.574	7,6%	12.153.325	17,5%	15.128.092
% setor privado	20,7	24,3	3,6	23,2	-1,0	19,4	-3,9	22,3	2,9	19,4
Habituação (PJ+PF)	15.696.884	16.369.191	4,3%	19.188.780	17,2%	25.035.276	30,5%	31.467.177	25,7%	43.188.181
% setor privado	63,6	57,9	-5,7	52,9	-4,9	56,3	3,3	57,6	1,3	55,4
Setores corporativos²	3.870.750	5.042.679	30,3%	7.444.196	47,6%	9.108.925	22,4%	10.988.442	20,6%	19.692.560
% setor privado	15,7	17,8	2,2	16,7	-1,1	11,7	-5,1	20,1	8,4	25,2
Indústria	375.231	563.876	50,3%	1.009.824	79,1%	1.540.839	52,6%	1.895.927	23,0%	6.225.042
% setor privado	1,5	2,0	0,5	2,3	0,3	2,0	-0,3	3,5	1,5	8,0
% setor corporativo	9,7	11,2	166,1	13,6	2,4	16,9	3,4	17,3	0,3	31,6
Comércio	452.551	698.180	54,3%	1.167.534	67,2%	1.528.736	31%	1.475.665	-3%	973.059
% setor privado	1,8	2,5	0,6	2,6	0,2	2,0	-0,7	2,7	0,7	1,2
% setor corporativo	11,7	13,8	2,2	15,7	1,8	16,8	1,1	13,4	-3,4	4,9
Outros serviços	3.039.041	3.776.393	24,3%	5.260.465	39,3%	6.031.668	14,7%	7.607.774	26%	12.493.652
% setor privado	12,3	13,4	1,0	13,6	0,2	16,0	2,5	13,9	-2,1	16,0
% setor corporativo	78,5	74,9	-3,6	81,0	6,1	66,2	-14,8	69,2	3,0	63,4
Rural	3.927	4.230		6.373	50,7%	7.682	20,5%	9.076	18%	807
% setor privado	0,016	0,015	-0,001	0,017	0,002	0,001	-0,016	0,017	0,016	0,001
% setor corporativo	0,101	0,084	-0,018	0,103	0,019	0,009	-0,094	0,083	0,074	0,004

Fonte: Notas explicativas dos balanços anuais.

Nota:

1 Exclui intermediários financeiros e inclui empresas públicas.

2 Exclui intermediários financeiros e crédito imobiliário e inclui empresas públicas industriais.

Tabela A2 continuação - Operações de crédito por setor de atividade - R\$ mil

Caixa Econômica Federal	Var. 2008/07	Var. 2008/03	Var. média 2008/03	2009 (Jun)	Var. 2009/08
Total Setor Privado¹	42,8%	216%	26%	91.579.651	17,4%
Pessoa Física	24,5%	196%	24%	18.764.768	24,0%
% setor privado	-2,9	-1,3	-	20,5	1,1
Habituação (PJ+PF)	37,2%	175%	22%	51.737.212	19,8%
% setor privado	-2,3	-8,2		56,5	1,1
Setores corporativos²	79%	409%	38%	21.077.671	7,0%
% setor privado	5,1	9,6	-	23,0	-2,2
Indústria	228,3%	1559%	75%	3.056.375	-50,9%
% setor privado	4,5	6,5	-	3,3	-58,2%
% setor corporativo	14,4	21,9	-	14,5	-17,1
Comércio	-34%	115%	17%	1.119.361	15,0%
% setor privado	-1,5	-0,6	-	1,2	-2,0%
% setor corporativo	-8,5	-6,8	-	5,3	0,4
Outros serviços	64%	311%	33%	16.900.868	35,3%
% setor privado	2,1	3,7	-	18,5	15,2%
% setor corporativo	-5,8	-15,1	-	80,2	16,7
Rural	-91%	-79%	-27%	1.067	32,2%
% setor privado	0,0	0,0	-	0,001	12,6%
% setor corporativo	-0,1	-0,1	-	0,0	0,0

Fonte: Notas explicativas dos balanços anuais.

Nota:

1 Exclui intermediários financeiros e inclui empresas públicas.

2 Exclui intermediários financeiros e crédito imobiliário e inclui empresas públicas industriais.

Tabela A3- Operações de crédito por setor de atividade - R\$ mil

Nossa Caixa	2003	2004	Var. 2004/03	2005	Var. 2005/04	2006	Var. 2006/05	2007	Var. 2007/06	2008	Var. 2008/07	2009/08	Var. 2009/08	Var. média 2009/08
Total	3.820.922	4.871.940	27,5%	6.103.002	25,3%	7.166.622	17,4%	8.738.411	21,9%	12.855.637	47,6%	23,7%	28%	
Reserva Física	2.682.624	3.431.722	27,9%	4.479.591	30,5%	5.377.187	20,0%	6.624.991	23,2%	9.917.367	49,7%	27,0%	30%	
%setor privado	702	704	02	750	46	769	1,9	758	-1,1	769	1,1	67	-	
Setores corporativos	1.138.338	1.402.218	26,5%	1.623.411	12,7%	1.789.455	10,2%	2.113.420	18,1%	2.978.270	40,9%	16,2%	21%	
%setor privado	298	296	-02	250	-46	231	-19	242	1,1	231	-1,1	-67	-	
Indústria	248.321	339.960	45,0%	386.802	7,5%	421.581	9,0%	575.713	36,6%	831.609	44,4%	25,5%	27%	
%setor privado	65	74	09	59	-15	64	06	66	01	64	-01	-01	-	
%setor corporativo	218	250	32	236	-14	279	44	272	-07	279	07	61	-	
Comércio	515.609	611.688	18,6%	749.091	22,5%	800.370	12,2%	898.936	7,0%	1.016.244	15,3%	10,1%	15%	
%setor privado	135	126	-09	117	-08	80	-37	103	23	80	-23	-55	-	
%setor corporativo	453	425	-28	470	45	348	-122	425	-77	348	-77	-105	-	
Outras atividades	374.408	468.570	25,1%	487.518	4,0%	527.504	8,2%	638.771	21,1%	1.110.417	73,8%	19,7%	24%	
%setor privado	98	96	-02	74	-23	86	13	73	-13	86	13	-12	-	
%setor corporativo	329	325	-04	295	-31	373	78	302	-71	373	71	44	-	

Fonte: Notas explicativas dos balanços anuais

Tabela A4 - Operações de crédito por setor de atividade - R\$ mil

Bradesco	2003	2004	Var. 2004/03	2005	Var. 2005/04	2006	Var. 2006/05	2007	Var. 2007/06	2008	Var. 2008/07	Var. média 2008/03	
Total Setor Privado¹	53.880.201	62.443.065	15,9%	80.801.205	29,4%	95.601.981	18%	130.120.586	36%	172.085.401	32%	219%	26%
Pessoa Física	15.633.220	21.190.573	35,5%	33.221.007	56,8%	39.611.188	19%	53.473.792	35%	66.701.359	25%	327%	34%
% setor privado	29,0	33,9	4,9	41,1	7,2	41,4	0,3	41,1	-0,3	38,8	-2,3	9,7	-
Setores corporativos¹	38.246.981	41.252.492	7,9%	47.580.198	15,3%	55.990.793	18%	76.646.794	37%	105.384.042	37%	176%	22%
% setor privado	71,0	66,1	-4,9	58,9	-7,2	58,6	-0,3	58,9	0,3	61,2	2,3	-9,7	-
Indústria²	18.514.526	18.700.466	1,0%	20.668.304	10,5%	24.734.884	20%	31.694.320	28%	44.624.772	41%	141%	19%
% setor privado	34,4	29,9	-4,4	25,6	-4,4	25,9	0,3	24,4	-1,5	25,9	1,6	-8,4	-
% setor corporativo	48,4	45,3	12,8	43,4	68,6	44,2	111,3	41,4	76,3	42,3	108,8	-6,1	-
Comércio	7.418.479	9.825.515	32,4%	12.077.594	22,9%	13.452.314	11%	18.724.469	39%	23.547.096	26%	217%	26%
% setor privado	13,8	15,7	2,0	14,9	-0,8	14,1	-0,9	14,4	0,3	13,7	-0,7	-0,1	-
% setor corporativo	19,4	23,8	4,4	25,4	1,6	24,0	-1,4	24,4	0,4	22,3	-2,1	2,9	-
Serviços	4.773.007	4.606.923	-3,5%	5.229.069	13,5%	6.234.385	19%	10.860.280	74%	15.060.715	39%	215%	26%
% setor privado	8,9	7,4	-1,5	6,5	-0,9	6,5	0,0	8,3	1,8	8,7	0,4	-0,1	-
% setor corporativo	12,5	11,2	-1,3	11,0	-0,2	11,1	0,1	14,2	3,0	14,3	0,1	1,8	-
Infraestrutura³	5.348.151	5.654.030	5,7%	6.790.765	20,1%	7.805.375	15%	9.868.579	26%	12.690.240	29%	137%	19%
% setor privado	9,9	9,1	-0,9	8,4	-0,7	8,2	-0,2	7,6	-0,6	7,4	-0,2	-2,6	-
% setor corporativo	14,0	13,7	-0,3	14,3	0,6	13,9	-0,3	12,9	-1,1	12,0	-0,8	-1,9	-
Construção civil	1.447.366	1.356.533	-6,3%	1.721.691	26,9%	2.457.171	43%	3.876.247	58%	7.225.592	86%	399%	38%
% setor privado	2,7	2,2	-0,5	2,1	0,0	2,6	0,4	3,0	0,4	4,2	1,2	1,5	-
% setor corporativo	3,8	3,3	-0,5	3,6	0,3	4,4	0,8	5,1	0,7	6,9	1,8	3,1	-
Agropecuária⁴	745.452	1.109.025	48,8%	1.092.775	-1,5%	1.306.664	20%	1.622.899	24%	2.245.627	38%	201%	25%
% setor privado	1,4	1,8	0,4	1,4	-0,4	1,4	0,0	1,2	-0,1	1,3	0,1	-0,1	-
% setor corporativo	1,9	2,7	0,7	2,3	-0,4	2,3	0,0	2,1	-0,2	2,1	0,0	0,2	-

Fonte: Notas explicativas dos balanços anuais**Nota:**

- 1 Inclui empresas públicas e exclui intermediários financeiros.
- 2 Inclui empresas públicas dos setores de petroquímica.
- 3 Inclui empresas públicas do setor de produção e distribuição de energia elétrica.
- 4 Agricultura, Pecuária, Pesca, Silvicultura e Exploração Florestal.

Tabela A5 - Operações de crédito por setor de atividade - R\$ mil

Itaú	2003	2004	Var. 2004/03	2005	Var. 2005/04	2006	Var. 2006/05	2007
Setor Privado¹	37.105.881	45.751.179	23,3%	58.660.998	28,2%	82.154.006	40,0%	112.632.181
Pessoa Física	15.056.568	20.180.915	34,0%	30.438.029	50,8%	42.667.321	40,2%	60.383.853
% setor privado	40,6	44,1	3,5	51,9	7,8	51,9	4,8%	53,6
Setores corporativos¹	22.049.313	25.570.264	16,0%	28.222.969	10,4%	39.486.685	39,9%	52.248.328
% setor privado	59,4	55,9	-3,5	48,1	-7,8	48,1	0,0	46,4
Indústria²	11.824.113	13.517.719	14,3%	14.420.381	6,7%	17.861.951	23,9%	27.890.204
% setor privado	31,9	29,5	-2,3	24,6	-5,0	21,7	-2,8	24,8
% setor corporativo	53,6	52,9	-0,8	51,1	-1,8	45,2	-5,9	53,4
Comércio	2.245.883	3.239.074	44,2%	4.439.111	37,0%	6.668.417	50,2%	2.357.362
% setor privado	6,1	7,1	1,0	7,6	0,5	8,1	0,5	2,1
% setor corporativo	10,2	12,7	2,5	15,7	3,1	16,9	1,2	4,5
Serviços	1.966.332	2.472.539	25,7%	3.226.485	30,5%	5.008.693	55,2%	6.907.554
% setor privado	5,3	5,4	0,1	5,5	0,1	6,1	0,6	6,1
% setor corporativo	8,9	9,7	0,8	11,4	1,8	12,7	1,3	13,2
Infraestrutura³	4.844.648	4.423.064	-8,7%	5.413.935	22,4%	4.785.817	-11,6%	5.665.013
% setor privado	13,1	9,7	-3,4	9,2	-0,4	5,8	-3,4	5,0
% setor corporativo	22,0	17,3	-4,7	19,2	1,9	12,1	-7,1	10,8
Construção civil⁴	470.356	633.890	34,8%	1.059.623	67,2%	1.514.691	42,9%	3.564.418
% setor privado	1,3	1,4	0,1	1,8	0,4	1,8	0,0	3,2
% setor corporativo	2,1	2,5	0,3	3,8	1,3	3,8	0,1	6,8
Agropecuária⁵	1.422.092	1.899.100	33,5%	2.469.708	30,0%	3.521.196	42,6%	
% setor privado	3,8	4,2	0,3	4,2	0,1	4,3	0,1	
% setor corporativo	6,4	7,4	1,0	8,8	1,3	8,9	0,2	

Fonte: Notas explicativas dos balanços anuais e trimestrais.

Nota:

- 1 Empresas públicas e exclui intermediários financeiros.
- 2 Inclui empresas públicas dos setores de química e petroquímica e de produção e distribuição de energia elétrica.
- 3 Inclui empresas públicas do setor de produção e distribuição de energia elétrica.
- 4 Inclui empréstimos à empreiteiras.

Tabela A5 continuação - Operações de crédito por setor de atividade - R\$ mil

Itaú	Var. 2007/06	2008 (s/Unib)	Var. 2008/07	Var. 2008/03	Var. média 2008/03	2008 (c/Unib)	2009 (c/Unib)	Var. 2009/08
Setor Privado¹	37,1%	162.757.298	44,5%	338,6%	34,4%	233.177.372	228.808.281	-1,9%
Pessoa Física	41,5%	76.913.991	27,4%	410,8%	38,6%	102.698.864	105.922.211	3,2%
% setor privado	167,6%	47,3	-635,5%	668,0%	-	44,0	46,3	229,3%
Setores corporativo¹	32,3%	85.843.307	64,3%	289,3%	31,2%	130.578.508	122.886.070	-5,9%
% setor privado	-1,7	52,7	6,4	-6,7	-	56,0	53,7	-229,3%
Indústria	56,1%	48.082.448	72,4%	306,6%	32,4%	68.490.113	63.051.381	-7,9%
% setor privado	3,0	29,5	4,8	-2,3	-	29,4	27,6	-1,8
% setor corporativo	8,1	56,0	2,6	2,4	-	52,5	51,3	-1,1
Comércio	-64,6%	3.574.592	51,6%	59,2%	9,7%	6.258.527	5.716.868	-8,7%
% setor privado	-6,0	2,2	0,1	-3,9	-	2,7	2,5	-0,2
% setor corporativo	-12,4	4,2	-0,3	-6,0	-	4,8	4,7	-0,1
Serviços	37,9%	10.692.137	54,8%	443,8%	40,3%	14.738.857	14.804.270	0,4%
% setor privado	0,0	6,6	0,4	1,3	-	6,3	6,5	0,1
% setor corporativo	0,5	12,5	-0,8	3,5	-	11,3	12,0	0,8
Infraestrutura³	18,4%	8.154.751	43,9%	68,3%	11,0%	16.299.857	15.763.839	-3,3%
% setor privado	-0,8	5,0	0,0	-8,0	-	7,0	6,9	-0,1
% setor corporativo	-1,3	9,5	-1,3	-12,5	-	12,5	12,8	0,3
Construção civil⁴	135,3%	5.613.908	57,5%	1093,5%	64,2%	7.760.165	8.401.842	8,3%
% setor privado	1,3	3,4	0,3	2,2	-	3,3	3,7	0,3
% setor corporativo	3,0	6,5	-0,3	4,4	-	5,9	6,8	0,9
Agropecuária								
% setor privado								
% setor corporativo								

Fonte: Notas explicativas dos balanços anuais e trimestrais.**Nota:**

1 Empresas públicas e exclui intermediários financeiros.

2 Inclui empresas públicas dos setores de química e petroquímica e de produção e distribuição de energia elétrica.

3 Inclui empresas públicas do setor de produção e distribuição de energia elétrica.

4 Inclui empréstimos à empreiteiras.

Tabela A6 - Operações de crédito por setor de atividade - R\$ mil

Unibanco	2003	2004	Var. 2004/03	2005	Var. 2005/04	2006	Var. 2006/05	2007	Var. 2007/06	Var. 2007/03	Var. média 2007/03
Setor privado¹	29.425.928	34.931.450	18,7%	42.269.804	21,0%	50.647.291	19,8%	66.159.632	30,6%	124,8%	22,5%
Pessoa Física	9.522.504	11.415.018	19,9%	14.937.921	30,9%	16.305.354	9,2%	22.396.523	37,4%	135,2%	23,8%
% setor privado	32,4	32,7	0,3	35,3	2,7	32,2	-314,6%	33,9	1,7	1,5	-
Setores corporativos¹	19.903.424	23.516.432	18,2%	27.331.883	16,2%	34.341.937	25,6%	43.763.109	27,4%	119,9%	21,8%
% setor privado	67,6	67,3	-0,3	64,7	-2,7	67,8	3,1	66,1	-1,7	-1,5	-
Indústria²	8.012.673	7.901.459	-1,4%	9.711.889	22,9%	10.048.513	3,5%	11.932.400	18,7%	48,9%	10,5%
% setor privado	27,2	22,6	-4,6	23,0	0,4	19,8	-3,1	18,0	-1,8	-9,2	-
% setor corporativo	40,3	33,6	-6,7	35,5	1,9	29,3	-6,3	27,3	-2,0	-13,0	-
Comércio	2.783.147	3.105.204	11,6%	3.888.701	25,2%	5.547.606	42,7%	6.693.684	20,7%	140,5%	24,5%
% setor privado	9,5	8,9	-0,6	9,2	0,3	11,0	1,8	10,1	-0,8	0,7	-
% setor corporativo	14,0	13,2	-0,8	14,2	1,0	16,2	1,9	15,3	-0,9	1,3	-
Serviços	3.504.700	4.345.038	24,0%	4.591.577	5,7%	5.275.511	14,9%	8.491.518	61,0%	142,3%	24,8%
% setor privado	11,9	12,4	0,5	10,9	-1,6	10,4	-0,4	12,8	2,4	0,9	-
% setor corporativo	17,6	18,5	0,9	16,8	-1,7	15,4	-1,4	19,4	4,0	1,8	-
Infraestrutura²	2.429.940	2.916.226	20,0%	3.683.228	26,3%	4.341.639	17,9%	4.095.187	-5,7%	68,5%	13,9%
% setor privado	8,3	8,3	0,1	8,7	0,4	8,6	-0,1	6,2	-2,4	-2,1	-
% setor corporativo	12,2	12,4	0,2	13,5	1,1	12,6	-0,8	9,4	-3,3	-2,9	-
Construção civil	687.107	735.626	7,1%	749.454	1,9%	1.054.399	40,7%	1.873.346	77,7%	172,6%	28,5%
% setor privado	2,3	2,1	-0,2	1,8	-0,3	2,1	0,3	2,8	0,7	0,5	-
% setor corporativo	3,5	3,1	-0,3	2,7	-0,4	3,1	0,3	4,3	1,2	0,8	-
Agropecuária³	812.613	899.871	10,7%	891.583	-0,9%	1.064.215	19,4%	1.255.802	18,0%	54,5%	11,5%
% setor privado	2,8	2,6	-0,2	2,1	-0,5	2,1	0,0	1,9	-0,2	-0,9	-
% setor corporativo	4,1	3,8	-0,3	3,3	-0,6	3,1	-0,2	2,9	-0,2	-1,2	-

Fonte: Notas explicativas dos balanços anuais.

Nota:

1 Empresas públicas.

2 Inclui empresas públicas

3 Agricultura, criação de animais, reflorestamento e pesca

Tabela A7 - Operações de crédito por setor de atividade - R\$ mil

Safra	2003	2004	Var. 2004/03	2005	Var. 2005/04	2006	Var. 2006/05	2007	Var. 2007/06	2008	Var. 2008/07	Var. 2008/03	Var. média 2008/03	2009 (jun)
Sector Privado⁰⁾	14.431.644	16.962.635	17,5%	19.428.557	14,5%	22.984.643	18,3%	28.328.272	23,2%	24.932.573	-12,0%	73%	12%	24.134.474
Pessoa Física	1.092.944	1.502.203	37,4%	2.166.534	44,2%	2.983.893	37,7%	3.430.323	15,0%	4.221.978	23,1%	286%	31%	4.215.902
% setor privado	7,6	8,9	1,3	11,2	2,3	13,0	1,8	12,1	-0,9	16,9	4,8	94	-	17,5
Sectores corporativos⁰⁾	13.338.700	15.460.432	15,9%	17.262.023	11,7%	20.000.750	15,9%	24.897.949	24,5%	20.710.595	-16,8%	55%	9%	19.918.572
% setor privado	92,4	91,1	-1,3	88,8	-2,3	87,0	-1,8	87,9	0,9	83,1	-4,8	-9,4	-	82,5
Indústria³⁾	5.031.618	5.897.753	17,2%	6.278.760	6,5%	6.462.671	2,9%	7.788.802	20,5%	6.616.630	-15,0%	32%	6%	7.181.735
% setor privado	34,9	34,8	-0,1	32,3	-2,5	28,1	-4,2	27,5	-0,6	26,5	-1,0	-8,3	-	29,8
% setor corporativo	37,7	38,1	0,4	36,4	-1,8	32,3	-4,1	31,3	-1,0	31,9	0,7	-5,8	-	36,1
Comércio	2.886.980	3.386.857	17,3%	4.204.663	24,1%	5.561.811	32,3%	6.433.330	15,7%	4.108.593	-36,2%	42%	7%	4.515.351
% setor privado	20,0	20,0	0,0	21,6	1,7	24,2	2,6	22,7	-1,5	16,5	-6,2	-3,5	-	18,7
% setor corporativo	21,6	21,9	0,3	24,4	2,5	27,8	3,5	25,8	-2,0	19,8	-6,0	-1,8	-	22,7
Serviços	5.069.515	5.509.585	8,7%	5.741.854	4,2%	6.838.912	19,1%	8.601.064	25,8%	9.003.306	4,7%	78%	12%	7.474.082
% setor privado	35,1	32,5	-2,6	29,6	-2,9	29,8	0,2	30,4	0,6	36,1	5,7	1,0	-	30,97
% setor corporativo	38,0	35,6	-2,4	33,3	-2,4	34,2	0,9	34,5	0,4	43,5	8,9	5,5	-	37,52
Rural	341.172	653.640	91,6%	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	887.028	-	160%	21%	842.280
% setor privado	2,4	3,9	1,5	0,0	-3,9	0,0	0,0	0,0	0,0	3,6	-	1,2	-	3,49
% setor corporativo	2,6	4,2	1,7	0,0	-4,2	0,0	0,0	0,0	0,0	4,3	-	1,7	-	4,23
Outros³⁾	28.790	28.201	-2,0%	695.067	2364,7%	748.713	8%	1.276.445	70%	95.038	-92,6%	230%	27%	-
% setor privado	0,2	0,2	0,0	3,6	3,4	3,3	-0,3	4,5	1,2	0,4	-4,1	0,2	-	-
% setor corporativo	0,2	0,2	0,0	4,0	3,8	3,7	-0,3	5,1	1,4	0,5	-4,7	0,2	-	-

Fonte: Notas explicativas dos balanços anuais.

Nota:

1 Inclui empresas públicas e exclui intermediários financeiros.

2 Inclui empresas públicas do setor industrial.

3 Inclui crédito imobiliário.

Tabela A8 - Operações de crédito por setor de atividade - R\$ mil

ABN Amro Real	2003	2004	Var. 2004/03	2005	Var. 2005/04	2006	Var. 2006/05	2007	Var. 2007/06	2007/03	Var. média 2007/03	2008(jun.)	Var. 2008/07
Total Setor Privado¹	26.829.128	29.327.237	9,3%	39.207.418	33,7%	49.343.890	25,9%	65.693.393	33,1%	144,9%	25,1%	72.364.087	10,2%
Pessoa Física	10.930.142	12.954.251	18,5%	16.725.725	29,1%	21.470.227	28,4%	27.878.438	29,8%	155,1%	26,4%	32.892.036	18,0%
% setor privado	40,7	44,2	3,4	42,7	-1,5	43,5	0,9	42,4	-1,1	1,7	-	45,5	3,0
Habituação	1.098.561	1.063.833	-3,2%	1.595.223	50,0%	2.007.677	25,9%	2.901.226	44,5%	164,1%	27,5%	3.433.911	18,4%
% setor privado	4,1	3,6	-0,5	4,1	0,4	4,1	0,0	4,4	0,3	0,3	0,3	4,7	0,3
Setores corporativos	14.800.425	15.309.153	3,4%	20.886.470	36,4%	25.865.986	23,8%	34.913.729	35,0%	135,9%	23,9%	36.038.140	-62,6%
% setor privado	55,2	52,2	-3,0	53,3	1,1	52,4	-0,9	53,1	0,7	-2,0	-	18,0	-35,1
Indústria	7.045.546	4.736.958	-32,8%	6.877.564	45,2%	8.662.928	26,0%	12.777.866	47,5%	81,4%	16,0%	13.051.792	2,1%
% setor privado	26,3	16,2	-10,1	17,5	1,4	17,6	0,0	19,5	1,9	-6,8	-	18,0	-1,4
% setor corporativo	47,6	30,9	-16,7	32,9	2,0	33,5	0,6	36,6	3,1	-11,0	-	36,2	-0,4
Comércio	2.711.394	5.581.586	105,9%	6.154.887	10,3%	7.919.044	28,7%	7.945.325	0,3%	193,0%	30,8%	8.200.112	3,2%
% setor privado	10,1	19,0	8,9	8,9	-10,1	16,0	7,1	12,1	-4,0	2,0	-	11,3	-0,8
% setor corporativo	18,3	36,5	18,1	18,1	-18,3	30,6	12,5	22,8	-7,9	4,4	-	22,8	0,0
Outros serviços	4.035.757	3.787.040	-6,2%	6.210.126	64,0%	7.335.016	18,1%	11.874.563	61,9%	194,2%	31,0%	12.292.191	3,5%
% setor privado	15,0	12,9	-2,1	15,8	2,9	14,9	-1,0	18,1	3,2	3,0	-	17,0	-1,1
% setor corporativo	27,3	24,7	-2,5	29,7	5,0	28,4	-1,4	34,0	5,7	6,7	-	34,1	0,1
Rural	1.007.728	1.203.569	19,4%	1.643.893	36,6%	1.948.998	18,6%	2.315.975	18,8%	129,8%	23,1%	2.494.045	7,7%
% setor privado	3,8	4,1	0,3	4,2	0,1	3,9	-0,2	3,5	-0,4	-0,2	-	3,4	-0,1
% setor corporativo	6,8	7,9	1,1	7,9	0,0	7,5	-0,3	6,6	-0,9	-0,2	-	6,9	0,3

Fonte: Notas explicativas dos balanços anuais.

Nota:

1 Exclui intermediários financeiros.

Tabela A9 - Operações de crédito por setor de atividade - R\$ mil

Santander	2003	2004	Var. 2004/03	2005	Var. 2005/04	2006	Var. 2006/05	2007	Var. 2007/06	20082	Var. 2008/07	Var. 2008/03	Var. média 2008/03
Total Setor Privado¹	15.982.042	21.398.194	33,9%	28.418.956	32,8%	37.222.236	31,0%	43.468.948	16,8%	138.643.051	218,9%	767%	54%
Pessoa Física	5.689.220	7.574.918	33,1%	10.307.462	36,1%	13.533.680	31,3%	17.861.264	32,0%	58.417.967	227,1%	927%	59%
% setor privado	35,6	35,4	-0,2	36,3	0,9	36,4	0,1	41,1	4,7	42,1	1,0	6,5	-
Setores corporativos	10.292.822	13.823.276	34,3%	18.111.494	31,0%	23.688.556	30,8%	25.607.684	8,1%	80.225.084	213,3%	679%	51%
% setor privado	64,4	64,6	0,2	63,7	-0,9	63,6	-0,1	58,9	-4,7	57,9	-1,0	-6,5	-
Indústria	3.989.545	5.976.701	49,8%	7.124.961	19,2%	10.424.303	46,3%	10.949.547	5,0%	32.980.048	201,2%	727%	53%
% setor privado	25,0	27,9	3,0	25,1	-2,9	28,0	2,9	25,2	-2,8	23,8	-1,4	-1,2	-
% setor corporativo	38,8	43,2	4,5	39,3	-3,9	44,0	4,7	42,8	-1,2	41,1	-1,6	2,3	-
Comércio	1.671.089	2.718.700	62,7%	3.885.316	42,9%	3.624.999	-6,7%	3.571.602	-1,5%	14.015.700	292,4%	739%	53%
% setor privado	10,5	12,7	2,2	2,2	-10,5	9,7	7,5	8,2	-1,5	10,1	1,9	-0,3	-
% setor corporativo	16,2	19,7	3,4	3,4	-16,2	15,3	11,9	13,9	-1,4	17,5	3,5	1,2	-
Serviços e outros	3.072.787	3.102.782	1,0%	5.068.320	63,3%	7.043.614	39,0%	8.244.312	17,0%	27.626.311	235,1%	799%	55%
% setor privado	19,2	14,5	-4,7	17,8	3,3	18,9	1,1	19,0	0,0	19,9	1,0	0,7	-
% setor corporativo	29,9	22,4	-7,4	28,0	5,5	29,7	1,8	32,2	2,5	34,4	2,2	4,6	-
Agricultura	1.559.401	2.025.093	29,9%	2.032.897	0,4%	2.595.640	27,7%	2.842.223	9,5%	5.603.025	97,1%	259%	29%
% setor privado	9,8	9,5	-0,3	7,2	-2,3	7,0	-0,2	6,5	-0,4	4,0	-2,5	-5,7	-
% setor corporativo	15,2	14,6	-0,5	11,2	-3,4	11,0	-0,3	11,1	0,1	7,0	-4,1	-5,4%	-

Fonte: Notas explicativas dos balanços anuais.

Nota:

1 Exclui intermediários financeiros

2 Em 2008, o Santander adquiriu o Banco ABN/Real.

Tabela A9 continuação - Operações de crédito por setor de atividade - R\$ mil

Santander	2009 (jun.)	Var. 2009/08
Total Setor Privado¹	136.607.489	-1,5%
Pessoa Física	60.752.662	4,0%
% setor privado	44,5	2,3
Setores corporativos	75.854.827	-5,4%
% setor privado	55,5	-2,3
Indústria	29.070.560	-11,9%
% setor privado	21,3	-2,5
% setor corporativo	38,3	-2,8
Comércio	12.356.537	-11,8%
% setor privado	9,0	-1,1
% setor corporativo	16,3	-1,2
Serviços e outros	29.060.048	5,2%
% setor privado	21,3	1,3
% setor corporativo	38,3	3,9
Agricultura	5.367.682	-4,2%
% setor privado	3,9	-0,1
% setor corporativo	7,1	0,1

Fonte: Notas explicativas dos balanços anuais

Nota:

1 Exclui intermediários financeiros.

2 Em 2008, o Santander adquiriu o Banco ABN/Real.

Tabela A10 - Operações de crédito por setor de atividade - R\$ mil

HSBC	2003	2004	Var. 2004/03	2005	Var. 2005/04	2006	Var. 2006/05	2007	Var. 2007/06	2008	Var. 2008/07	Var. média 2009/03	2009	Var. 2009/08
Setor Privado¹	12.655.665	16.051.833	26,8%	19.947.391	24,3%	24.921.810	24,9%	32.819.178	31,7%	41.620.090	26,8%	228,9%	39.548.509	-5,0%
Pessoa Física	7.180.367	9.366.094	30,4%	11.659.614	24,5%	14.929.429	28,0%	18.221.936	22,1%	21.383.032	17,3%	197,8%	20.794.431	-2,8%
% setor privado	56,7	58,3	1,6	58,5	0,1	59,9	145,3%	55,5	-4,4	51,4	-4,1	-5,4	52,6	1,2
Setores corporativos	5.475.298	6.685.739	22,1%	8.287.777	24,0%	9.992.381	20,6%	14.597.242	46,1%	20.237.058	38,6%	269,6%	18.754.078	-7,3%
% setor privado	43,3	41,7	-1,6	41,5	-0,1	40,1	-1,5	44,5	4,4	48,6	4,1	5,4	47,4	-1,2
Indústria	2.309.653	2.581.409	11,8%	3.002.473	16,3%	3.617.699	20,5%	5.891.479	62,9%	8.366.606	45,4%	270,9%	7.654.800	-10,6%
% setor privado	18,2	16,1	-2,2	15,1	-1,0	14,5	-0,5	18,0	3,4	20,6	2,6	2,3	19,4	-1,2
% setor corporativo	42,2	38,6	-3,6	36,2	-2,4	36,2	0,0	40,4	4,2	42,3	2,0	0,1	40,8	-1,5
Comércio	1.283.347	2.012.181	56,8%	2.796.566	39,0%	3.586.991	28,3%	4.783.973	33,4%	5.999.054	25,4%	367,5%	5.579.445	-7,0%
% setor privado	10,1	12,5	2,4	14,0	1,5	14,4	0,4	14,6	0,2	14,4	-0,2	4,3	14,1	9,8
% setor corporativo	23,4	30,1	6,7	33,7	3,6	35,9	2,2	32,8	-3,1	29,6	-3,1	6,2	29,8	23,5
Serviços	903.325	1.014.854	12,3%	1.345.166	32,5%	1.549.475	15,2%	1.804.600	16,5%	2.576.978	42,8%	185,3%	2.329.713	-9,6%
% setor privado	7,1	6,3	-0,8	6,7	0,4	6,2	-0,5	5,5	-0,7	6,2	0,7	-0,9	5,9	6,8
% setor corporativo	16,5	15,2	-1,3	16,2	1,1	15,5	-0,7	12,4	-3,1	12,7	0,4	-3,8	12,4	16,2
Infraestrutura²	328.144	360.612	9,9%	337.588	-6,4%	409.744	21,4%	771.675	88,3%	745.365	-3,4%	127,1%	773.987	3,8%
% setor privado	2,6	2,2	-0,3	1,7	-0,6	1,6	0,0	2,4	0,7	1,8	-0,6	-0,8	2,0	2,8
% setor corporativo	6,0	5,4	-0,6	4,1	-1,3	4,1	0,0	5,3	1,2	3,7	-1,6	-2,3	4,1	6,4
Construção civil	349.267	418.693	19,9%	480.156	14,7%	603.512	25,7%	970.504	60,8%	1.858.011	91,4%	432,0%	2.082.797	12,1%
% setor privado	2,8	2,6	-0,2	2,4	-0,2	2,4	0,0	3,0	0,5	4,5	1,5	1,7	5,3	3,6
% setor corporativo	6,4	6,3	-0,1	5,8	-0,5	6,0	0,2	6,6	0,6	9,2	2,5	2,8	11,1	8,3
Agropecuária	301.562	297.990	-1,2%	325.828	9,3%	224.960	-31,0%	375.011	66,7%	491.044	30,9%	62,8%	333.336	-32,1%
% setor privado	2,4	1,9	-0,5	1,6	-0,2	0,9	-0,7	1,1	0,2	1,2	0,0	-1,2	0,8	2,0
% setor corporativo	5,5	4,5	-1,1	3,9	-0,5	2,3	-1,7	2,6	0,3	2,4	-0,1	-3,1	1,8	4,9

Fonte: Notas explicativas dos balanços anuais e trimestrais.

Nota:

1 Inclui empresas públicas e exclui intermediários financeiros.

2 Inclui empresas públicas.

Anexo 2 - Roteiros de questões das entrevistas realizadas com instituições financeiras

Roteiro de questões da entrevista no Banco do Brasil

1. Crédito à exportação

- (i) Quais os procedimentos adotados nas operações do Proex, isto é: garantias exigidas das empresas, dificuldades e facilidades das mesmas na aprovação do crédito, tempo médio para aprovação dos desembolsos, limites de recursos para cada modalidade, etc?
- (ii) Qual é o perfil das empresas que realizam as consultas e daquelas que têm seu desembolso aprovado em cada uma das modalidades do PROEX (financiamento e equalização)?
- (iii) Há algum tipo de priorização nos financiamentos do Proex (índice de nacionalização, setores)?
- (iv) Quais as vantagens e desvantagens do PROEX em relação aos instrumentos privados de crédito à exportação?
- (v) Há problemas na liberação de recursos do orçamento para o PROEX? A demanda por recursos do PROEX é muito superior à oferta?
- (vi) A rentabilidade dos desembolsos do Proex para o Banco do Brasil é comparável a das outras linhas de financiamento a exportação (repases do BNDES e ACC)? Há situações em que o Proex compete com linhas privadas de financiamento? Como o BB faz quando oferece ao cliente diferentes linhas (Proex, ACC, repases Bndes-Exim)? Há priorização de alguma?
- (vii) Há complementariedade entre BNDES-Exim e o PROEX?
- (viii) Quais as implicações de uma possível convergência entre as taxas de juros internas e aquelas praticadas no âmbito externo para o Proex equalização?
- (ix) Mudanças recentes no Proex aprovadas pela Câmara de Comércio Exterior (camex) ?
- (x) Quais os procedimentos adotados nas operações de ACC? garantias exigidas das empresas, dificuldades e facilidades das mesmas na aprovação do crédito, tempo médio para aprovação dos desembolsos, limites de recursos para cada modalidade, etc? Banco do Brasil lá fora quem financia?
- (xi) Quais as vantagens e desvantagens do ACC em relação aos outros instrumentos de crédito à exportação?
- (xii) Qual é o perfil das empresas?

- (xiii) Empresas exportadoras de commodities também fazem uso do ACC? A que outros tipos de financiamento essas recorrem?
- (xiv) O BB adquiriu fundos públicos para realização de ACC nos leilões de reserva realizado pelo BC?
- (xv) Quais os procedimentos adotados nas operações de pré-pagamento de exportações? garantias exigidas das empresas, dificuldades e facilidades das mesmas na aprovação do crédito, tempo médio para aprovação dos desembolsos, limites de recursos para cada modalidade, etc? É o Banco do Brasil lá fora quem financia?
- (xvi) Qual é o perfil das empresas?
- (xvii) Quais outros instrumentos de crédito à exportação, além dos citados, são relevantes?
- (xviii) Os clientes exportadores do BB fazem uso de seguro de crédito à exportação, quais?
- (xix) Quais os principais concorrentes do BB no mercado de crédito à exportação?
- (xx) Quais os determinantes da demanda de crédito à exportação?
- (xxi) Quais foram os impactos da crise internacional sobre o mercado de crédito à exportação

2. Segmento de crédito rural

- (i) Quais as principais características das operações de crédito rural realizadas pelo Banco do Brasil?
- (ii) Quais as principais especificidades - contratuais, de prazos, custos, inadimplência e garantias - envolvidas na concessão de crédito rural à pessoa jurídica, em relação às demais modalidades de crédito oferecidas pelo banco?
- (iii) Qual a importância desse segmento de crédito para o banco?
- (iv) Qual a proporção de créditos concedidos à pessoa jurídica? Quais os principais programas destinados à pessoa jurídica? Dos programas de crédito rural que o Banco do Brasil opera, qual o mais importante? Quanto se destina a cada um desses programas?
- (v) O Banco do Brasil, enquanto banco público opera vários dos programas subsidiados pelo Governo. Quanto do crédito concedido ao setor rural provém de repasses? Esses repasses são feitos por quais instituições? Tesouro? BNDES?
- (vi) O Banco do Brasil denomina esse segmento de crédito de crédito aos agronegócios. Quais são as empresas realmente beneficiadas por esse tipo de crédito? Até que etapa da cadeia produtiva dos agronegócios chega esse tipo de crédito?

- (vii) Por que os créditos se concentram nas faixas de maior valor, ou seja, os grandes produtores? Tem a ver com as garantias exigidas para esses empréstimos?
- (viii) Quais os principais concorrentes do banco nesse segmento de crédito?
- (ix) Qual a proporção de receitas de equalização com relação ao total de crédito concedido?
- (x) Em geral, quando há uma queda na participação dos recursos obrigatórios, há um aumento da participação da poupança rural, operada pelo Banco do Brasil e cooperativas. Isso é uma atitude deliberada para evitar uma queda maior na concessão do crédito rural ou é mera coincidência?

Roteiro de questões da entrevista no BNDES

1. Gerais

- (i) Como são definidas as estratégias operacionais da instituição?
- (ii) Quais são as principais características das operações de crédito realizadas com o segmento (industrial, agrícola, infra-estrutura, imobiliário, comércio e serviço)?
- (iii) A instituição possui uma área de desenvolvimento de novos produtos financeiros?
- (iv) Por que os empréstimos da instituição se concentram nas empresas de grande porte?
- (v) Há linhas específicas para o atendimento de pequenas e microempresas?
- (vi) Como a instituição pode contribuir para o alongamento de prazo e para a redução do custo das operações de crédito?
- (vii) Quais são os seus principais concorrentes em atuação em cada segmento de crédito corporativo?
- (viii) São observadas diferenças no padrão de atuação dos concorrentes nacionais vis-à-vis os estrangeiros?
- (ix) Quais são as estratégias utilizadas para ampliação e/ou conquista de novos segmentos do mercado de crédito corporativo e novos clientes?
- (x) Quais são as garantias exigidas pelo BNDES na concessão de financiamento? Essas garantias variam com o setor de atividade da empresa? Ou apenas com o montante financiado?
- (xi) Qual é o índice médio de inadimplência do BNDES?
- (xii) De que forma a crise financeira internacional teve impacto sobre os negócios e planos da instituição (em especial, a instituição perdeu acesso ao *funding* externo)?

- (xiii) Como a instituição avalia as perspectivas do mercado brasileiro de crédito e dos bancos públicos nos próximos anos?
- (xiv) Como o aprofundamento do mercado de capital representa uma ameaça para o futuro da instituição?

2. Específicas para o segmento da indústria

- (i) Quais as principais especificidades – contratuais, de prazos, custos, inadimplência e garantias – envolvidas na concessão de crédito à indústria, em relação aos demais setores atendidos?
- (ii) Qual a participação no total dos desembolsos para a indústria do financiamento direto do BNDES?
- (iii) Quais são os segmentos da indústria que o BNDES prioriza nas suas operações diretas e indiretas?
- (iv) Qual o principal destino dos empréstimos à indústria (ampliação de plantas, construção de novas plantas, aquisição de máquinas e equipamentos)?
- (v) Quais são as instituições privadas que mais se destacam no repasse de recursos à indústria?

3. Específicas para crédito às exportações industriais

- (i) Quais os procedimentos adotados nas operações do BNDES-Exim, isto é: garantias exigidas das empresas, dificuldades e facilidades das mesmas na aprovação do crédito, tempo médio para aprovação dos desembolsos, limites de recursos para cada modalidade, etc?
- (ii) Quais os procedimentos adotados nas operações de seguro de crédito à exportação?
- (iii) Qual é o perfil das empresas que realizam as consultas e daquelas que têm seu desembolso aprovado em cada uma das modalidades do BNDES-exim?
- (iv) Quais os determinantes da demanda de crédito à exportação
- (v) A demanda de recursos é muito superior à oferta de *funding* do BNDES-Exim?
- (vi) Quais as vantagens e desvantagens do BNDES-Exim em relação aos instrumentos privados de crédito à exportação
- (vii) Há complementariedade entre BNDES-Exim e o PROEX?
- (viii) Quais foram os impactos da crise internacional sobre o mercado de crédito à exportação

4. Específicas para o segmento do comércio e serviços

- (i) Quais as principais especificidades – contratuais, de prazos, custos, inadimplência e garantias – envolvidas na concessão de crédito ao setor de comércio, em relação aos demais setores atendidos?
- (ii) Quais as principais especificidades – contratuais, de prazos, custos, inadimplência e garantias – envolvidas na concessão de crédito ao setor de serviços, em relação aos demais setores atendidos?
- (iii) Por que razão o setor de serviços, que tem elevada participação no PIB e no valor adicionado da economia brasileira, possui uma participação tão pequena nos desembolsos totais do BNDES?
- (iv) Quais são os segmentos do setor de serviços que o BNDES prioriza?
- (v) Qual a proporção do financiamento direto do BNDES ao setor de serviço? E ao setor de comércio?
- (vi) Nas estatísticas de desembolsos do BNDES, as atividades financeira e imobiliária são as que possuem maior participação nos desembolsos destinados ao setor serviço, que tipo específico de empresas e investimento são financiados?
- (vii) Quais são os segmentos do setor comércio que mais se financiam junto ao BNDES? Qual a participação de cada um deles no total do setor?
- (viii) Quais são as instituições privadas que mais se destacam no repasse de recursos ao setor comércio? E ao setor serviço?

5. Específicas para o segmento de infra-estrutura

- (i) Quais as principais especificidades – contratuais, de prazos, custos, inadimplência e garantias – envolvidas na concessão de crédito à infraestrutura, em relação aos demais setores atendidos?
- (ii) O BNDES enfrenta concorrência de bancos privados na concessão de crédito ao setor de infraestrutura ou o seu predomínio neste setor é absoluto (ficando a participação privada restrita à intermediação e assessoramento)? Quais seriam os grandes concorrentes e em quais modalidades?
- (iii) Como o banco avalia a experiência com *project finance* no Brasil? Quais as vantagens, desvantagens e desafios dessa modalidade contratual para o financiamento da infraestrutura?
- (iv) O PAC, enquanto diretriz central do governo, afetou de que modo a concessão de crédito para a infraestrutura (montantes, prazos, custos)? A elevação nos desembolsos do Banco para o setor em 2007 responde fundamentalmente ao

programa?

- (v) Do ponto de vista da demanda por crédito para esse setor, como o PAC tem influenciado? A crise afetou a procura por financiamento para os projetos envolvidos?
- (vi) Entre os diferentes segmentos da infraestrutura, quais os mais dinâmicos na demanda no período recente? E na concessão do crédito? Qual a participação de cada um deles no total do setor?
- (vii) Há tratamento diferenciado por parte do banco – prazos, custos e garantias – entre esses subsetores? Se sim, respondem a quais diretrizes?

6. Específicas para o segmento imobiliário

- (i) Quais as principais especificidades – contratuais, de prazos, custos, inadimplência e garantias – envolvidas na concessão de crédito imobiliário à pessoa jurídica, em relação aos demais setores atendidos?
- (ii) Como o BNDES interpreta a virtual ausência de crédito imobiliário com recursos livres no Brasil? Há alguma preocupação ou iniciativa relacionada a esse aspecto no âmbito do banco?
- (iii) Essa dominância de recursos direcionados é benéfica ou maléfica? (Ex: dificulta o desenvolvimento do mercado de hipotecas, facilita em momentos de crise, na adoção de políticas anticíclicas)
- (iv) Qual é o perfil dos tomadores de crédito imobiliário para pessoas jurídicas no BNDES?
- (v) A explosão do crédito imobiliário – que envolve tanto as pessoas físicas quanto as jurídicas – observada recentemente foi acompanhada pelo aumento na demanda para tal fim no BNDES? Em que medida essa demanda foi atendida?
- (vi) O recém-lançado programa habitacional do governo envolve algum tipo de política específica do BNDES para o crédito às construtoras?

7. Específica para o segmento de crédito rural

- (i) Quais as principais especificidades – contratuais, de prazos, custos, inadimplência e garantias – envolvidas na concessão de crédito rural à pessoa jurídica, em relação aos demais setores atendidos?
- (ii) Qual a proporção de créditos concedidos à pessoa jurídica? Dos programas de apoio do BNDES ao setor rural, qual o mais importante? Quanto se destina a cada um

- desses programas?
- (iii) O BNDES financia diretamente as empresas ou a concessão de crédito se dá de forma indireta, via repasse de recursos a outras instituições financeiras? Qual é essa proporção?
 - (iv) O BNDES opera diretamente os programas subvencionados pelo Governo como o PROGER-Rural? Ou os recursos são repassados ao Banco do Brasil?
 - (v) Qual a importância do BNDES no financiamento ao investimento? O Banco financia também comercialização e custeio?
 - (vi) Dos créditos concedidos, qual a divisão por faixa de valores? Os créditos estão concentrados com os grandes produtores? De quais setores: soja, sucroalcooleiro, pecuária?
 - (vii) Quais são os prazos médios das operações?

Roteiro de questões da entrevista na CEF

1. Gerais

- (i) Como são definidas as estratégias operacionais da instituição?
- (ii) Quais são as principais características das operações de crédito realizadas com o segmento (industrial, agrícola, imobiliário, infra-estrutura, comércio e serviço)?
- (iii) A instituição possui uma área de desenvolvimento de novos produtos financeiros?
- (iv) Como a instituição concilia os seus objetivos de rentabilidade e retorno ao acionista com a função de banco público?
- (v) Nas operações de crédito com recursos livres, quais são os critérios utilizados para a concessão dos empréstimos?
- (vi) A instituição prioriza o porte das empresas nas operações com recursos livres?
- (vii) Há linhas específicas para o atendimento de pequenas e microempresas?
- (viii) Como a instituição pode contribuir para o alongamento de prazo e para a redução do custo das operações de crédito?
- (ix) Quais são os seus principais concorrentes em atuação em cada segmento de crédito corporativo?
- (x) São observadas diferenças no padrão de atuação dos concorrentes nacionais vis-à-vis os estrangeiros?

- (xi) Quais são as estratégias utilizadas para ampliação e/ou conquista de novos segmentos do mercado de crédito corporativo e novos clientes?
- (xii) De que forma a crise financeira internacional teve impacto sobre os negócios e planos da instituição (em especial, a instituição perdeu acesso ao *funding* externo)?
- (xiii) Como a instituição avalia as perspectivas do mercado brasileiro de crédito e dos bancos públicos nos próximos anos?
- (xiv) O aprofundamento do mercado de capital representa uma ameaça para o futuro da instituição?

2. Específicas para o segmento de infra-estrutura

- (i) A atuação da CEF na concessão de crédito à infraestrutura se dá por meio apenas dos fundos do FGTS ou também de maneira direta?
- (ii) No caso de haver crédito diretamente concedido, quais as principais especificidades – contratuais, de prazos, custos, inadimplência e garantias – envolvidas na concessão de crédito à infraestrutura, em relação aos demais setores atendidos?
- (iii) Como a CEF enfrenta concorrência de bancos privados na concessão de crédito ao setor de infraestrutura? Quais seriam os grandes concorrentes e em quais modalidades?
- (iv) Como o banco avalia a experiência com *project finance* no Brasil? Quais as vantagens, desvantagens e desafios dessa modalidade contratual para o financiamento da infraestrutura?
- (v) O PAC, enquanto diretriz central do governo, afetou de que modo a concessão de crédito para a infraestrutura (montantes, prazos, custos)? Houve alteração nas políticas de concessão de crédito a partir do FGTS e do FI-FGTS em resposta ao PAC?
- (vi) Do ponto de vista da demanda por crédito para esse setor, como o PAC tem influenciado? A crise afetou a procura por financiamento para os projetos envolvidos?
- (vii) Entre os diferentes segmentos da infraestrutura, quais os mais dinâmicos na demanda no período recente? E na concessão do crédito? Qual a participação de cada um deles no total do setor?
- (viii) Há tratamento diferenciado por parte do banco – prazos, custos e garantias – entre esses subsetores? Se sim, respondem a quais diretrizes?

3. Específicas para o segmento imobiliário

- (i) Quais as principais especificidades – contratuais, de prazos, custos, inadimplência e garantias – envolvidas na concessão de crédito imobiliário à pessoa jurídica, em relação aos demais setores atendidos?
- (ii) Como a CEF enfrenta concorrência de bancos privados na concessão de crédito ao setor de imobiliário? Quais seriam os grandes concorrentes e em quais modalidades?
- (iii) A CEF também concede financiamento imobiliário a partir de recursos livres? Quais as dificuldades e especificidades neste caso?
- (iv) Como a CEF interpreta a virtual ausência de crédito imobiliário com recursos livres no Brasil? Há alguma preocupação ou iniciativa relacionada a esse aspecto no âmbito do banco?
- (v) Essa dominância de recursos direcionados é benéfica ou maléfica? (Ex: dificulta o desenvolvimento do mercado de hipotecas, facilita em momentos de crise, na adoção de políticas anticíclicas)
- (vi) Qual é o perfil dos tomadores de crédito imobiliário para pessoas jurídicas na CEF?
- (vii) A explosão do crédito imobiliário – que envolve tanto as pessoas físicas quanto as jurídicas – observada recentemente foi acompanhada pelo aumento na demanda para tal fim na CEF? Em que medida essa demanda foi atendida?
- (viii) O recém-lançado programa habitacional do governo envolve várias políticas específicas da CEF para o crédito habitacional. Do ponto de vista do crédito às construtoras, quais as principais medidas?

Roteiro de questões das entrevistas nos bancos privados

1. Questões gerais

- (i) Como são definidas as estratégias operacionais da instituição?
- (ii) A instituição possui uma área de desenvolvimento de novos produtos financeiros?
- (iii) Qual o perfil predominante dos clientes corporativos da instituição (porte, região, etc)
- (iv) Há linhas específicas para o atendimento de pequenas e microempresas?
- (v) São observadas diferenças no padrão de atuação dos concorrentes nacionais (privados e públicos) vis-à-vis os estrangeiros?
- (vi) Quais são as estratégias utilizadas para ampliação e/ou conquista de novos segmentos do mercado de crédito corporativo e novos clientes?
- (vii) Quais são as garantias exigidas na concessão de financiamento? Essas garantias

- variam com o setor de atividade da empresa? Ou apenas com o montante financiado?
- (viii) Qual é o índice médio de inadimplência da instituição no setor corporativo?
 - (ix) Qual é o peso das operações de crédito com *funding* BNDES na carteira da instituição?
 - (x) De que forma a crise financeira internacional teve impacto sobre os negócios e planos da instituição? A instituição perdeu acesso ao *funding* externo?
 - (xi) Como a instituição avalia as perspectivas do mercado brasileiro de crédito nos próximos anos?
 - (xii) O aprofundamento do mercado de capital representa uma ameaça para o futuro da instituição?
 - (xiii) Como a instituição avalia a questão do direcionamento de crédito, cuja extinção tem sido defendida por vários economistas e por técnicos do Banco Central?

2. Questões específicas relativas ao crédito corporativo aos setores de indústria, exportação, rural, comércio e serviços, infraestrutura e imobiliário

- (i) Quais são as principais características das operações de crédito realizadas com os segmentos mencionados?
- (ii) Quais são os principais concorrentes da instituição em cada um desses segmentos de crédito corporativo?
- (iii) Quais as principais especificidades – contratuais, de prazos, custos, inadimplência e garantias – envolvidas na concessão de crédito aos setores mencionados?
- (iv) Qual a participação de cada setor mencionado no total do crédito corporativo da instituição?
- (v) Qual é o perfil predominante dos clientes em cada setor mencionado?
- (vi) Qual o principal destino dos empréstimos à indústria (ampliação de plantas, construção de novas plantas, aquisição de máquinas e equipamentos)?
- (vii) Quais os procedimentos adotados nas operações de ACC? Quais as vantagens e desvantagens do ACC em relação aos outros instrumentos de crédito à exportação?
- (viii) Qual o principal destino dos empréstimos aos setores de serviço e de comércio (giro, investimento)?
- (ix) Como o banco avalia a experiência com project finance no Brasil? Quais as vantagens, desvantagens e desafios dessa modalidade contratual para o financiamento da infraestrutura?
- (x) Qual é o perfil dos tomadores de crédito imobiliário para pessoas jurídicas? A

instituição concede financiamento imobiliário a partir de recursos livres? Qual a proporção das operações com recursos da exigibilidade sobre depósito de poupança e com recursos livres nos créditos concedidos?

- (xi) Em relação ao crédito rural, qual a proporção das operações com recursos da exigibilidade sobre depósito à vista e com recursos livres nos créditos concedidos?